

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/299791978>

Economia & Desenvolvimento Regional Economy and Regional Development

Book · April 2016

CITATION

1

READS

1,926

8 authors, including:



Jandir Ferrera de Lima

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

276 PUBLICATIONS 608 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



Carlos Alberto Piacenti

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

53 PUBLICATIONS 171 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



Lucir Reinaldo Alves

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, Brasil

93 PUBLICATIONS 225 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



Ricardo Rippel

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

34 PUBLICATIONS 52 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Cadeias de produção Agroindustrial [View project](#)



Perceptions about the policy of regional development [View project](#)

Economia e Desenvolvimento Regional

Carlos Alberto Piacenti • Jandir Ferrera de Lima

Paulo Henrique de Cezaro Eberhardt

(organizadores)

Economia e Desenvolvimento Regional

Carlos Alberto Piacenti • Ednilse Maria Willers

Jandir Ferrera de Lima • Lucir Reinaldo Alves

Moacir Piffer • Paulo Henrique de Cezaro Eberhardt

Ricardo Rippel • Weimar Freire da Rocha Junior

EDITORA PARQUE ITAIPÚ

FOZ DO IGUAÇÚ, PR

© 2016 Carlos Alberto Piacenti

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida por qualquer meio, sem a prévia autorização dos detentores dos direitos autorais da obra.

EDITORA PARQUE ITAIPÚ

Fundação Parque Tecnológico Itaipu (FPTI)

Av. Tancredo Neves, 6731 - 85.867-900

Foz do Iguaçu - PR

Telefone: 00 55 (45) 3576.7200; Fax: 00 55 (45) 3576.7199

www.pti.org.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ (UNIOESTE)

Rua Belarmino de Mendonça, 566 - Centro - 85851-100

Foz do Iguaçu - PR

Telefone: (45) 3029-4596

www.unioeste.br

PROGRAMA OESTE EM DESENVOLVIMENTO

Foz do Iguaçu - PR

Telefone: (45) 3529-2716

<http://www.oesteemdesenvolvimento.com.br/>

P579e

Piacenti, Carlos Alberto.

Economia e desenvolvimento regional/ Carlos Alberto Piacenti, Jandir Ferreira de Lima, Paulo Henrique de Cezaro Eberhardt; organizador Lucir Reinaldo Alves. – Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2016. 204 p.

ISBN 978-85-98845-44-9 (Impresso)

ISBN 978-85-98845-43-2 (E-book)

1. Desenvolvimento econômico – Brasil – Paraná. I. Título. II. Lima, Jandir Ferreira de. III. Eberhardt, Paulo Henrique de Cezaro. IV. Alves, Lucir Reinado.

CDD 330.98162
CDU 330.34(816.2)

SUMÁRIO

Introdução.....	9
1 – O ESPAÇO ECONÔMICO, AS REGIÕES E O URBANO	
O espaço e a difusão do desenvolvimento econômico regional.....	15
<i>Jandir Ferrera de Lima</i>	
Região, urbanização e polarização.....	41
<i>Lucir Reinaldo Alves</i>	
População e rede urbana.....	53
<i>Ricardo Rippel</i>	
2 – A DINÂMICA DAS REGIÕES E A BASE ECONÔMICA	
Especialização produtiva e desenvolvimento econômico regional.....	69
<i>Lucir Reinaldo Alves</i>	
Encadeamentos produtivos e polarização na economia regional.....	80
<i>Ricardo Rippel</i>	
A dinâmica das regiões sob outra perspectiva: os estágios de desenvolvimento.....	89
<i>Paulo Henrique de Cezaro Eberhardt</i>	

A dinâmica da base econômica regional.....	108
<i>Moacir Piffer</i>	
3 – ENDOGENIAS NA DINÂMICA URBANA E REGIONAL	
O desenvolvimento endógeno das regiões.....	122
<i>Carlos Alberto Piacenti</i>	
Estratégia de desenvolvimento econômico: do regional ao local.....	142
<i>Ednilse Maria Willers</i>	
Economia regional, instituições e governança.....	166
<i>Weimar Freire da Rocha Junior</i>	
BIBLIOGRAFIA GERAL.....	178
Os AUTORES.....	196

PREFÁCIO

Pensar a dinâmica das regiões exige uma abordagem abrangente, que incorpore não apenas o arcabouço teórico da economia, mas também a contribuição das demais disciplinas que compõem as ciências sociais e humanas.

Os estudos sobre as regiões se tornam cada vez mais relevantes, na medida em que os impactos da atividade humana impõe consequências aos territórios. Se por um lado as atividades econômicas geram produto e renda por outro modificam as relações sociais e, é aí, que a abordagem econômica se torna limitada para explicar essas transformações.

Esta obra é uma contribuição para a literatura sobre a dinâmica urbana e regional, onde seus capítulos passam por diversos temas ligados ao espaço econômico, a dinâmica das regiões e o processo endógeno de desenvolvimento regional.

A Itaipu Binacional e a FPTI têm como propósito colaborar com o processo de desenvolvimento territorial e, dentro dessa perspectiva, esta obra contribui para a disseminação de novas abordagens e reflexões sobre as estratégias, os processos e toda a complexidade que envolve a questão do desenvolvimento.

Em sua atuação na promoção do desenvolvimento territorial por meio de seus projetos e parceiros, a Itaipu Binacional e a FPTI têm corroborado com o processo de desenvolvimento das mais variadas formas. Dentre elas, disseminação de conhecimento através de cursos e capacitações, financiamento de projetos, promoção de seminários e debates, intercâmbios de experiências e boas práticas (nacionais e internacionais).

Nesse contexto, optamos pelo Programa Oeste em Desenvolvimento que visa a construção de parcerias e a valorização das competências regionais, sempre buscando sinergia com as instituições que fazem parte da construção do desenvolvimento da região. Valorizar as competências regionais e fomentar as iniciativas locais, são condições sine qua non nos processos de desenvolvimento que apoiamos.

Por isso, a parceria com a Unioeste na publicação e divulgação desse livro, vem de encontro com a forma de atuação da Itaipu Binacional e a FPTI para construção do que acreditamos ser um processo diferenciado de desenvolvimento.

JUAN CARLOS SOTUYO

INTRODUÇÃO

Depois da estabilização da economia brasileira em 1994, os estudos ligados ao desenvolvimento econômico regional ganharam mais espaço na academia e na agenda do governo brasileiro. Tanto que, em 2007, no Brasil, foi promulgada a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, e nos últimos anos foram criados vários programas de pós-graduação com o enfoque em desenvolvimento e estudos regionais e urbanos. Pelo caráter plural dos problemas que envolvem as questões regionais, a grande maioria desses programas é multidisciplinar, o que enriquece a análise dos problemas regionais. No entanto, na análise econômica, os conceitos de espaço, região e território assumem certas peculiaridades com relação a outros campos das ciências sociais e humanas, como a geografia, a sociologia, etc.

A concepção de desenvolvimento regional é em si multi e interdisciplinar. Tanto que em diferentes períodos do século XX a ideia do desenvolvimento mudou de “roupagem” várias vezes para englobar uma concepção ligada a diferentes escolas e ciências. No entanto, a ideia atual do desenvolvimento, que foi uma das principais inspiradoras da ideia do desenvolvimento regional, remonta a década de 1950, com os escritos de François Perroux. Para ele, o desenvolvimento era uma mudança social e mental que conduzia ao crescimento econômico. Essa concepção chamou a atenção para a necessidade de estudos que envolvessem a ideia de desenvolvimento numa dimensão da dinâmica das regiões. Por isso, na evolução da história do pensamento econômico e das próprias ciências sociais, surgiu a concepção de ciência regional.

Originalmente, o termo ciência regional foi forjado por Walter Isard, numa tentativa de criar uma escola que pudesse englobar os pesquisadores do

desenvolvimento regional numa única linha de análise¹. A ciência regional explica as diferenças ambientais, sociais, culturais, políticas e econômicas entre as diferentes regiões que formam o território. Essa concepção marca uma revolução no pensamento do desenvolvimento, porque demonstra que o espaço não é neutro e produz modificações no perfil da exploração econômica. Então, o desenvolvimento, que antes era apenas um objeto de pesquisa e preocupação dos economistas, ganha uma nova ênfase no trabalho dos geógrafos, historiadores, sociólogos, cientistas políticos e antropólogos.

Com isso, a explicação do desenvolvimento socioeconômico de diferentes comunidades, que habitam espaços semelhantes e exploram recursos naturais de uma mesma magnitude, reside em conceitos e ideias muito mais amplas que o alcance limitado de cada ramo do saber. O modo de vida e o progresso das comunidades no seio das regiões emergem como um desafio a uma nova concepção de desenvolvimento, que congregasse uma série de fatores, elementos e particularidades regionais. Com isso, percebe-se que recursos materiais, intangíveis, e algumas vezes não quantificáveis, influenciam a dinâmica socioeconômica das comunidades.

Assim, de uma forma bem ampla, a teoria do desenvolvimento econômico regional busca conhecer o papel do espaço e dos territórios na melhoria da qualidade de vida e no progresso econômico da sociedade. Por isso, ela interage com conceitos como de centralidade, de redes de informação, de atração, de repulsão, de distância, de ambiente de inovação, numa gama ampla de relações.

Portanto, a região surge como uma categoria de análise pela sua capacidade de congregiar territórios, o urbano, o meio ambiente, diferentes espaços e manifestações econômicas e sociais. A concepção da transformação das sociedades é, em muitas ciências apenas material. Por isso, o papel das forças produtivas na transformação do espaço e das relações sociais também ganha relevância na ideia do desenvolvimento econômico e é seu elemento de transformação.

Por isso, o conteúdo desse livro expõe e analisa os conceitos de espaço, região, território e as redes urbanas do ponto de vista da economia. Os textos tratam de elementos teóricos que explicam o funcionamento das economias regionais e sua relação com o urbano. A sequência dos mesmos possibilita que essa obra seja usada tanto como livro texto ou suporte em pesquisas e discussões ligadas ao desenvolvimento regional. O seu conteúdo é coerente na apresentação dos con-

1 Isard (2003).

Introdução

ceitos ligados à análise espacial ou regional. Nesse sentido, essa obra dará uma contribuição válida à compreensão desses conceitos e a uma melhor visualização da dimensão de certas variáveis, tais como a distância, a localização, a mobilidade no espaço e o capital humano e social.

Por fim, os organizadores e autores agradecem a colaboração e o apoio da Fundação Parque Tecnológico Itaipu (FPTI) e o trabalho da Editora Parque para viabilizar e disseminar essa obra.

CARLOS ALBERTO PIACENTI

JANDIR FERRERA DE LIMA

PAULO HENRIQUE DE CEZARO EBERHARDT

Organizadores

PARTE I

O ESPAÇO ECONÔMICO,
AS REGIÕES E O URBANO

O ESPAÇO E A DIFUSÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL

Jandir Ferrera de Lima

A noção de espaço possui um lugar importante nas ciências e na construção do mundo contemporâneo. No espaço geográfico se produzem as relações econômicas e sociais, se produzem mudanças, sejam elas científicas, culturais, políticas, sociais ou produtivas. No espaço se formam várias situações e relações entre os objetos e sujeitos, representando elementos principais de sua própria definição. A partir do posicionamento e até mesmo das relações entre os objetos e os sujeitos, sejam eles tangíveis ou intangíveis, é possível analisar as categorias internas do espaço, tais como a paisagem, os territórios, os relevos, as regiões².

O espaço é a representação física da região e do território, nos quais acontece a ação dos grupos e das ideologias, das transformações na localização das atividades produtivas e dos assentamentos humanos³. A concepção de região e território demonstra que o espaço não é economicamente neutro nas mudanças e na propagação das atividades produtivas⁴.

É fato que o espaço possui elementos geográficos e características particulares que o definem. Mas, para a região há sempre um conjunto de relações econômicas e sociais que tem como lugar comum as aglomerações. As aglomera-

2 Santos (1997, p. 19-78).

3 Isard (1956, 1972 e 2003).

4 Ponsard (1988, p. 07-21).

ções, caracterizadas em lugares povoados e urbanizados, representam os centros de decisões, os polos. A aglomeração urbana representa o centro de produção assim como o local das decisões administrativas e econômicas do espaço regional. A organização do espaço em torno dos centros urbanos e o perfil de localização das atividades produtivas nas regiões caracteriza o espaço econômico⁵. A natureza econômica do espaço é a causa de todo um conjunto de transformações que influenciarão a dinâmica do sistema de produção.

A dinâmica do sistema de produção e suas repercussões na estrutura social e ambiental das regiões denotam o perfil do desenvolvimento regional ao longo da história.

O desenvolvimento regional é caracterizado como uma etapa ou um processo. Etapa porque reflete o grau de avanço, progresso e melhoria nas condições de vida, tanto no aspecto produtivo quanto de bem-estar social. Processo porque para se chegar a determinados estágios de desenvolvimento, um conjunto de ações, políticas e movimentos são postos em marcha. Isso ocorre de forma espontânea ou induzida por elementos endógenos (internos) ou exógenos (externos) ao espaço regional.

Frente a definição de desenvolvimento regional, a ideia central na análise regional é conhecer os mecanismos do processo de desenvolvimento, identificar os estágios nos quais a economia regional se encontra e, por vezes, fornecer elementos para conduzir o processo de desenvolvimento de tal maneira que todos os espaços periféricos possam se beneficiar e avançar em conjunto⁶. Assim, no caso do desenvolvimento econômico regional, o processo que conduz as regiões atrasadas ao avanço e progresso nas condições de vida deve ser capaz de transformar espaços retardatários em espaços mais avançados, tanto na estrutura social quanto econômica⁷. Por isso, a análise regional também deve fornecer elementos para a compreensão e intervenção no processo de desenvolvimento das regiões, seja ele puramente econômico ou não.

5 Claval (1995, p.6-8).

6 Isard (1972).

7 Hirschman (1961).

POLOS E AS FORÇAS ESPACIAIS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Como já mencionado, o desenvolvimento socioeconômico das regiões tende à polarização. Os polos, enquanto aglomerações urbanas ou centros onde se concentram a maior parte da população e das atividades produtivas, exercem a atração (dominação) sobre as outras regiões. Eles são caracterizados pela presença de unidades motrizes ou motoras, que podem ser atividades de transformação, de serviços ou ligados a urbanização diferenciada. As regiões polarizadas ou sob a influência dos polos formam a periferia. Assim, a noção de polo é ligada à ideia de dependência, de concentração e da existência de um grupo de regiões gravitando ao redor do centro, no seu campo de influência⁸.

As relações entre o polo e sua periferia formam as forças espaciais. Essas forças exercem efeito de atração (centrípetas) ou de dispersão (centrifugas). A ação das forças espaciais influenciou as análises sobre o papel da estrutura produtiva e sociais das regiões e dos polos no desenvolvimento econômico regional. Como o processo de desenvolvimento regional é desigual e reflete as disparidades, então a região, enquanto espaço econômico, possui heterogeneidade interna, representando as relações entre um polo dominante e sua periferia. Ou seja, as forças espaciais refletem e são o reflexo da dinâmica do polo e sua periferia.

A ação das forças espaciais ocorrem no curso da história da humanidade. Ao longo do tempo, mudanças na estrutura produtiva ou elementos políticos estimulam a ação dessas forças espaciais que em alguns casos levam a distribuição ou concentração das atividades produtivas e do progresso das regiões. Um exemplo da ação das forças espaciais é citado por Fernand Braudel⁹, quando discute o avanço da economia de mercado: No século XV, a economia de mercado integrou os distritos, os burgos, as cidades e as regiões para poder organizar e orientar a produção. Assim, economia de mercado transformou toda a Europa. No entanto, mesmo organizada sob as diretrizes do mercado, surgiram as disparidades nos ganhos de certas regiões em relação às outras. Havia espaços dotados de condições particulares, tais como a Inglaterra, nos séculos XVIII e XIX, a França e a Alemanha, no século XIX. Esses países atraíam cada vez mais atividades de transformação. Enquanto isso, outros espaços continuavam pouco atrativos para a localização das atividades de transformação dos recursos naturais, tais como

8 Perroux (1955, p. 309-320).

9 Braudel (1985, p. 20-83).

a Itália, Espanha, Portugal. Apesar dessas disparidades, a Europa formou uma “economia mundo”, isto é, na medida em que ela forma um conjunto econômico, esse conjunto possui sempre um centro econômico mais importante. As disparidades econômicas conduzem sempre a formação de um polo e de uma periferia, que gravita em torno desse polo. Da mesma forma, a periferia aceita sempre um polo. Ambos são indissociáveis e pode existir dois ou mais polos conforme as características do espaço, mas isto não é uma constante. No século XVIII, por exemplo, a Europa possuía dois centros de decisão: Londres e Amsterdã. No século XX, Londres ainda era um centro muito importante. Da mesma maneira, os Estados Unidos, no século XIX, tinha dois centros de decisão: Washington e Boston. Atualmente, o centro mais importante é New York.

Historicamente, os polos foram e são eliminados e criados. O desaparecimento de um polo implica na criação de um novo. Este novo polo coexistirá com outras regiões e até mesmo com centros menos importantes¹⁰. Esse movimento de nascimento e morte e ressurgimento de polos não deixa as regiões periféricas imóveis. As mudanças espaciais conduzem sempre a formação de novos centros. No momento que as forças espaciais e as mudanças dela decorridas conduzem a uma descentralização, uma nova centralização se opera, como se as forças que operam na órbita do polo não pudessem viver sem ele, como se a periferia necessitasse sempre da formação de um novo centro. Um exemplo disso pode ser dado a partir da história do Brasil. No século XVI, no Brasil, uma centralização se opera com o início da colonização. A cidade de Salvador no Nordeste do país torna-se o polo dominante, centro das decisões administrativas e econômicas da colônia. No entanto, no século XVIII, os eventos históricos, como a expansão da produção açucareira em direção às Antilhas, a queda no preço do açúcar e a descoberta de ouro nas Minas Gerais produziram uma descentralização na economia regional brasileira favorável ao Sudeste e Centro do país. Assim, nos anos subsequentes as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo substituíram a cidade de Salvador como centro econômico do território nacional. Mais tarde, já no século XIX, o avanço da produção do café, a expansão da rede de transportes e comunicação, a entrada dos imigrantes estrangeiros no Sudeste vai fazer da cidade e do Estado de São Paulo o polo brasileiro mais importante. No final do século XX, novos movimentos de centralização estimularam a desconcentração das atividades produtivas em direção ao Sul e Centro-Oeste do Brasil.

10 Braudel (1985).

As centralizações e recentralizações das regiões e espaços econômicos ocorrem numa sequência de mudanças, que por sua vez ocorrem ou por mero acaso histórico¹¹ ou por rupturas econômicas ou políticas¹² ou através do planejamento econômico¹³. Essa sequência de eventos transformara as economias atrasadas em economias avançadas. Ou seja, as regiões relegadas somente a produção artesanal, de baixa produtividade, serão transformadas em regiões avançadas, com uma significativa produção de excedentes, com o fortalecimento da divisão social do trabalho e com a riqueza cada vez mais dividida entre os setores econômicos, principalmente o secundário e terciário. Esta sequência pode igualmente conduzir as economias regionais a um perfil monocêntrico ou policêntrico, ou seja, dominadas por um único polo numa concentração significativa do desenvolvimento econômico; ou dominadas por mais de um polo, caracterizada pela dispersão do desenvolvimento econômico num conjunto restrito de lugares. Mas isso depende da forma como as forças espaciais agem no espaço econômico regional estimulando mudanças no perfil e na mobilidade do processo de desenvolvimento regional ao longo do tempo.

A DIFUSÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO ESPAÇO REGIONAL

A difusão do desenvolvimento econômico regional entre os espaços é, sobretudo, uma inversão das forças espaciais, ou seja, replicar o dinamismo econômico e social em todos os conjuntos territoriais. Por isso, é necessário integrar os espaços econômicos num único processo de desenvolvimento, ou seja, com mudanças espaciais que ajam no sentido de fortalecer a maior homogeneização das regiões¹⁴.

As mudanças espaciais decorrentes do processo de desenvolvimento possuem dois componentes, quais sejam: os componentes diferenciais ou geográficos e os componentes estruturais¹⁵.

11 Krugman et al (2002).

12 Furtado (2001).

13 Myrdal (1978).

14 Baudelle (2003, p. 36-98).

15 Boudeville (1972, p. 15-40).

O COMPONENTE DIFERENCIAL OU GEOGRÁFICO DA MUDANÇA ESPACIAL

O componente diferencial ou geográfico está ligado às condições particulares das regiões. Essas condições podem ser exclusivamente físicas ou não. As condições físicas e as características diferenciais do espaço atraem mais produção e emprego, com isso, mão-de-obra. O que deixa o espaço econômico como um forte receptor na localização das atividades produtivas, onde serão transformados os recursos e onde serão feitos os investimentos. Nesse caso, as condições físicas são as características geográficas de um modo geral, como o relevo, o clima, a hidrografia, a vegetação. As condições físicas também representam o potencial em recursos naturais, que podem tornar-se estimuladores ou entraves ao processo de desenvolvimento econômico¹⁶.

Em alguns casos, a geografia não ajuda muito, mas a população local é capaz de transformar a região a partir de seu potencial criativo, de seu diferencial inovador, criando vantagens comparativas e competitivas em relação a outras regiões. Estas vantagens representam aspectos particulares de um território na transformação produtiva. A vantagem comparativa nesse caso será um elemento de atração de população, de estímulo ao crescimento da produção, de criação de postos de trabalho. De fortalecimento do comércio inter-regional. Por vezes, a riqueza em capital humano humanos é um elemento compensatório a fim de estimular a produtividade e reduzir os impactos negativos da pobreza em recursos naturais. Da mesma forma que uma infraestrutura pode compensar a carência de recursos e transformar uma região antes deprimida num centro de transformação, distribuição ou consumo. A avaliação dos obstáculos é dependente do valor que a sociedade da região.

Em escala regional, as dificuldades de ocupação e conquista do território não é um obstáculo se as sociedades têm um sentimento de pertencimento e valorizam o meio em que vivem. Às vezes, o meio natural não tem nenhuma influência nas decisões de povoamento. As razões de conquista e ocupação do território vêm de determinantes históricos ou estruturais. A relação entre população e desenvolvimento econômico demandará um conjunto de explicações de ordem histórica, realizada segundo as condições de desenvolvimento regional. Neste caso, em que a história influencia a ocupação das regiões? Em alguns casos em razão do processo de imigração induzida pelas guerras, pelas epidemias, pelo planejamento estatal,

16 Isard (1956), Krugman (1991).

pelas necessidades de ocupação das fronteiras, pela posse das terras desocupadas, pelos acordos políticos, etc. A história está repleta de situações que justificam o movimento populacional, tais como: o crescimento demográfico desordenado, o excesso de poluição, o esgotamento dos recursos naturais, o repatriamento, os obstáculos ao comércio, o exílio ou a expulsão. Assim, o movimento da população entre regiões surge como uma necessidade de sobrevivência.

Cabe lembrar que o progresso econômico atrai as populações. A dispersão da população em direção aos centros dinâmicos ou em direção as regiões periféricas oferecerão possibilidades rentáveis de exploração dos fatores de produção (recursos naturais, trabalho, capital). Estes movimentos da população vão criar então novas possibilidades de acumulação de capital e de reestruturações espaciais. Em alguns casos, as pressões demográficas estimularam o avanço nas técnicas agrícolas, na melhoria da produtividade, na expansão do comércio¹⁷.

O papel da componente diferencial na dinâmica do espaço econômico pode ser sintetizado em alguns elementos¹⁸:

1. O papel das condições físicas para a transformação e acesso aos recursos naturais: Neste caso, a distância entre a bacia de recursos naturais e o local de transformação é estratégica. Algumas atividades produtivas, como a siderurgia, necessitam de abundantes depósitos de minerais. A proximidade desses depósitos é um elemento de minimização de custos de produção. Outras atividades, como a produção de alumínio possui uma dupla necessidade, pois além do mineral essa atividade utiliza uma grande quantidade de energia elétrica para a sua transformação. Sem contar outros obstáculos geográficos para a instalação de atividades: A existência de áreas ou zonas de preservação ambiental, um relevo que dificulta a expansão da rede de transportes, a existência de condições adversas para a produção de energia, como a falta de petróleo, gás natural ou um relevo inadequado para a produção de hidroeletricidade, etc.

2. As condições físicas para a localização dos assentamentos humanos: As aventuras e o pioneirismo dos povos necessitam de recursos naturais e condições climáticas favoráveis à seu estabelecimento. Geralmente, a localização do habitat humano é junto de recursos naturais, tais como a água. Historicamente, a ocupação humana foi feita em regiões

17 Baudelle (2003, p. 84).

18 Vandermotten e Marissal (1998); Polèse (1994, p. 151-179).

estratégicas para a exploração de matérias primas para a produção de meios de subsistência e troca. Da mesma forma, a migração da população depende da distância geográfica, da cultura e da psicologia de cada povo. Nas migrações, a população espera ganhos que serão mais altos que os custos da mudança. Por isso, a população economicamente ativa não será sempre perfeitamente móvel em relação aos custos de transporte¹⁹. A decisão de imigrar dependerá das distâncias a percorrer e de questões de pertencimento com suas regiões de origem. Assim, os obstáculos à mobilidade das pessoas vão acentuar as disparidades regionais e a concentração das atividades produtivas. Às vezes, a atração de mão-de-obra custa muito caro, pois os trabalhadores terão necessidade de rendas mais elevadas para se estabelecer fora das suas regiões de origem.

3. O efeito das condições físicas sobre os custos de instalação e transporte: As condições do relevo para a construção de portos, estradas, trilhas e escoadouros; o custo dos terrenos, a fertilidade dos solos e a proximidade dos recursos naturais têm um papel importante na formação de centros de exploração. Por exemplo, o extremo Sul do Brasil teve sua colonização atrasada em dois séculos em razão da falta de um local apropriado para a instalação de um porto ao longo do litoral meridional.

Há também o papel das condições locais para minimizar os efeitos da distância. Por exemplo, a produção agropecuária ocorre a partir da disposição da terra, da água, do relevo e das condições para o uso de sementes ou organização de criatórios. Então, é a distância do mercado de produtos que será o mais importante na localização das atividades produtivas²⁰. A produção se localizara no local onde os produtores terão os menores custos de transporte em função da distância e do peso a ser deslocado. Por isso, alguns fatores locais podem minimizar os custos de organização do espaço em função dos custos de transporte: a existência de rios navegáveis, as diferenças de produtividade entre as regiões, a preferência e as condições para a produção de produtos menos perecíveis. Ou seja, um elemento específico em uma região pode mudar as relações entre distância e localização. As suas características diferenciais, em relação a outros lugares, mudam sua capacidade de atração.

19 Krugman et al (2002).

20 Ponsard (1958, p. 13-20).

A componente diferencial está ligada a um processo de hierarquização. Neste processo, há um conjunto de elementos (mão-de-obra disponível, recursos naturais e infraestruturas) que surgem e tem importância em cada etapa da produção e distribuição. Estes elementos são medidos e hierarquizados pelas empresas, até que ela encontra o ponto de localização ótimo a fim de fortalecer sua competitividade e seus lucros. Os lugares mais suscetíveis de atrair novos investimentos pela empresa são aqueles que têm as melhores condições físicas para a aglomeração das atividades produtivas²¹.

4. Além dos aspectos físicos e geográficos, as condições locais para gerar conhecimento, inovação ou fortalecer a capacidade de associativismo das comunidades também agem nos investimentos: O investimento é um elemento importante no processo de desenvolvimento econômico das regiões. Eles são a fonte de aumento da capacidade produtiva, com isso, mais investimentos significam mais empregos disponíveis, mais rendas e mais demanda. O crescimento dos investimentos conduzirá a economia à um nível mais elevado de emprego e renda a cada período de tempo. Mais investimentos, maior o efeito acelerador sobre a economia regional, pois produzirá mais investimentos, aumento do consumo, das receitas do governo e de mais investimentos num processo acumulativo sobre a renda global, atraindo mais capital. Assim, o capital tende a se transferir para as regiões que apresentem os menores custos de produção, as melhores condições de rentabilidade dos investimentos, as menores incertezas e os menores riscos para sua reprodução²².

Apesar da importância da componente diferencial para a expansão da produção e do emprego nas regiões, há também a existência de entraves locais, ou seja, a resistência do meio físico ou social com relação a transformações. Por vezes, essa resistência se deve a questões ambientais, convicções religiosas ou políticas e até mesmo a falta de informação. Em alguns casos, é mais fácil as pessoas adotarem ideias que surgem no seu meio do que aquelas que vêm de outras regiões. Da mesma forma pode ocorrer o contrário, as ideias de regiões estrangeiras podem encontrar mais facilidade de se instalar do que os empreendimentos locais. Por exemplo, no início da década de 1950, as novas técnicas adotadas na agricultura tiveram resistência dos agricultores dos países subdesenvolvidos. Na

21 Thisse et al (1983, p. 136-137); Veltz (1996).

22 Harrod (1966, p. 01-34).

Inglaterra do século XIX, ocorreram revoltas dos trabalhadores contra a adoção de máquinas nos ateliers têxteis. Em geral, a adoção de tecnologias que poupam força de trabalho recebe mais entraves do que a adoção de outras tecnologias que melhoram a produtividade se causas impactos no nível de emprego²³.

Além da componente diferencial da mudança espacial, há outro componente que explica a propagação das atividades produtivas, como os acasos da história e das mudanças que ocorrem na economia nacional e afeta diretamente as regiões. Estes elementos fazem parte da componente estrutural das mudanças espaciais.

A COMPONENTE ESTRUTURAL DA MUDANÇA ESPACIAL

A componente estrutural está ligada a fatores históricos ou exógenos que impactam nas regiões indiferentes aos fatores locais. As variações setoriais da produção regional estimulam o avanço de algumas regiões em relação a outras, acompanhando o movimento dos polos nacionais ou de polos externos a nação.

Nos casos em que as regiões se transformam indiferentes aos elementos locais ou diferenciais, elas acompanham as transformações produtivas dos polos, modificando sua especialização produtiva a fim de complementar e dar suporte ao dinamismo do centro. Com isso, poderá auferir taxas de crescimento na mesma magnitude que as economias mais avançadas. O próprio processo histórico dos países em via de desenvolvimento demonstra as ligações entre as regiões polos e as periféricas e a forma como suas especializações são complementares²⁴. O componente estrutural demonstra a presença de setores motores da economia regional ligados ao perfil de ocupação, conquista e dependência das regiões e, em outros, à intervenção externa sobre o espaço regional, mudando as relações de poder e dependência econômica. O que explica as mudanças na estrutura produtiva das regiões periféricas, pois se mudam as relações de poder e dependência, modifica-se a complementaridade da estrutura produtiva entre polo e periferia, e com ela o perfil da dinâmica da economia regional.

23 Polèse (1994, p.166-167).

24 Furtado (2001).

No processo histórico de ocupação das regiões, o mais importante foi a subsistência e a acumulação de capital, com a produção de excedentes. A produção dos excedentes avança com a especialização e a melhoria nas condições técnicas, que ocorrem pela ação de agentes externos às regiões. A ação de agentes externos coincide com a demanda e as necessidades de mercado de outras regiões. Da mesma forma, pode ocorrer como plano de governo ou investimentos de interesse nacional. A imposição do governo surge também com a estrutura de planejamento com o objetivo de estimular o crescimento das regiões periféricas à uma taxa equivalente à do conjunto da economia nacional. Em todo caso, essa ação produz efeitos externos ou externalidades. Os efeitos externos são relações ou ações nas quais os agentes econômicos (governos, produtores ou consumidores) afetam os resultados das atividades de outros agentes. Estes efeitos externos permitem encadeamentos entre as atividades produtivas a fim de impedir seu atraso em relação a outras regiões. Apesar das decisões dos produtores não serem dependentes, elas terão impacto na decisão e nos métodos de produção de outros produtores. Então, quando um agente econômico toma a decisão de transformar um espaço, segundo seus interesses produtivos ou políticos, ele causa impactos em outros agentes que utilizam o mesmo espaço²⁵.

As intervenções ou decisões de produção serão sempre ligadas às economias externas ou deseconomias externas. A empresa, ao decidir em aumentar sua produção, em resposta as tendências de aumento da demanda efetiva, estimulará o aumento do emprego regional no seu ramo de atividade. Da mesma maneira as demandas dos governos e as vantagens de instalação de projetos de transformação no interior das regiões em declínio estimularão a expansão do emprego. A melhora no nível dos empregos indica um processo de expansão da produção regional ao longo do tempo, o que impacta nas estruturas sociais no espaço econômico.

Os efeitos externos são um fenômeno social, pois as ações complementares das empresas, do estado ou dos indivíduos, com o fim de estimular as atividades econômicas, têm consequências para todo o conjunto da região. Como a capacidade de desenvolvimento das regiões não são as mesmas, a intervenção de forças externas, com o objetivo de melhorar o perfil do desenvolvimento econômico regional, será extremamente importante e é uma estratégia de desenvolvimento. A intervenção produzira elementos de localização, tais como aumento da população, melhora na infraestrutura física, melhoras na qualificação da mão-de-obra e na qualidade de vida, que serão importantes para os agentes econômicos,

25 Catin (1994, p. 99-103).

modificando o perfil de atração (ou repulsão) de novos investimentos. Por isso, a intervenção nas regiões deve aumentar as potencialidades locais, fortalecer a rentabilidade dos investimentos e as coletividades sociais e institucionais²⁶.

O resultado das mudanças espaciais ao longo do processo histórico de desenvolvimento será a mudança de perfil desenvolvimento regional. Nesse caso, ele assumirá o estágio desenvolvido, subdesenvolvido ou em desenvolvimento (transição).

O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E SEUS ESTÁGIOS

A região desenvolvida economicamente apresenta algumas características, quais sejam:

1. O processo de desenvolvimento é polarizado, mas de forma mais difusa e policêntrica. Ele surge a partir de um ponto e gera forças de dispersão em direção a sua periferia. A polarização estimula as forças centrífugas no seu entorno. Sua relação com os espaços em transição ou subdesenvolvidos e de atração ou drenagem.
2. A formação de uma estrutura complementar em termos de especialização e localização das atividades produtivas.
3. Capacidade de inovação, mudança e absorção de novas tecnologias.
4. Ação reguladora das instituições e organização da coletividade.

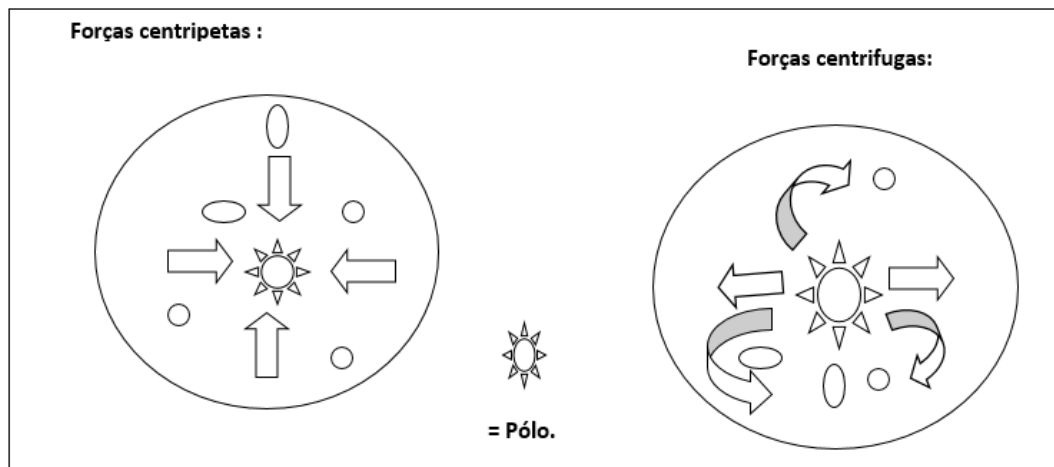
Como o processo de desenvolvimento econômico regional não ocorre em todos os lugares ao mesmo tempo, ele tende a começar em um ponto. Na sequência, por meio da ação das forças espaciais fará a atração das regiões periféricas, a drenagem dos seus recursos e a formação de uma periferia que dará a sustentação à sua dinâmica de expansão²⁷. Então, nesta dinâmica, podem-se focalizar dois efeitos importantes: drenagem e atração.

A dinâmica do desenvolvimento regional está ilustrado pela Figura 1.

26 Piccard (1984, p. 05-143).

27 Perroux (1955, 1962 e 1982).

**FIGURA 1 – O EFEITO DAS FORÇAS CENTRÍPETAS E CENTRÍFUGAS
NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**



Observa-se na Figura 1 que o desenvolvimento econômico nasce em um ponto no interior a região, formando o polo. O polo é o centro da economia regional. Ao longo do tempo, ele começa um processo de atração das periferias no seu entorno. Esta atração se faz através das forças centripetas, estimuladas pelos fluxos comerciais, de produção, da interdependência técnica. Ela é também um movimento de drenagem dos fatores de produção das regiões na sua área de influência. Esta drenagem é caracterizada pela destinação dos investimentos, do movimento da população e na diversificação das atividades produtivas.

A intensificação das relações de produção entre o polo e suas regiões de sustentação estimula as forças centrífugas, ou seja, um movimento de dispersão de atividades complementares que começa a homogeneizar a especialização e localização das atividades produtivas. A dinâmica do polo e da sua periferia torna-se complementar, apesar da dinâmica do polo ser sempre diferenciada em função da localização das atividades motoras e de serviços mais complexos.

Deve-se ressaltar que a dinâmica interna que é produzida na região desenvolvida não é a mesma das regiões em transição ou subdesenvolvidas. Na região desenvolvida, o progresso forma um movimento circular e cumulativo, porém mais disperso. Nesse caso o polo é de desenvolvimento, ou seja, ele é capaz de gerar mudanças estruturais e por meio de forças centrífugas disseminar sua dinâmica para toda a periferia. Na região subdesenvolvida o processo é mais desigual tanto no ganho econômico quanto social. É a dependência negativa, ou

seja, um processo de desenvolvimento econômico que fragiliza a periferia no entorno do polo. Essa dependência negativa é caracterizada por forças espaciais centrípetas, que não estimulam a dispersão das atividades produtivas e dos ganhos sociais de forma mais homogênea, mas deixam os espaços econômicos mais frágeis aos efeitos de drenagem dos espaços desenvolvidos. Nesse caso, o polo é de crescimento econômico, pois ele não é capaz de mobilizar recursos produtivos e sociais que conduzam a mudanças estruturais na periferia²⁸.

Por isso, sempre há interdependência entre as regiões. No entanto, no interior das regiões desenvolvidas essa dependência é menos danosa e elas são mais resistentes às crises que as regiões em transição ou as subdesenvolvidas no seu conjunto. A diversidade produtiva dos espaços desenvolvidos, sua capitalização e sua capacidade de inovação são elementos muito importantes para sustentá-las nas crises econômicas.

Outro elemento importante na análise da Figura 1 é o papel da distância. As forças centrípetas são inversamente proporcionais à distância. As fricções espaciais²⁹, que representam os custos e obstáculos a mobilidade podem minorar ou fortalecer as forças centrípetas determinando as áreas de influência do polo. Assim, a atratividade do polo ocorre mais rapidamente na periferia mais próxima e nos lugares complementares a sua estrutura produtiva. Este eixo, entre o polo e seus espaços complementares, concentra os componentes locais e estruturais que impulsionam as forças espaciais, que são o instrumento da difusão do desenvolvimento regional.

Como a intensidade da fricção espacial tem um papel importante nas trocas e nas relações entre as regiões, ela torna-se representativa na medida em que o comércio e a mobilidade da mão de obra é cada vez mais complementar entre as regiões. Por exemplo: as regiões em transição ou subdesenvolvidas são dependentes dos serviços, dos empregos e das rendas geradas nas regiões desenvolvidas. Por isso, a proximidade entre a periferia e o polo impõe restrições à criação de algumas atividades produtivas na periferia³⁰. Esta restrição é imposta

28 Perroux (1982).

29 A fricção espacial é a resistência que apresenta dois espaços em contato que se movimentam um em relação ao outro. Por exemplo, a duplicação e pavimentação de uma rodovia que liga duas cidades não diminuem a distância entre ambas, mas melhora o transporte e fluidez entre elas diminuindo o tempo de deslocamento e os custos de mobilidade.

30 Há outros espaços de atração onde as relações são ligadas à base econômica. O dinamismo da região desenvolvida é centralizado em sua base de exportação e seu multiplicador de emprego, que por sua vez necessitam de matérias-primas, força de trabalho e de mercados. Assim, a região subdesenvolvida estabelecerá relações de atração com os centros mais distantes, que são

pela concorrência, pela mobilidade da mão-de-obra e a centralização de algumas atividades. Então, intrarregionalmente a periferia mais próxima tem uma dependência direta e sua economia se organiza segundo os movimentos econômicos do polo. Já inter-regionalmente, as periferias se organiza conforme o movimento da região desenvolvida.

Ao longo do tempo, a região desenvolvida terá a sua capacidade de inovação e geração de tecnologias cada vez mais fortalecida. Os encadeamentos produtivos, a complementaridade e o efeito de dispersão, que ocorrem no processo de desenvolvimento, criam arranjos produtivos que se tornam cada vez mais produtores de inovação. O papel das instituições na coordenação dos clusters e na gestão do desenvolvimento garante o progresso econômico com a ampliação do mercado interno.

A região desenvolvida tem a capacidade de integrar e dinamizar as aglomerações que lhe compõe. O início do seu processo de desenvolvimento econômico regional é marcado pela concentração de atividades produtivas, num espaço desigual, mas que ao longo do tempo torna-se cada vez mais complementar, especializado e homogêneo em relação as regiões subdesenvolvidas.

Então, na região subdesenvolvida, o desenvolvimento econômico não ocorre da mesma forma. A dependência da região subdesenvolvida com relação a desenvolvida, sua incapacidade de integrar a periferia de forma dinâmica com o polo e a repulsão das forças de dispersão são elementos que fragilizam o processo de desenvolvimento.

Como o processo de desenvolvimento da região subdesenvolvida é mais instável, dependente e desordenado, a sua fragilidade aumenta. O motivo dessa fragilidade, em geral, é o esgotamento ou a carência de recursos naturais; a falta de um tecido social e institucional organizado; os custos de transporte; a falta de políticas públicas de bem-estar social e de suporte as atividades produtivas, entre outros elementos. Uma estratégia de desenvolvimento regional deverá gerenciar cada uma desses elementos. Da mesma maneira, o processo de difusão ou transmissão espacial do desenvolvimento econômico entre as regiões somente será possível com a organização do processo interno de desenvolvimento econômico em cada espaço³¹.

importantes à sua acumulação de capital ao longo do tempo.

31 Santos (1972, 1999, 2000 e 2002).

A DIFUSÃO ESPACIAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL

A ideia original da difusão espacial foi enunciada por Albert Hirschman³², que qualificou os efeitos da distribuição espacial do crescimento econômico de efeitos de propagação. O conjunto dos efeitos de propagação produz a difusão, que decorre então da interação entre as regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas. Tanto que em sua análise, Hirschman utiliza como exemplo duas regiões: O Norte e o Sul. O Norte é desenvolvido e o Sul é subdesenvolvido. Os efeitos de propagação transferem mão-de-obra qualificada, capitais e mercadorias entre as duas regiões. Em geral, as duas regiões possuem suas vantagens nessas trocas, porém de forma desigual pois o efeito de propagação é sempre mais favorável às regiões desenvolvidas. O modelo proposto por Hirschman, longe de presumir um fator de equilíbrio entre os espaços e regiões, vê o estágio inicial dos efeitos de propagação como um mecanismo de desequilíbrio que reforça a polarização nas regiões desenvolvidas. Em seguida, quando o desenvolvimento das regiões desenvolvidas está já na maturidade, a intervenção governamental poderia reequilibrar o processo de desenvolvimento entre as regiões. Essa análise introduz dois conceitos importantes no estudo da difusão: O primeiro é a concepção de difusão espacial como um efeito de propagação. O segundo é a presença da interação espacial em grande escala.

Os estudos que vieram na sequência já tratavam a difusão espacial das inovações como função do espaço regional. Nesse caso, a difusão é um fenômeno de propagação de população, de atividades produtivas ou de outras transformações maiores no tempo e no espaço. Para iniciar o processo de difusão faz-se necessário um espaço emissor e um espaço receptor. No caso dos estudos regionais, a região polo ou ainda uma cidade podem ter o papel de emissor e receptor. Quanto mais o receptor seja capaz de avançar no progresso econômico produzidos na difusão, mais é reforçado seu potencial de atração³³.

Essa abordagem compreende uma particularidade de análise: A difusão das inovações como um processo espacial, sendo que as inovações são compreendidas como novidades, modernização e não necessariamente afetam o grau de desenvolvimento. Isso permitiu a definição de duas categorias de difusão espacial: A difusão por expansão, que se efetua em função da proximidade, primeiramente nas regiões que estão na fronteira com a região desenvolvida, sem que

32 Hirschman (1964 e 1996).

33 Hagerstrand (1967).

se diminua a intensidade do fenômeno. E a difusão por migração, que ocorre a partir do deslocamento progressivo dos elementos e transformações difundidas. Ou seja, em ambos os casos o processo de difusão depende da configuração espacial. Nos anos 1980, essa temática será retomada, mas com outra abordagem: O objeto difuso é um elemento suficientemente simples no qual os receptores potenciais são os indivíduos situados nas unidades espaciais. Nesse caso, a medida que os indivíduos adotam inovações, tais como maquinários agrícolas, sementes melhoradas, modernização das plantas produtivas, etc..., e as implementam nas forças de produção então as regiões avançam³⁴.

Nos anos 1990 foi confirmada a utilização dos estudos da difusão para a compreensão das disparidades geoeconômicas e das mudanças espaciais. O que possibilita examinar as mudanças e as transformações na estrutura de produção, na localização. O que levou a maioria dos estudos nessa temática em analisar a difusão espacial como um simples processo de difusão de inovações, mas que poderiam ter visualizado a difusão num sentido mais largo, qual seja, um fenômeno ligado as disparidades espaciais. Essas disparidades resultam do próprio processo de desenvolvimento. A partir das particularidades da difusão espacial do desenvolvimento econômico como um fenômeno de propagação de população e atividades produtivas ou de outras transformações maiores no tempo e no espaço. O processo de difusão dividirá as regiões em dois grupos: O primeiro marcado pelo desenvolvimento e pela localização de atividades modernas, sejam elas de transformação ou serviços, altamente inovadoras, enquanto os segundo grupo será mais atrasado e subdesenvolvido em razão da baixa localização de atividades modernas e de transformação, consideradas atrasadas ou periféricas. Além disso, o processo de difusão gera cinco formas distintas: por contiguidade, por percolação, por anisotropia ou eixos, por hierarquia urbana e por migração³⁵.

A DIFUSÃO ESPACIAL POR CONTIGUIDADE OU EXTENSÃO

A contiguidade tem relação direta com a distância. As regiões mais contíguas aos polos tem mais facilidades de obter vantagens das associações e interações que as regiões mais distantes. Nesse caso, o processo de difusão será mais

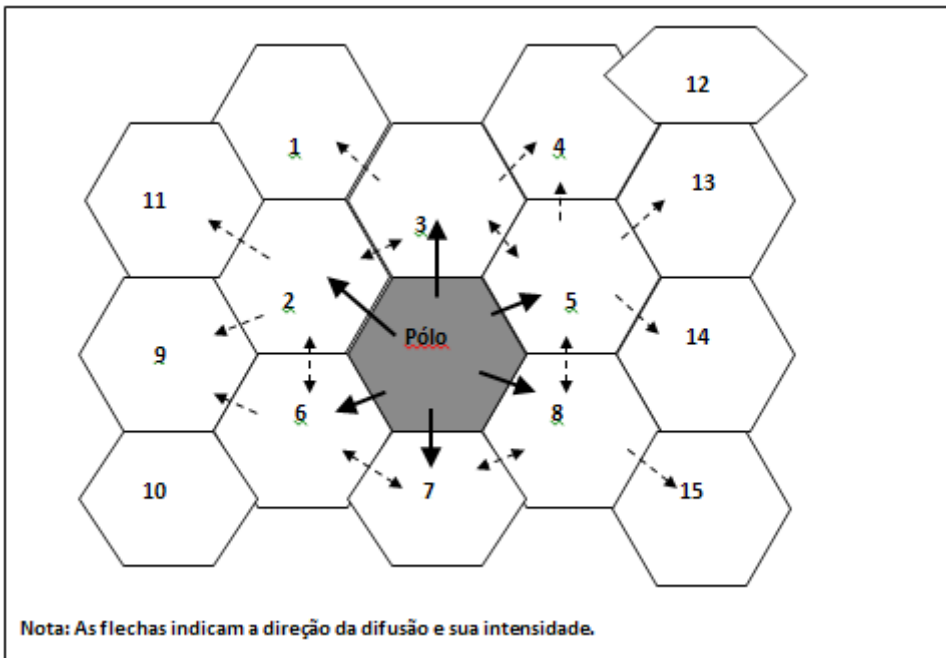
34 Hagerstrand (1967); Brown (1983).

35 Dauphiné (1999, p. 899-914).

significativo nas regiões mais próximas aos centros, o que as tornara cada vez mais homogêneas. A característica principal da difusão espacial por contiguidade é que ela se produz nas regiões que tem uma fronteira em comum³⁶. Esse processo é ilustrado na figura 2.

Na figura 2, supõe-se que a região 1 é desenvolvida. Nesta região estão localizadas as atividades produtivas de transformação e as prestações de serviços de alto nível, criando assim mais empregos no contexto das regiões. As regiões no entorno da região 1 vão atrair atividades produtivas complementares. Assim, o processo de difusão por contiguidade é decorrente de mudanças espaciais que começam na região 1 em direção as regiões 2, 3, 5, 6, 7 e 8, que estão em suas fronteiras. Essas regiões serão cada vez mais ligadas e interdependentes da região 1, o polo.

FIGURA 2 – DIFUSÃO ESPACIAL POR CONTIGUIDADE OU EXTENSÃO



Nos hexágonos da Figura 2, que representam as regiões, as fronteiras têm o mesmo tamanho e distância. Mas no caso de fronteiras irregulares, a difusão será mais intensa naquelas que possuem uma fronteira mais importante ou

36 Jayet (1993, p. 01-15).

longa. Outro fator é que a intensidade da difusão espacial não diminui. Após ter seu início, a propagação buscará novos espaços próximos a região polo³⁷.

Exemplo dessa lógica é a adoção de novas sementes e práticas agrícolas. Historicamente, essas explorações começam e certas regiões, mas com o tempo a cultura de novas sementes e práticas será cada vez mais intensa, novos espaços as adotarão e estes novos espaços estão sempre situados próximos entre si. Outro exemplo é a expansão da rede urbana, principalmente nas regiões metropolitanas. O processo de conurbação urbana, ao logo do tempo, começa a envolver cada vez mais o espaço urbano no entorno das metrópoles.

Na lógica da difusão por contiguidade ou extensão, todos os espaços serão centros receptores e emissores ao longo do tempo, conforme sua relação de proximidade. Os espaços que são de fronteira entre as regiões indicarão a direção do processo de difusão, e a duração desse processo dependerá do nível de desenvolvimento econômico, dos recursos naturais, do tamanho das fronteiras e da aceitação da sociedade por essas mudanças.

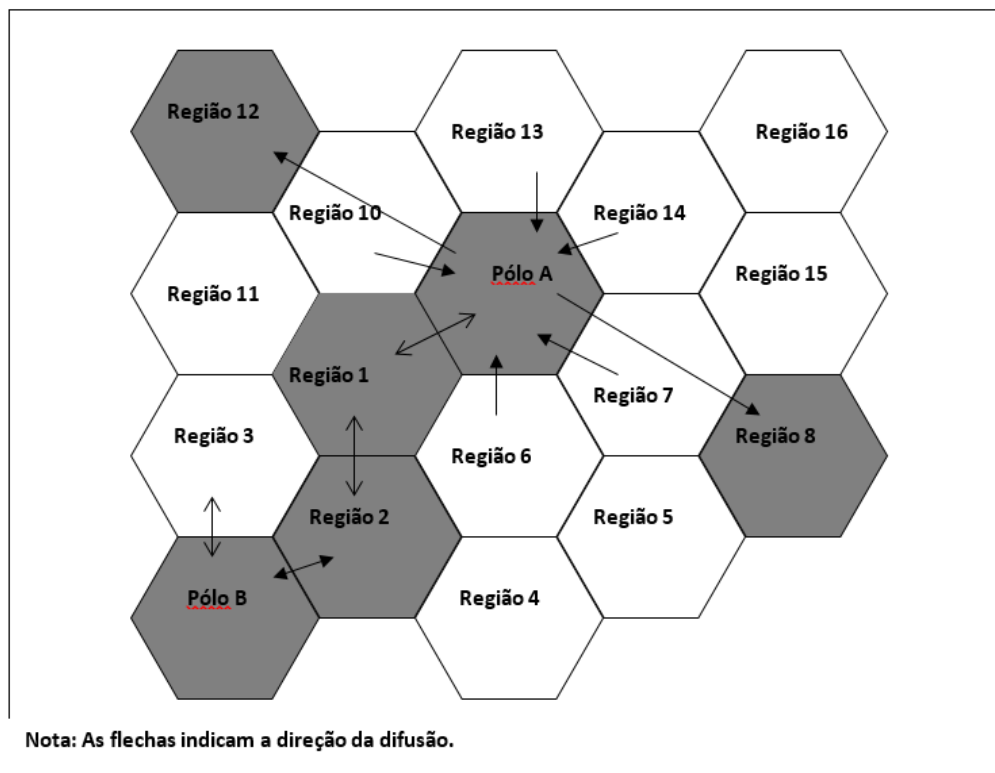
A DIFUSÃO ESPACIAL POR PERCOLAÇÃO

Na difusão espacial por percolação, o local não é um receptor em potencial. Em geral, em função de elementos locais, o meio social diminui os efeitos do processo de difusão. Nesse caso, a componente estrutural estimula a difusão das atividades produtivas e a componente diferencial diminui o efeito da difusão.

Pela Figura 3, nota-se que os efeitos da difusão por percolação são menos regulares e homogêneos que os efeitos da difusão por contiguidade, ou seja, os resultados são mais desiguais. O espaço entre os polos A e B formam um corredor que envolve as regiões 1 e 2. Os polos A e B são centros receptores e emissores ao mesmo tempo. A propagação de A em direção as regiões não ocorre na mesma magnitude porque algumas regiões (7, 6, 10 e 13) geram efeitos de repulsão. Apesar das regiões 8 e 12 estarem mais longe dos polos, elas são regiões emergentes ou em transição em função de suas receptividades, apesar de estarem fora do eixo de desenvolvimento entre o polo A e B.

37 Brown e Lentnek (1973, p. 274-292); Saint-Julien (1985, p. 07-20); Jayet (1993, p. 53-70); Dauphiné (1999).

FIGURA 3 – DIFUSÃO ESPACIAL POR PERCOLAÇÃO



A não homogeneização de todos os espaços regionais, no caso da percolação é um reflexo das condições internas de cada região, que facilitam ou a organização das atividades produtivas fortalecendo a localização de setores motores, ou seja, de forte crescimento econômico com reflexos no conjunto das atividades. No mesmo espaço territorial coabitam regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas. Haja vista a ação dos polos, essa convivência se dá sempre numa relação de dependência³⁸.

Na percolação o processo de difusão busca envolver todo o conjunto do espaço territorial, mas as características particulares das regiões fazem com que algumas se tornam apenas corredores de desenvolvimento enquanto outras formam verdadeiros eixos de desenvolvimento. Quando os obstáculos ao processo de difusão são eliminados, a tendência é o fortalecimento da homogeneização das regiões num efeito por expansão.

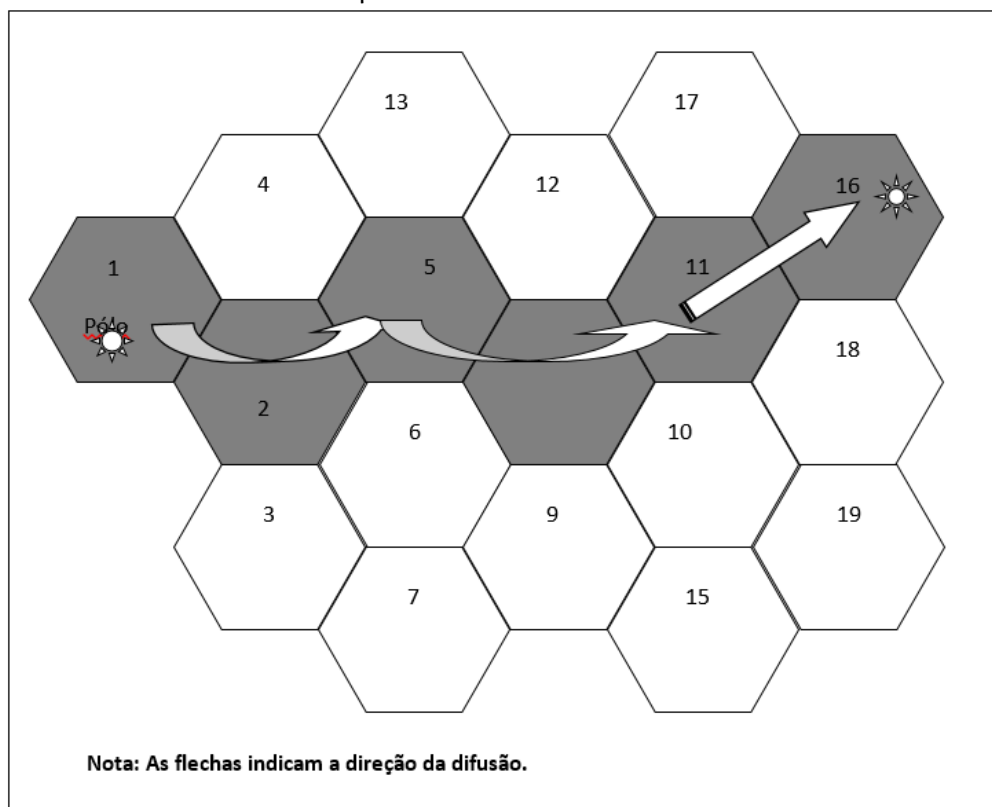
38 Dauphiné (1999, p. 904-905).

A DIFUSÃO ESPACIAL POR EIXOS DE DESENVOLVIMENTO

Nessa forma de difusão, os seus efeitos são mais significativos nas regiões que estão num eixo³⁹. Um corredor ou eixo de desenvolvimento é o espaço compreendido entre dois polos. Porém, o que diferencia o corredor do eixo é algo mais complexo. Os eixos de desenvolvimento são mais que um corredor, mas incorrem em encadeamentos produtivos entre si que fortalecem sua estrutura produtiva.

A Figura 4 ilustra essa forma de difusão. Nela observa-se dois polos caracterizados pelas regiões (hexágonos) 1 e 16. O espaço compreendido entre os dois polos forma o corredor. Para que o mesmo seja um eixo de desenvolvimento, as regiões entre os polos devem manter uma dinâmica econômica e relações produtivas associadas geograficamente com o polo através de atividades complementares. O espaço entre os polos 1 e 16 será o motor dessa associação.

FIGURA 4 – DIFUSÃO ESPACIAL POR EIXOS



A interação espacial das atividades secundárias e terciárias motrizes produzirão a atração (ou dispersão) das atividades ao longo do eixo. Nesse caso, o polo terá um conjunto de atividades mais complexas e superiores e redistribui atividades menos complexas num grupo de regiões. O polo nesse caso exercerá sempre o efeito de dominação. Já as regiões no seu eixo terão sua componente estrutural e diferencial será sempre mais significativa que o das regiões situadas fora do corredor. O que exige um conjunto fortalecido de redes urbanas, de relações de trocas, de transferência de capitais, de distribuição de rendas e de criação de postos de trabalho no eixo. Os eixos de desenvolvimento produzem um processo restrito de difusão espacial do desenvolvimento econômico regional.

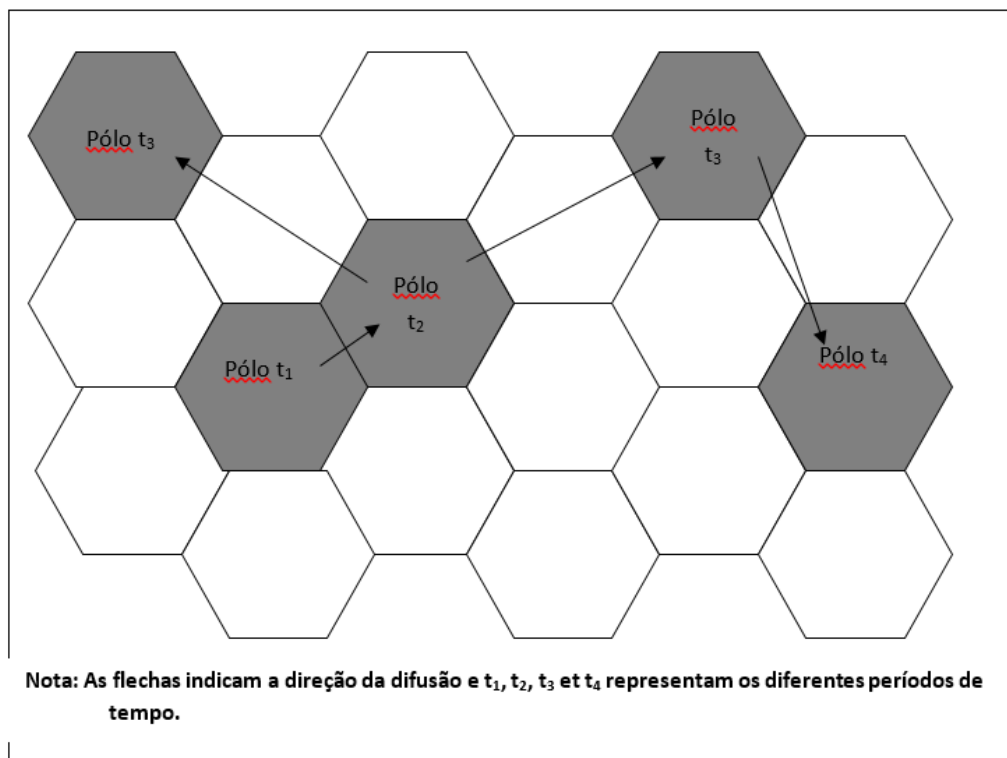
DIFUSÃO ESPACIAL POR MIGRAÇÃO OU POLOS EMERGENTES

Num movimento de recentragem, os efeitos da difusão substituirão antigos polos por novos. Os polos mais antigos perderão sua capacidade de centro emissor e receptor em relação a outras regiões. Nesse caso, os polos antigos começam a perder sua atratividade, enquanto regiões novas começam cada vez mais a se tornar altamente rentável para novos investimentos. A capacidade das regiões novas em garantir essa rentabilidade ao longo do tempo e fortalecer em paralelo a urbanização e um setor terciário de alto nível irá lhe garantir a hegemonia regional⁴⁰.

Na Figura 5, nota-se que os polos mudam ao longo do tempo (t_1 , t_2 , t_3 , t_4), pois os centros receptores se hierarquizam ao longo do processo histórico. Não há, com isso, uma ordem sistemática, pré-estabelecida, pois a migração de um polo para outro não se faz numa ordem espacial precisa. A organização do espaço econômico se dá então em função da formação e desaparecimento dos polos.

⁴⁰ Brown (1983, p. 24); Dauphiné (1999, p.904-905); Pumain e Saint-Julien (2001, p. 156-157).

FIGURA 5 – DIFUSÃO ESPACIAL POR MIGRAÇÃO



Em geral, esse padrão de difusão espacial ocorre nas regiões que tem uma exploração econômica baseada exclusivamente nos recursos naturais. Com a valorização dos seus recursos, o crescimento econômico será mais intenso à medida que a extração aumente ou os custos de exploração caíam. Porém, com o esgotamento dos recursos naturais, essas regiões perdem seu dinamismo econômico, ao menos que sejam capazes de substituírem a base produtiva. Ou seja, a formação da região polo está ligada ao ciclo econômico e a capacidade das regiões dinamizarem esse ciclo ao longo do tempo. Como exemplo, pode-se citar o ciclo de ouro no Brasil colonial. A descoberta das jazidas colocou o Centro – Sul do país, em especial o Estado de Minas Gerais, no epicentro da economia brasileira. Com isso, o centro polarizador de Salvador foi substituído pelas cidades do Rio de Janeiro e Ouro Preto. Com o esgotamento dos veios de ouro, o centro dinâmico ficara no eixo Rio de Janeiro – São Paulo, até o auge da cafeicultura quando São Paulo avança na industrialização e só torna o grande polo econômico do século XX.

No contexto histórico, os polos possuem momentos de expansão, saturação e declínio. Nesse caso, a história é marcada pela geografia econômica que

estimula o fortalecimento de algumas regiões em detrimento de outras. Em alguns casos, os polos são bem distribuídos no espaço numa forma policêntrica, em outros a concentração é tanta que a distribuição é monocêntrica. Porém, quando o conjunto de polos emerge de forma organizada numa rede de cidades, geograficamente e historicamente bem estruturadas, a forma da difusão ocorre de acordo com a hierarquia urbana.

A DIFUSÃO ESPACIAL POR HIERARQUIA URBANA

Há duas abordagens na difusão espacial por hierarquia urbana: A primeira, chamada de hierarquização desordenada e, a segunda, é caracterizada pela proximidade dos lugares e é chamada de hierarquia dos lugares centrais.

No caso da primeira, a difusão começa e termina nas cidades. Nesse caso, o processo de difusão espacial não se faz com uma organização espacial precisa. Há cidades que serão mais significativas como receptoras e outras que serão mais dinâmicas enquanto centros difusores⁴¹.

A homogeneização da economia das áreas urbanas e suas regiões não ocorre de forma regular, mas por avanços e defasagens. Assim, há regiões descontínuas, compostas por cidades modernas e atrasadas, cidades mais avançadas e cidades retardatárias. O que marcará essa descontinuidade será também o adensamento da população. O crescimento demográfico e a qualidade do capital humano conduzirão ao fortalecimento do mercado local, da estrutura hierárquica e polarizadora da cidade. As cidades que são polos regionais se reforçam como centros receptores das inovações, tanto no comportamento social quanto das atividades produtivas, ou seja, a hierarquização está ligada a localização e redistribuição da produção, mas também do modo de vida e as suas condições materiais⁴².

As forças e mudanças espaciais no seio das atividades produtivas operam em favor do declínio de centros históricos, em geral conservadores no seu modo de vida, o que fortalece os centros que são baseados nos serviços. Como as condi-

41 Brown (1983, p. 12-18); Dauphiné (1999, p. 905).

42 Veltz (1996); Paulus e Pumain (2002).

ções materiais da produção e o modo de vida são diferenciados entre os centros, então o processo de difusão será sempre desordenado.

Na visão dos lugares centrais, o processo não se faz necessariamente de maneira desordenada. Nesse caso, a difusão espacial é afetada pela proximidade dos lugares e o papel e posição de cada um na rede de cidades. Assim, a rede de cidades é um canal privilegiado de propagação, pois os núcleos urbanos que a compõe têm as condições potenciais para ser um centro receptor. Com isso, as inovações e o progresso fluem do lugar central para a periferia de forma hierárquica, mas constante enquanto houver dinamismo econômico⁴³. A grande característica da economia do lugar central é a presença das atividades terciárias, mais complexas e diversificadas do que as atividades da periferia.

No sistema de lugares centrais, a ideia de espaço econômico ganha uma nova perspectiva: a interação espacial. Esta interação é produzida pela gravitação dos lugares no entorno do lugar central. O lugar central terá sua força de atração caracterizada pelo seu tamanho, pela captação de parcela da demanda da periferia, a rentabilidade dos investimentos e a renovação dos ciclos de negócios, a capacidade de atrair e ocupar capital humano de alto nível e a localização de atividades comerciais e de serviços diversificados⁴⁴.

A organização da rede de cidades possuem as seguintes características⁴⁵:

1. Alguns produtos e serviços são ofertados somente num número restrito de lugares;
2. A atividade terciária exerce a atração sobre as áreas rurais;
3. A influência dos lugares onde ocorre a transformação é variável, conforme os produtos. Quando um local de transformação demanda uma matéria-prima no seu entorno, sua influência é aumentada de forma simultânea;
4. Os centros têm uma população mais significativa com taxas positivas de crescimento.

43 Saint-Julien (1985).

44 Christaller (1966, p. 14-23).

45 Christaller (1966, p. 56-121).

Como o espaço econômico se organiza em função do lugar central, certas atividades terão necessidade da proximidade para serem vantajosas. Por isso, a organização da rede de cidades têm que otimizar a proximidade, o que significa diminuir a fricção espacial e fortalecer as áreas de mercado⁴⁶.

Portanto, a difusão espacial por hierarquia revela que as cidades têm um papel importante na organização do espaço e na caracterização das regiões, consequentemente na forma de transmissão do desenvolvimento econômico.

46 Lacour e Gaschet (2002).

REGIÃO, URBANIZAÇÃO E POLARIZAÇÃO

Lucir Reinaldo Alves

Nos seus primórdios, o termo região se referia apenas à unidade político-territorial em que se dividia o Império Romano. Entretanto, o termo passou a designar uma dada porção da superfície terrestre que, por um critério ou outro, era reconhecida como diferente da outra porção. É um conceito-chave empregado pelos cientistas sociais quando estes incorporam em suas pesquisas a dimensão espacial. Em torno do conceito de região, desenvolveu-se um intenso debate entre os cientistas sociais, destacando-se os geógrafos e os economistas, à procura de um conceito que fosse comum. Inicialmente, os geógrafos desenvolveram, entre 1870 a 1970, três grandes definições de região: a *região natural*, identificada por uma específica combinação de elementos da natureza como principalmente, o clima, a vegetação e o relevo; a *região-paisagem*, entendida como o resultado de um longo processo de transformação da paisagem natural em paisagem cultural, onde o arranjo dos campos, o sistema agrícola e o habitat rural, mas também o dialeto e os costumes formam um conjunto de características que constituem um gênero de vida; e a *região plural*, entendida a partir de propósitos específicos, não tendo a *priori*, uma única base empírica, onde é possível identificar regiões climáticas, regiões industriais, regiões nodais, ou seja, tantos tipos de regiões quantos forem os propósitos do pesquisador⁴⁷.

47 Corrêa (1997); Kon (1999).

Por volta de 1970, o pluralismo conceitual, sobre região, estava plenamente estabelecido entre os geógrafos. A partir daí, o conceito de região ganha destaque entre os não geógrafos que de alguma forma se interessam pela dimensão espacial da sociedade. Assim, novos conceitos de região são introduzidos, ampliando ainda mais o pluralismo conceitual.

Outros três grandes conceitos de região foram instituídos após 1970. O primeiro reflete a região como uma resposta aos processos capitalistas, entendida como a organização espacial dos processos sociais associados ao modo de produção capitalista. No segundo, a região é vista como foco de identificação, onde há relações culturais homogêneas entre grupos e lugares, sendo uma apropriação simbólica de uma porção do espaço, ou seja, um elemento constituinte de uma identidade. O terceiro vê a região como meio para interações sociais, ou seja, uma visão política da região com base na idéia de que dominação e poder constituem fatores fundamentais na diferenciação das áreas⁴⁸.

Nesse debate, a região foi caracterizada como uma área geográfica que constitui uma entidade que permite, simultaneamente, a descrição de fenômenos naturais e humanos, a análise de dados socioeconômicos e a aplicação de uma política⁴⁹. Duas características principais estão intrínsecas nessa análise: a homogeneidade e a integração funcional, resultando, simultaneamente, num sentimento de solidariedade vivida e em relações de interdependência com os restantes conjuntos regionais e com os demais espaços existentes.

O debate mais recente sobre o conceito de região traz novas reflexões e impõe novas inflexões a esta complexa categoria, o que estimula a emergência da abordagem territorial. O território, nesta perspectiva, é visto como um espaço em que transcorrem as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais e é construído a partir da ação entre os indivíduos e o ambiente ou contexto objetivo em que estão inseridos⁵⁰. Assim, não é uma característica única que o define – em detrimento das características de inspiração agrícola ou industrial, por exemplo – mas envolve um processo de interação entre o espaço e a ação humana, que se expressa na forma de uso e nas alterações que o agir dos indivíduos produz sobre a base física e natural em que se encontra. Trata-se, portanto, de uma construção. O território não é apenas a expressão do espaço social construído em que ocorre

48 Corrêa (1997); Kon (1999).

49 Benko (1999).

50 Harvey (1994); Schneider (2004).

a produção e interação humana, mas é também um campo de forças onde atuam e operam as relações de poder e dominação. Os territórios são definidos como lugares de interação entre sociedades humanas e ecossistemas⁵¹. É a maneira como uma determinada sociedade se organiza em sua relação com a natureza e esta organização supõe formas de coordenação entre organizações sociais, atores econômicos e representantes políticos necessariamente específicos e com uma história própria a cada lugar.

Enfim, conforme mencionado, estabelecer uma única definição de região é uma tarefa muito complexa. Além disso, a escala da regionalização alterou-se significativamente com o aceleração do fenômeno da globalização no século XX. Neste contexto, a evolução da noção de região fez os economistas, os geógrafos, os historiadores e os sociólogos compreenderem que a região é um produto social gradualmente construído por sociedades nos respectivos espaços de vida.

Essa pluralidade de conceitos nada mais é do que produtos de uma imposição arbitrária, ou seja, uma relação de forças na tentativa de uma delimitação legítima, um jogo de poder simbólico a partir de interesses específicos de cada área.

As regionalizações são definidas pela interpenetração e determinação recíproca dos: 1) objetivos/interesses do(s) “regionalizador(es)” (Estado, cientistas, planejadores, etc.); 2) da sanção e reconhecimento social da(s) regionalização(ões) proposta(s) por parte das comunidades “regionalizadas”; e 3) das características materiais e produtivas do território (que dão o substrato aos interesses dos regionalizadores e à sanção social das comunidades internas e externas)⁵². A região não pode ser pensada como uma entidade física: ela é, rigorosa e necessariamente uma construção social; ela é o resultado de um processo de regionalização e este processo é função dos objetivos daqueles que o põem em curso. Porém, estes objetivos comportam objetividade e se enraízam na materialidade produtiva e geográfica (inclusive topográfica) do território.

As mesorregiões homogêneas, formuladas pelo Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE), são outra forma de se definir uma região. Nesse caso, constituem regiões definidas por um órgão público de pesquisa e assessoramento ao planejamento estatal (o IBGE) a partir da identificação de homogeneidades que emprestam consistência analítica, política e social às mesmas.

51 Schneider (2004).

52 Paiva (2005).

De acordo com o IBGE⁵³, as mesorregiões homogêneas foram constituídas levando-se em consideração as áreas que agrupam, dentro de um mesmo Estado, municípios com características físicas, sociais e econômicas aproximadas. Alguns dos critérios estabelecidos para nomear as mesorregiões foram: - domínios ecológicos; - áreas de população; - regiões agrícolas; - atividades urbanas (industrial e de serviços). Assim, o conceito de espaço homogêneo foi definido como forma de organização da produção.

A coesão unificadora de uma região, acima e além das semelhanças geográficas, é o seu desenvolvimento em torno de uma base de exportação comum. É isso que a torna unificada economicamente e vincula as riquezas de área. Isso tende a resultar no desenvolvimento interdependente de economias externas dentro da região e a unificar esforços políticos visando a ajuda governamental ou a reforma política⁵⁴.

Assim, para além das similaridades geográficas, históricas e econômicas das regiões, as suas semelhanças produtivas, sustentadas pelas especializações regionais, são características que podem aproximar ainda mais os estudos ligados ao desenvolvimento regional.

URBANIZAÇÃO E A HIERARQUIA DA CENTRALIDADE

Urbanização é o crescimento mais rápido das populações urbanas em relação às populações rurais. Quanto maior a densidade da população urbana em relação à população total, o nível de urbanização é mais significativo. Entretanto, muitos confundem “urbanização” com “crescimento urbano”. Os termos “urbanização” e “crescimento urbano” são diferentes, mas as vezes ocorrem simultaneamente. “Crescimento urbano” é o simples aumento da população das cidades, porém, isso pode ocorrer sem haver aumento da taxa de urbanização, que representa a participação da população urbana na população total da região analisada⁵⁵.

53 IBGE (1970).

54 North (1977a); North e Thomas (1980).

55 Polesè (1998).

A cidade é o lugar no qual se concentra o excedente alimentar e toda a produção agrícola⁵⁶. Nas cidades, esses excedentes são comercializados, transformados e redistribuídos para a região. Além disso, as cidades exercem outros serviços urbanos de todas as espécies. Todas essas funções são distribuídas entre as cidades de acordo com o tamanho das mesmas. Devido à especialização das cidades, há o desenvolvimento de um sistema de trocas entre elas, configurando assim, uma rede urbana⁵⁷.

A urbanização não é formada apenas por questões demográficas. Ao se analisar a questão urbanística de uma região, deve-se levar em consideração, além do fator demográfico, as questões históricas e geográficas, pois assumem características importantes no processo⁵⁸. Por este motivo, as cidades atuam como instrumentos de articulação das sub-regiões especializadas num espaço econômico, como centros das atividades e das inovações, como pontos focais das redes de transportes e de localizações⁵⁹.

As cidades são heterogêneas, pois elas possuem dinâmicas diferentes quanto ao tamanho, função, posição espacial relativa, hierarquia, etc. No entanto, a atração do centro urbano aglomerativo pode ser entendida como uma síntese do seu entorno de crescimento. Nesta linha de pensamento, a teoria da centralidade, tanto na versão de Walter Christaller como em August Lösch, afirma que as cidades são essencialmente centros prestadores de serviços para as populações do seu entorno⁶⁰. Elas são espacializadas dentro de um padrão hierárquico, a partir dos bens que elas têm a oferecer.

No caso de Christaller, a organização urbana no espaço regional se dá através de uma hierarquia dos lugares e pode ser representada pela figura 7.

56 Von Thünen (1966).

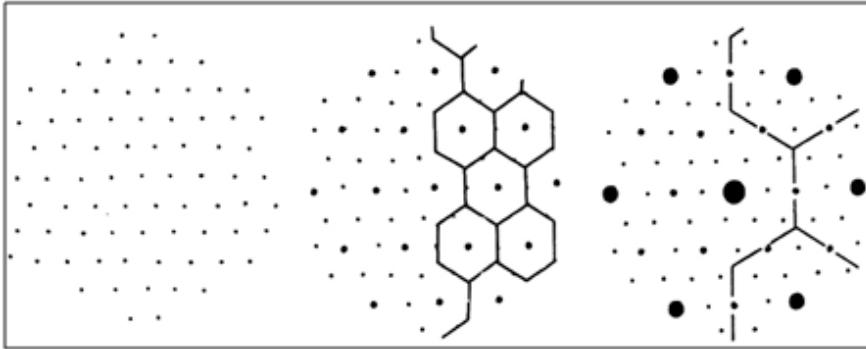
57 Friedman (1972); Singer (2002).

58 Paviani (1994).

59 Berry (1970).

60 Christaller (1966); Lösch (1954); Weber (1929).

FIGURA 7 – HIERARQUIA DE CENTRALIDADE DE CHRISTALLER



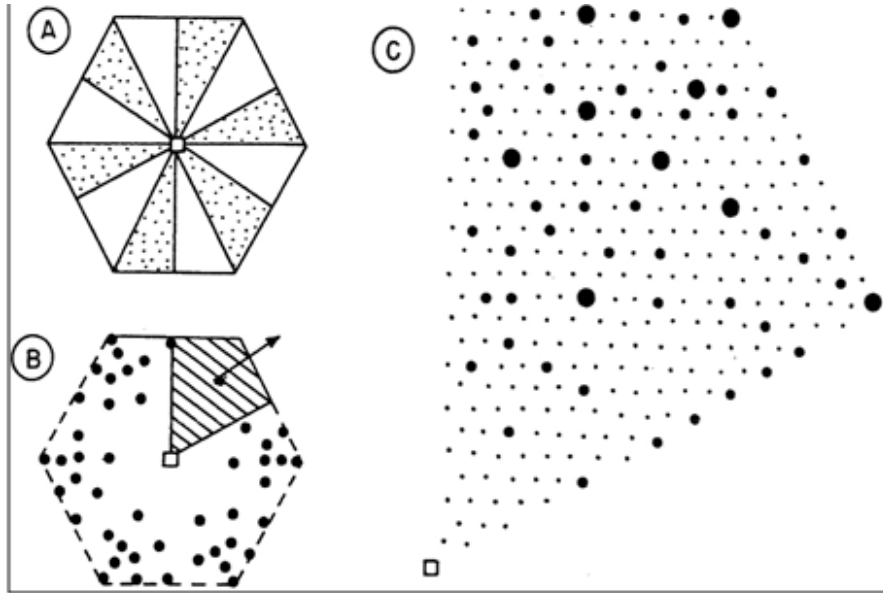
No modelo da centralidade, a rede urbana é composta por um conjunto de hierarquias: a hierarquia das populações urbanas, a hierarquia comercial e a hierarquia dos bens e serviços. Assim, as cidades pequenas disponibilizam serviços mais simples, servindo a uma população mais restrita. Já nas cidades maiores, os serviços são mais sofisticados e a zona de abrangência é maior. Por isso, existem três características básicas no modelo da centralidade: há uma *relação comercial* entre as hierarquias, sendo as cidades subordinadas abastecidas pela cidade central; há uma *rede de transporte* que interliga os centros subordinados complementando o mercado; e, há um papel *administrativo* dos centros urbanos que faz um determinado grupo de centros subordinados formar uma região de atuação do pólo⁶¹. Isto constitui um hexágono composto por cidades maiores (maior hierarquia) e menores (menor hierarquia), ou seja, os pontos maiores e menores apresentados na figura 7, respectivamente. Dessa forma, a teoria da centralidade de Christaller demonstra uma distribuição regular das funções entre todos os níveis de cidades, constituindo uma hierarquia formada por uma junção entre a hierarquia urbana e a hierarquia dos serviços⁶².

Ressalta-se que existe uma pequena diferença entre os modelos de Christaller e de August Lösch. O primeiro destaca que existe um número *fixo* de centros subordinados a cada centro. Já para o segundo, o número de centros subordinados é *variável*, conforme mostra figura 8.

61 Benko (1999).

62 Friedman (1972); Souza (2003).

FIGURA 8 – HIERARQUIA DE CENTRALIDADE DE LÖSCH



Fonte: Haggett (1973). Nota: (A) Setores ricos e pobres na cidade. (B) Distribuição das grandes cidades. (C) Distribuição dos centros dentro de um setor.

No modelo de Lösch, os fatores comerciais, de transporte e administrativos também fazem parte desse modelo. No entanto, o número de centros que a cidade central vai “dominar” não é fixo, logo, não forma um hexágono. Assim, as funções de cada cidade são distintas. Os maiores níveis possuem mais funções que os níveis menores, ou seja, para Lösch há uma distribuição irregular das funções de cada cidade⁶³.

No modelo de Lösch o espaço regional divide-se em áreas de mercado por tipos de produto. O modelo agrega os fatores da distância, produção em grande escala e concorrência. Para Lösch, os produtores de um determinado setor delimitam seu raio de atuação comercial em função da distância. Quanto mais distante for um centro urbano, maiores serão os custos de transporte⁶⁴. Assim, ao obter o limite máximo dos custos de transporte se atingirá a área extrema de atuação comercial.

63 Haggett (1973).

64 Benko (1999).

Vale lembrar que mesmo havendo diferenças peculiares entre as teorias de Lösch e Christaller, ambos acreditam que as cidades são fornecedoras de um conjunto de funções (serviços urbanos). Assim, a função primordial das cidades é centralizar serviços para o interior imediatamente mais próximo à ela (região complementar) fornecendo bens e serviços centrais, tais como: comércio atacadista e varejista, serviços bancários, organizações de negócios, serviços profissionais, serviços administrativos, facilidades de educação e diversão⁶⁵.

Com enfoque distinto, Harvey vê a cidade mais que uma simples fornecedora de bens e serviços, ele considera a urbanização dentro de um processo geral de transformação da sociedade. Na sua argumentação, as cidades surgem como uma maneira de concentrar força de trabalho para extração de um excedente. Ao longo do tempo, as suas formas e funções se transformam em uma função desse excedente. Há a necessidade da concentração do excedente em algum tipo de cidade. Há também necessidade de articulação de um espaço econômico suficiente para possibilitar e facilitar essa concentração⁶⁶. Neste sentido, a integração espacial na economia, a evolução dos mercados de preço fixo e a evolução do urbanismo como uma inter-relação através da qual se cria, mobiliza e concentra o excedente social. Neste contexto, uma economia espacial tem que ser criada e mantida se o urbanismo sobreviver como forma social.

No caso das cidades, a aglomeração das atividades urbanas ocorre nos centros em expansão. Com isso, há um deslocamento de mão-de-obra e de capitais, para esses centros urbanos em busca de acúmulo de capital, emprego, renda e riqueza⁶⁷. Por isso, a polarização se dá através dos serviços urbanos que a cidade é capaz de oferecer. As transformações ocorridas no meio urbano e no rural devido ao crescimento da produção e da acumulação de capital reduzem a oferta de trabalho e expulsam a mão-de-obra⁶⁸. Dessa forma, a cidade que disponibiliza serviços comerciais, bancários, políticos, de informações e demais serviços urbanos, se beneficia desse processo e torna-se atrativa para as economias agrícola e urbana que necessitam desse “meio” para atender suas necessidades, que são de atividades modernas e altamente tecnificadas.

Dessa forma, a cidade passa a exercer mais uma função: ela torna-se responsável pela absorção da força de trabalho rural que se destina à cidade em bus-

65 Richardson (1975).

66 Harvey (1980).

67 Myrdal (1972).

68 Santos (2002 e 2003).

ca de novas oportunidades de emprego nos setores urbanos (indústria e serviços). Assim, as cidades são fornecedoras de bens e serviços para si e para a região de sua influência, tornando-se centrais em relação às demais⁶⁹.

Por isso, o espaço urbano é uma forma altamente favorável ao desenvolvimento capitalista. As características urbanas de concentração, densidade, viabilizam a realização mais rápida do ciclo do capital⁷⁰. Assim, a ampliação do processo de urbanização determina a articulação entre os lugares e acentua a divisão social do trabalho que o capitalismo provoca e de que necessita para se reproduzir⁷¹.

A divisão social do trabalho e, através dela grande variedade oferecida nas transações, facilitam a flexibilidade do sistema produtivo. Dessa forma, a aglomeração geográfica dos setores e a divisão social do trabalho interagem entre si no espaço e no tempo⁷². A urbanização surge como característica fundamental nesse processo. Uma urbanização densa e uma forte aglomeração são características fundamentais na dinâmica do desenvolvimento capitalista.

POLARIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO

De acordo com o teorema de Perroux⁷³ o desenvolvimento não surge em toda parte ao mesmo tempo. Ele se manifesta em pontos ou pólos de crescimento. Ele propaga-se por vias e impactos diferentes no conjunto da economia. Assim, o pólo é caracterizado como o centro econômico de uma região, seu crescimento se faz sentir sobre a região que o cerca, e ele cria fluxos da região para o centro e refluxos do centro para a região. O surgimento do pólo é uma consequência do processo de desenvolvimento econômico capitalista. Neste caso, o desenvolvimento econômico é caracterizado como um fenômeno desequilibrado, de forma que forças poderosas induzem a concentração espacial das atividades econômicas, em torno de pontos (núcleos urbanos) no qual este processo se inicia.

69 Ferrera de Lima e Koehler (1998).

70 Souza (1996).

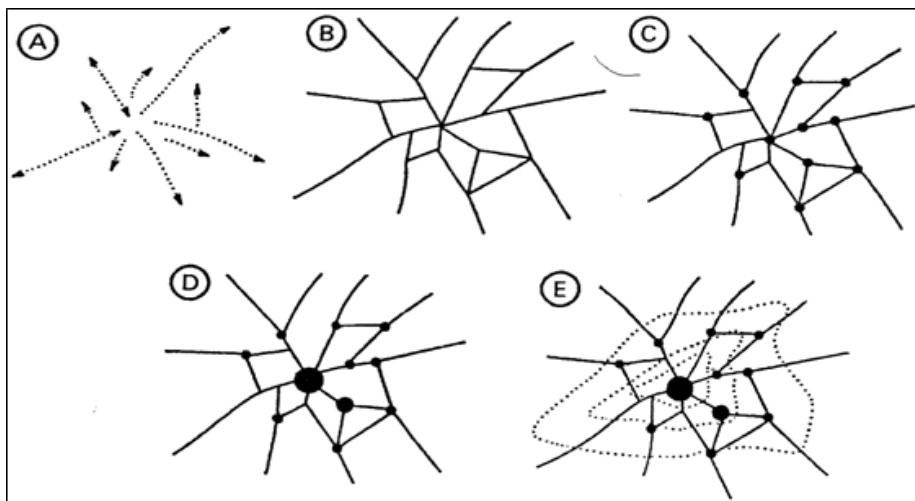
71 Sposito (1989).

72 Benko (1999).

73 Perroux (1977).

A região se forma na área de influência de um pólo. Nesse sentido, as regiões se organizam em torno de uma cidade que polariza em torno de si dominando e orientando a vida econômica da sua área de influência. Esse domínio se dá nas relações comerciais, administrativas, sociais, demográficas e políticas. Assim, o espaço polarizado, organizado em torno de uma cidade (pólo), é uma região. A evolução do espaço regional polarizado pelo espaço urbanizado foi esquematizada na figura 9.

FIGURA 9 – ETAPAS DE POLARIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO



Fonte: Haggett (1973).

Pela figura 9, nota-se que a configuração (organização) de uma região polarizada e urbanizada é mantida através de fluxos constantes de homens, de mercadorias, de dinheiro, e de informações. Quando há um excesso de fluxos para o interior do sistema, ocorre o desenvolvimento das cidades e a expansão urbana, e a diminuição dos movimentos provoca contrações de cidades. Assim, o processo de polarização e urbanização se inicia através dos movimentos e fluxos (A). Esses movimentos formam uma rede (B), que acarreta na formação de nós e/ou pólos (C). É na etapa posterior que há a configuração da hierarquia das cidades (D). A última etapa configura uma região, com pólos e hierarquias já definidos (E). A formação das regiões urbanas e polarizadas ocorre nas três últimas etapas, através da intensidade de fluxos e refluxos.

A configuração de um centro urbano polarizado e a urbanizado ocorrem com a introdução da industrialização. As cidades que se configuram como os principais centros comerciais são as que atraem a industrialização mais intensa e, em consequência, atraem serviços mais especializados e população⁷⁴. Assim, o crescimento demográfico da cidade torna-a um mercado cada vez mais importante para bens e serviços de consumo, o que passa a constituir um fator adicional de atração de atividades produtivas que, pela sua natureza, usufruem de vantagens quando se localizam junto ao mercado de seus produtos.

A industrialização faz surgir uma gama de variedades de serviços e estimula o crescimento demográfico, que por sua vez propicia maior diversificação e especialização dos serviços. Assim, a aglomeração espacial (polarização) das atividades produtivas – que se traduz em sua urbanização – é um requisito da crescente especialização e complementaridade impulsionadas pela industrialização⁷⁵.

Numa época marcada pelas transformações do sistema capitalista há a exigência de uma relação entre a hierarquia das cidades. Assim, as cidades são pólos de distribuição de bens e serviços, e a intensidade da circulação e a distribuição desses produtos e serviços, da cidade para a região, determinam em parte o nível de integração regional.

74 Singer (2002).

75 Singer (2002).

POPULAÇÃO E REDE URBANA

Ricardo Rippel

A discussão da relação entre população e desenvolvimento econômico regional é reflexo das situações práticas no dia-a-dia das populações. Porém, para se analisar essa relação, em primeiro lugar é preciso definir com precisão os termos a serem utilizados, pois a correta definição dos mesmos é fundamental para uma maior compreensão dos dois processos (o de *desenvolvimento econômico* e o da *dinâmica populacional*); para então, num momento posterior, entender de modo mais claro a inter-relação que se estabelece entre ambos⁷⁶. Assim, o desenvolvimento econômico é mais do que o mero crescimento econômico de um país ou de uma região, seja ele apontado de forma total ou *per capita*.

O desenvolvimento econômico é também bem mais do que a simples ampliação da renda da população, pois ele não é um processo puramente quantitativo e mecânico passível de ser medido estatisticamente ano a ano. O desenvolvimento econômico é um processo qualitativo de mudança estrutural; histórico em sua essência, não apenas porque leva tempo para se materializar, mas porque configura uma evolução entre duas ou mais situações estruturalmente diversas.

Neste contexto, o desenvolvimento econômico se caracteriza pelo aumento sustentado do produto *per capita*, seguido de mudanças na localização da população entre campo e cidade, mudanças na estrutura produtiva da economia,

76 Singer e Szmezsányi (1991).

principalmente na composição do aparato de transformação e no fortalecimento da rede urbana⁷⁷.

Desta forma, observa-se que os debates referentes aos problemas do desenvolvimento econômico nas regiões têm rebatimentos na estrutura urbana, na forma de produção e na construção do espaço social ao longo de um processo histórico.

Nesse processo histórico, o cenário do desenvolvimento econômico de uma região tem influência nos deslocamentos populacionais que para lá se dirigem e de lá se originam. No movimento de crescimento da economia, a migração é importante fator no processo; ora influenciando o mesmo, ora sendo influenciada por ele⁷⁸. Os fluxos populacionais têm rebatimentos econômicos importantes, pois nesses fluxos o grupo social vai percorrer um trajeto no qual existem vários pontos de origem e de destino, que surgem em função da atuação de determinantes estruturais que estão na origem desses fluxos, definindo seus desdobramentos espaciais e temporais. Ou seja, quando se fortalecem as disparidades econômicas entre as regiões, e, conseqüentemente, o seu perfil de desenvolvimento econômico, as áreas de origem e de destino mudam de perfil. A área de origem deixa de ser simplesmente o lugar de onde provêm os migrantes e passa a ser a região onde ocorreram modificações sociais, econômicas, ou produtivas que estimularam um ou vários conjuntos sociais a deslocar-se.

Por isso, o contexto no qual ocorreram e ocorrem as migrações é caracterizado por mais que simples deslocamentos de expressivos contingentes humanos, mas por reordenações geográficas e pela produção de espaços existenciais que são historicamente construídos e que derivam da adoção de práticas produtivas decorrentes das relações cotidianas. É que isto, via de regra, surge das relações que os indivíduos estabelecem e que são atreladas às potencialidades regionais de ocupação⁷⁹. Como um fenômeno social importante, as migrações internas são condicionadas e resultantes de um processo global de mudanças sociais e econômicas, das quais não podem ser separadas.

Embora se reconheçam as dificuldades teóricas que permeiam as questões referentes ao desenvolvimento regional, o alvo principal deste estudo é compreendê-las a partir dos movimentos migratórios. Por isso, as análises da dinâmica populacional, com um especial enfoque da migração, contribuem efetivamente

77 Kuznets (1983).

78 Ravenstain (1980).

79 Martine e Diniz (1991).

para uma melhor compreensão do problema do desenvolvimento regional. Esse desenvolvimento impacta diretamente no processo migratório e vice-versa, o que repercute no comportamento demográfico e econômico das regiões e cidades.

Nesse sentido, observa-se que o desenvolvimento de uma região encontra-se vinculado à dinâmica e à organização do capital, que necessita transformar as condições “ambientais locais”, moldando-as segundo seu interesse e necessidade de expansão, dado que normalmente o deslocamento de pessoas e de investimentos para uma área determinada está diretamente relacionado tanto com o comportamento geral da economia quanto com o processo de inserção e unificação de mercados e da região no mercado⁸⁰.

O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Para Albert Hirschman e Celso Furtado, o processo de desenvolvimento econômico depende dos seguintes fatores: a) situação geográfica, b) passado histórico, c) extensão territorial, d) população, e) cultura, e f) recursos naturais. Verifica-se, então, que as mudanças que caracterizam o processo constituem-se essencialmente no aumento da atividade industrial em comparação com a atividade agrícola, migração da mão-de-obra do campo para as cidades, redução das importações de produtos industrializados e das exportações de produtos primários e menor dependência de auxílio externo⁸¹.

O desenvolvimento econômico é um acontecimento amplo que, em sua ocorrência, implica a elevação dos níveis qualitativos de vida. Para que ele ocorra é necessário identificar um mecanismo capaz de induzi-lo, identificando nas regiões as condições que são essenciais para alcançar o desenvolvimento. O desenvolvimento econômico é fruto de uma ou de várias situações de desequilíbrio econômico ou social e que o mesmo é obtido quando as sociedades e as economias buscam superar tais desequilíbrios e, como resultado, alcançam o desenvolvimento⁸².

Com esses argumentos, emergem ao primeiro plano dos estudos do desenvolvimento as pesquisas a respeito dos mecanismos e dos elementos próprios

80 Santos (1972, 1999 e 2003).

81 Hirschman (1961 e 1996); Furtado (1987 e 2001).

82 Hirschman (1961).

da dinâmica econômica por meio dos quais fatores como a renda, o emprego, a produção e o investimento interagem de modo que se tornam interdependentes, pois passam a retroalimentar-se conforme um determinado ritmo de expansão e da criação de novas oportunidades de investimentos do capital, afetando diretamente o bem-estar das populações.

Percebe-se então, que a promoção do desenvolvimento passa necessariamente pelo crescimento de determinados setores econômicos, o que gera uma série de pressões sobre outros setores e que origina por sua vez, uma sequência de pressões sociais, e isto muitas vezes resulta em movimentos migratórios⁸³.

A promoção do desenvolvimento econômico regional traz subjacente a idéia de progresso técnico e econômico, como também de melhoria das condições de vida para os indivíduos à medida que a sociedade se transforma e passa a mobilizar-se em torno de objetivos que tragam mudanças qualitativas. Essas mudanças qualitativas transparecem em: a) elevação dos níveis de educação, b) melhores níveis de saúde, c) melhoria da qualidade e preservação do meio ambiente, d) elevação dos níveis e da qualidade da habitação para a população, e) aprimoramento ao acesso e distribuição mais equitativa da renda nacional, etc⁸⁴. Assim, percebe-se que as sociedades não se desenvolvem isoladas e as transformações que levam ao desenvolvimento expandem-se por meio de contatos e canais que geram difusão de informações e conhecimento.

Entretanto, é importante ressaltar que estas características do desenvolvimento não se encontram presentes apenas nos dias atuais, mas podem ser percebidas ao longo da história, surgindo e se consolidando paulatinamente, e uma das formas mais conhecidas ao longo da história de se perceber mudanças nos padrões de desenvolvimento das regiões sob análise reside no estudo dos movimentos migratórios realizados pelos indivíduos.

As populações em geral, e mais ainda a migração, são efetivamente influenciadas pelo modo como o desenvolvimento de uma região ocorre, e que também detém a capacidade de influenciar e até estimular um determinado processo de desenvolvimento. Nesse sentido, quando se observa o desenvolvimento regional com um olhar mais arguto, vê-se o importante papel que as migrações internas têm no estágio do desenvolvimento. De tal forma que, a migração interna de uma região adquire especial significado, pois é um dos fatores que compõem o

83 Hirschman (1961, p. 106-112).

84 Chabaribery (1999).

conjunto maior de transformações que acontecem nas regiões e no país, mediante um determinado modelo de desenvolvimento econômico.

MIGRAÇÕES E O ENFOQUE HISTÓRICO ESTRUTURAL

Sob o embasamento histórico estrutural de análise da migração, tal abordagem permite que um movimento de migração interna passe a ser focado como uma consequência do desenvolvimento da sociedade em questão, adquirindo, no seu desenrolar, características específicas segundo as modalidades desse processo de desenvolvimento econômico regional⁸⁵. Verifica-se, então, que esta abordagem explica o desenvolvimento econômico e a migração numa sociedade a partir de um enfoque das características estruturais que surgem na sua formação, destacando as formas de vinculação entre uma e outra característica, em especial os fatores políticos e econômicos que nele (no processo de desenvolvimento) estejam presentes e atuando.

Assim, é fundamental que as migrações sejam encaradas como sendo um processo no qual se encontram envolvidos grupos sociais, e não uma população como entidade abstrata ou mesmo como sujeitos isolados que se deslocam no espaço em decorrência de transformações econômicas e mesmo sociais num determinado local. Da mesma forma, a compreensão dessas transformações é fundamentada na dinâmica presente nas relações de produção, do processo de expansão – crescimento – e da acumulação do capital e que são historicamente estabelecidas⁸⁶.

Ou seja, as migrações são um fenômeno historicamente condicionado, pois suas formas de manifestação são decorrentes de condições específicas que se fazem presentes numa determinada sociedade. Nessa sociedade, os processos de mudança estrutural que se encontram na base desses movimentos populacionais são específicos, mas devem ser analisados globalmente, considerando os contextos sociais onde se verificam e dos quais fazem parte.

Deste modo, a abordagem geral destas questões mostra que são as mudanças estruturais que vão definir particularidades dos fluxos migratórios, sua

85 Oliveira et al (1980).

86 Singer (2002); Martins (1986).

intensidade, sua direção e suas características, pois tais mudanças incidem sobre o processo produtivo e remetem o movimento migratório à própria dinâmica de expansão do capitalismo e das decorrentes transformações das relações de produção. Tornam-se elementos fundamentais ao processo os aspectos históricos e institucionais que se configuram em fatores de composição do quadro de determinações estruturais vigentes na sociedade, interferindo, como consequência, no processo migratório.

Faz-se, então, necessário evidenciar o caráter social das migrações e, neste horizonte, fica evidente que, nas motivações das migrações encontram-se acima de tudo causas estruturais que se convertem em fonte e origem do processo. As transformações estruturais não afetam da mesma maneira os diferentes grupos componentes da estrutura social, levando a que apenas determinados segmentos da sociedade sejam impelidos a migrar.

As causas das migrações abrangem desde alterações e mudanças na localização das atividades econômicas até diferenças espaciais de crescimento da produção. As consequências da migração na estrutura econômica e social não são ou serão iguais para os distintos segmentos da sociedade, o que acaba por indicar a presença de uma dimensão de seletividade no movimento migratório, que é objetivo e surge com um conteúdo discriminador de grande rebatimento social⁸⁷.

Nessa perspectiva, é perfeitamente possível que se fale em vários fluxos migratórios de um único território ou região, tendo em vista a diversidade das situações e dos grupos sociais que podem ser atingidos pelas transformações das condições estruturais do mercado e da produção. Assim, cabe, neste ponto da reflexão, introduzir uma dimensão essencial da abordagem histórico-estrutural, a das migrações temporárias. Trata-se da noção de *origem-destino* dos fluxos migratórios. Na medida em que os fluxos migratórios são compreendidos como um movimento de um dado segmento social, eles não podem ser reconstituídos unicamente na base do deslocamento dos indivíduos entre dois pontos no espaço num determinado período de tempo⁸⁸. O que existe, na verdade, é um trajeto marcado por diversos pontos de origem e destino, no qual a atuação de determinantes estruturais na origem vai atuar como o fator privilegiado na definição dos desdobramentos espaciais e temporais das migrações⁸⁹.

87 Singer (2002).

88 Singer (1968); Martins (1986).

89 Singer (2002, p. 30-33).

Tal concepção nos leva a reavaliar os conceitos de *área de origem e área de destino* dos fluxos migratórios. A primeira reflexão é tecida sobre a definição da área de origem, que deixa de ser simplesmente o local de onde provêm os migrantes e passa a ser aquela onde se deram as transformações sociais e econômicas que colocaram em movimento um ou vários grupos sociais. Já a área de destino passa, nesta abordagem, a ser identificada não apenas pelo saldo migratório positivo. Ela deve ir além, pois há que se deve levar em consideração que existem etapas e retornos no processo. Cabe, assim, destacar que as migrações são um processo acima de tudo social, no qual “grupos sociais” se deslocam no espaço geográfico, motivados, estimulados por alterações econômicas e sociais que acontecem numa área “X” num dado momento de tempo específico.

Os movimentos migratórios se relacionam com as transformações estruturais no espaço econômico regional, particularmente com a industrialização. Quando uma economia regional se fortalece a partir do fortalecimento da sua estrutura de transformação, ela acarreta profundas transformações na distribuição espacial das atividades econômicas urbanas, gerando um processo de aglomeração espacial econômico muito distinto da organização econômico-espacial anterior e resultando em importantes rebatimentos na migração interna.

As atividades de transformação têm necessidade de utilizar uma infraestrutura de produção e de serviços já previamente estabelecida e especializada, fator que lhe permite usufruir de economias externas – ou seja, de estruturas econômico-produtivas já estabelecidas que redundem em ganhos de escala⁹⁰. Em síntese, a utilização destas “economias externas” na produção industrial decorre da complementaridade que se verifica entre estabelecimentos industriais e de serviços (encadeamentos produtivos), que são gerados no processo de produção e que repercutem em ganhos de escala⁹¹.

A industrialização não consiste apenas numa alteração do conjunto das técnicas de produção que leva à transformação e diversificação de produtos, mas também é resultante de uma profunda alteração da divisão social do trabalho que fortalece o *continuum* urbano-industrial em detrimento do *continuum* urbano-rural⁹². O *continuum* representa um conjunto conexo, sucessivo e contíguo.

90 Genericamente, os ganhos de escala são os que a empresa passa a obter por vantagens competitivas que consegue por se inserir numa região onde já se fazem presentes muitos dos serviços que utilizará.

91 Singer (1968 e 1976); Scott (1994).

92 Ferrera de Lima et al (2005).

Nesse conjunto, a localização das atividades produtivas muda ao longo do tempo dadas as transformações locais e o efeito das forças centrípetas e centrífugas da dinâmica da base econômica sobre a região. As forças centrífugas estimulam a dispersão das atividades econômicas, as forças centrípetas as aproximam do aglomerado urbano e, com ambas, a atração e dispersão da população. É no aglomerado urbano, no seu conjunto de atividades (serviços, comércio, financeiros, indústrias, etc.) e suas relações com a rede de cidades que vão se estabelecer as forças de atração e dispersão de novas atividades e manter contato dinâmico com o resto do sistema econômico regional⁹³.

Esse posicionamento reduz a migração a um mero acontecimento que é derivado diretamente do processo de transformação industrial, ou seja, do fortalecimento do *continuum* urbano-industrial. Porém, quando se discute desenvolvimento econômico regional e população, devem-se incorporar aspectos fundamentais do processo que tem participação direta nos movimentos migratórios, sejam eles elementos institucionais ou históricos. Os arranjos técnicos produtivos do país, tanto no campo quanto na cidade, são enquadrados em sua essência pela sanha acumulativa presente no capitalismo que coloca a elevação do lucro como objetivo maior do processo. Estes condicionantes dão à sociedade um perfil concorrencial, o que implica dizer que o meio ambiente no qual se dá a migração também é definido pelo sistema. Isto ocorre de tal modo que a industrialização não é um processo que ocorre de forma espontânea, pois ela somente se viabiliza através de arranjos institucionais e pela existência de fatores condicionantes historicamente dados⁹⁴.

Os arranjos institucionais têm natureza diferenciada, e são determinados conforme o contexto histórico e com a intervenção de fatores institucionais que favorecem a concentração do capital e a concentração espacial das atividades econômicas. A industrialização envolve sempre um deslocamento significativo de atividades e de população, do campo para as cidades, movimento este que não é equilibrado, provocando desigualdades regionais, de tal forma que algumas áreas ficam esvaziadas e outras muito adensadas em termos de tamanho de população.

Essas diferenças regionais constituem-se em fatores-chave na análise de um processo migratório, característico da industrialização capitalista, no qual as populações das regiões empobrecidas que são, via de regra, detentoras de pou-

93 Vlasmann (1996); Ferrera de Lima (2004); Alves et al (2006).

94 Singer (1968).

cas oportunidades econômicas e sociais de inserção, vivem mediante um quadro de rebaixamento da qualidade de vida, fazendo surgir uma situação favorável à expulsão de grandes contingentes populacionais; que, em diversas situações, são necessários em outras áreas, que vivenciam um processo de crescimento econômico e que são atrativas para os migrantes.

Assim, “os fatores de atração”, ou seja, aqueles fatores que vão direcionar o destino destes fluxos migratórios também detêm uma importância capital na efetivação do ato da migração. Entre tais fatores, o que tem maior evidência é o da demanda por força de trabalho, pois envolve não somente a procura por mão-de-obra que deriva da produção industrial, mas igualmente a que se origina no crescimento das atividades de prestação de serviços que acompanha o processo de industrialização.

Os problemas de desenvolvimento econômico regional ficam mais patentes quando se realizam comparações entre áreas não desenvolvidas e áreas desenvolvidas, evidenciando a importância que o desenvolvimento tem no processo. O maior volume dos fluxos de migrantes e a qualidade dos seus efeitos derivam da rapidez e da intensidade com que as transformações tecnológicas são introduzidas. Além disso, nas regiões não desenvolvidas existem grandes parcelas da população ligadas ao setor de subsistência, o que pode, quando da introdução de mudanças no sistema produtivo, gerar intensos fluxos migratórios; fato que, via de regra, atualmente já não ocorre no mundo desenvolvido, onde o segmento produtivo de subsistência é menor, ou pouco expressivo⁹⁵.

O fluxo migratório em si não é neutro, pois ele gera também a *marginalização do migrante*, definida como a não-integração deste no setor capitalista da economia, e sua condição de reserva de força de trabalho. Assim, verifica-se que a perspectiva sociológica ligada ao enfoque histórico estrutural trata a migração como processo social que envolve fundamentalmente o grupo e não o indivíduo. Esta perspectiva parte da suposição de que o procedimento tem causas estruturais cujo substrato é econômico; supõe, também, que essas causas afetam diferentemente os grupos que compõem a estrutura social da área de origem.

Deste modo, vê-se que as transformações estruturais se manifestam ou nas mudanças na localização das atividades econômicas ou em diferenças espaciais de crescimento da produção; cujas consequências não são idênticas para os vários segmentos sociais, o que conduz o autor à identificação de uma seletividade

95 Singer (1968 e 2002).

de dos fatores de expulsão. Infere-se, então, que esta seletividade é objetiva no sentido de que a determinação no processo que leva à migração é social e é de classe, o que não exclui a intervenção de motivações individuais, que têm caráter subordinado, face os determinantes estruturais.

Uma das consequências metodológicas desta abordagem é que o estudo dos movimentos migratórios fica limitado a apenas um presumível lugar de destino ou de origem dos migrantes, o que é insuficiente para desvendar a amplitude dos movimentos migratórios. Porém essa abordagem nos fornece um esquema teórico de compreensão do fenômeno migratório em áreas não desenvolvidas, que avança em relação às formulações anteriores principalmente pela introdução da visão histórica e pela compreensão estrutural que tem do processo nos seus diversos níveis: social, econômico e político.

AS MIGRAÇÕES TEMPORAIS E A REDE URBANA

Para se aproximar mais da complexidade da realidade migratória é preciso analisar as migrações temporárias. Sua reflexão tem como ponto de partida as configurações com que o fenômeno se expressa na realidade, pois as diferentes formas de migrações cíclicas e não-cíclicas estão referidas a condições e efeitos sociais distintos, traduzindo diferentes concepções sobre o que é temporário e, por conseguinte, expressando distintas formas de migração⁹⁶.

Para melhor compreender a questão, é preciso introduzir a noção de ausência, ou seja, é temporário o migrante que se considera “fora de casa”; ausente, mesmo quando, em termos demográficos, tenha migrado definitivamente. A migração temporária (que demograficamente separa membros de uma família, pois existe um deslocamento real no espaço) é, na verdade, uma forma de articular o desenvolvimento do capital à exploração mais intensiva da agricultura familiar. No caso das migrações temporárias em função de ciclos agrícolas, os deslocamentos temporários desempenham importantes papéis, de um lado na reprodução social do camponês, que se torna assalariado para garantir sua sobrevivência; e, de outro, na acumulação de capital, vez que a empresa capitalista ao fazer uso de migrantes como força de trabalho, não precisa gastar o que seria necessário para

96 Martins (1986); Scott (1994).

garantir sua reprodução como trabalhador para o capital⁹⁷. Com isso, as diferentes formas de valorização que o capital encontra, e que envolvem diversas modalidades de exploração do trabalho⁹⁸, consistem numa idéia fundamental para a compreensão do problema das migrações em geral, e não só dos fluxos temporários⁹⁹.

Não se pode, via de regra, esquecer que no enfoque histórico estrutural, as migrações são explicadas no quadro das mudanças que se verificam na estrutura da produção, em uma formação social particular, ou seja, que a ênfase recai no conhecimento de fenômenos que são historicamente determinados, implicando, portanto, a possibilidade de reconhecimento de múltiplos movimentos populacionais decorrentes de alterações das condições estruturais nos planos econômico, social e político.

Cabe considerar que as virtudes explicativas do enfoque histórico-estrutural evidenciam-se quando o mesmo procura salientar a importância da pesquisa dos fatores que atuam não só nas áreas de origem, mas também do conjunto das mudanças que a produção está experimentando. Além disso, é fundamental a realização do exercício teórico de buscar as articulações entre o estrutural e o individual, essa interiorização das determinações estruturais¹⁰⁰.

Vê-se, então, que a existência de fatores que se situam na mediação entre as condições estruturais e as motivações individuais da migração se constituem em importantes campos de análise dos sistemas urbanos, dos movimentos sociais, das redes sociais, e das políticas públicas, onde se encontram elementos que influem no amplo quadro de fatores que definem o volume e a direção dos fluxos migratórios.

A dimensão fundamental para a compreensão das migrações se revela nas conexões estruturais que surgem associadas a um determinado sistema social,

97 O trabalhador imigrante temporário é submetido a uma baixa remuneração porque sua reprodução não é completamente mediada pelo capital, isso torna possível um aumento da composição orgânica do capital, especialmente na agricultura, pelo barateamento da mão-de-obra e pela expansão da pobreza, sem a introdução de avanços técnicos e sem desenvolvimento econômico. Com esta forma de articulação, o capitalismo engendra uma situação de separação espacial entre produção e reprodução do capital, de um lado, e reprodução da força de trabalho, de outro.

98 A visão evolucionista de desenvolvimento que se encontra em Singer (1976 e 2002), de um lado e o quadro econômico dos anos 70, marcado pela modernização agrícola e pelo êxodo rural de outro, constituíram o suporte para a produção de conhecimento histórico-estrutural. Tais pressupostos conduziram a formulações que, na verdade, são mais coerentes para compreender um dos aspectos do fenômeno migratório, ou seja, a migração rural-urbana, que, naquela conjuntura, era ponto crucial no interior da problemática dos movimentos populacionais.

99 Martins (1986).

100 Santos (1982).

o que permite derivar à inter-relação que ocorre entre um elemento e outro, entre população e desenvolvimento¹⁰¹.

Como se percebe, apesar de as trajetórias migratórias contarem com estes “circuitos regionais migratórios”¹⁰², que acolhiam a movimentação entre as próprias regiões de expansão da fronteira, elas não abriram mão de se articularem com as grandes trajetórias dominantes nas regiões, via de regra provenientes dos grandes reservatórios de força de trabalho.

Deste modo, os indivíduos que compõem os fluxos passam a sofrer um processo de seletividade, pois apesar do poder de atração migratória de uma área, as regiões de destino muitas vezes não conseguem reter uma boa parte dos imigrantes, provocando o fenômeno da sua reemigração¹⁰³. Assim, a seletividade torna-se um dos componentes intrínsecos das trajetórias migratórias que, como caminhos estruturados socialmente, refletem os inúmeros obstáculos impostos à mobilidade social ascendente pela dinâmica econômica e social das regiões brasileiras.

Desta forma, a articulação entre os reservatórios de força de trabalho e as regiões com maiores oportunidades econômicas e sociais não se configura apenas num problema de “excedente demográfico” disponível, também depende da capacidade de mobilizá-lo socialmente, pois, mesmo que o migrante saiba que a sua possibilidade de sucesso é pequena, e que a migração se configura num risco cujo cálculo tem uma grande margem de incerteza, a motivação é maior, mais forte¹⁰⁴.

Este processo afetou sobremaneira o cenário demográfico do Brasil, principalmente em função de que se agregou aos seguintes fatores: a) o esgotamento da grande capacidade absorvedora de migrantes das áreas de fronteira do país; b) o ajuste do cenário produtivo econômico ocorrido no país com o surgimento de novos pólos industriais além de São Paulo; c) do advento e da consolidação da transição demográfica nacional; e, d) da modificação das políticas de integração nacional que reforçavam anteriormente a migração para as áreas de fronteira.

E se, por um lado, o estreitamento das oportunidades de inserção nas áreas de fronteira agrícola gerou o “fechamento” das mesmas e isto reduziu as

101 Renner e Patarra (1991); Szmrecsányi (1991).

102 Por exemplo, o Oeste do Estado do Paraná configurou-se historicamente num destes locais de circuitos regionais migratórios.

103 Segundo Brito (2000), muitos foram os migrantes que chegaram a um destino, mas nem todos foram capazes de superar a seletividade imposta pelos processos sociais e econômicos e foram empurrados em direção ao retorno ou a uma nova etapa migratória.

104 Brito (2000).

possibilidades de redistribuição espacial da população no país, por outro lado, os processos de reestruturação econômica implicaram na modificação dos instrumentos de geração de emprego (e, por conseguinte, no crescimento do desemprego), o que por sua vez acarretou a deterioração das relações de trabalho e, conseqüentemente das possibilidades concretas de absorção dos migrantes, inaugurando o que se chamou de período de “mobilidade travada”¹⁰⁵. O bloqueio à mobilidade, representado pela redução do crescimento econômico, pode tanto ter incentivado a queda da migração em direção às principais metrópoles, bem como ter favorecido a migração de retorno¹⁰⁶.

Nesse cenário emerge a discussão do que é urbano atualmente, pois é nesse cenário que muitos dos acontecimentos referidos à “mobilidade travada” se fazem presentes. Essa discussão é importante porque ela permite um maior nível de esclarecimento dos movimentos migratórios, notadamente daqueles que ocorrem envolvendo áreas urbanas, tanto que muito do que hoje é considerado urbano o é meramente em função de uma classificação técnica¹⁰⁷.

Isso leva a distorções sobre o que vem a ser efetivamente a rede urbana, além do que, há que se reconhecer que existem diversidades regionais que geram distintos problemas, derivados da dificuldade de mensuração correta do que é urbano e rural. Pois se, por um lado, o “rural” em várias partes de um país, fora do eixo industrial, é muito maior que aquele mostrado pelos dados censitários, por outro lado, no contexto de grandes aglomerações urbanas, o seu tamanho certamente é menor do que os dados sugerem. Desse modo, ao mesmo tempo em que se urbaniza a população, também ocorre a concentração espacial, muito embora com um grau de heterogeneidade regional diferenciado de região para região. O caráter relativamente desconcentrado do sistema urbano é fruto das origens históricas da ocupação regional, que se caracteriza em alguns casos pela formação de uma rede de cidades dispersa¹⁰⁸.

Assim, o “urbano” tornou-se ainda mais complexo, apresentando, em termos espaciais, novas e diversificadas modalidades de assentamentos humanos, vez que se alterou a relação entre urbano e rural, que surgiram novas territorialidades; bem como se ganharam importância os movimentos migratórios de curta distância, especialmente os intra-regionais e que se ampliaram as alternativas de

105 Faria (1991).

106 Pacheco (1998).

107 Cunha (2003).

108 Pacheco (1998); Cunha (2003).

ocupação econômica e demográfica. O panorama da distribuição da população em áreas urbanas ou rurais tornou-se ainda mais complexo e espacialmente passou a apresentar novas modalidades de assentamentos humanos, vez que, modificaram-se as relações entre urbano e rural, emergiram novas territorialidades, intensificaram-se ou ganharam importância relativa os movimentos de curta distância, em particular os de tipo urbano-urbano, e ampliaram-se as alternativas de ocupação econômica e demográfica.

Não se pode esquecer que várias outras questões referentes às migrações emergem contemporaneamente no nível intra-estadual ou intra-regional, caso da configuração de novos subespaços e de novas relações entre o rural e o urbano; do surgimento de formas diversificadas de mobilidade populacional e de assentamentos humanos; de processos complexos de diferenciação sócio espaciais, etc., que têm, muitas vezes, como fatores motivadores de sua ocorrência elementos como renda, trabalho, saúde e educação¹⁰⁹.

Ao analisar a composição dos fluxos de imigração e emigração, faz-se necessário pensar no impacto disto e sua aferição sobre a disponibilidade de força de trabalho e em suas consequências para a situação de desemprego, seja nos locais de origem dos fluxos como nos de destino dos mesmos. É necessário entender as consequências desse processo para as condições de inserção e remuneração da força de trabalho migrante, buscando quantificar e qualificar a inserção produtiva dos migrantes trabalhadores.

Assim, as situações presentes nas regiões de origem dos migrantes no momento da emigração detêm um papel fundamental no processo de desenvolvimento econômico regional. Além destes fatores, outros de origem exógena influenciam o processo, sendo que um destes é a reestruturação produtiva que o país vivenciou nas últimas décadas, que rebatem diretamente no espaço produtivo.

Isso porque as questões levantadas nos indicam caminhos para interpretar como a ocupação de regiões “novas”, passando pelos rebatimentos da industrialização no processo, geram a concepção de que a migração é talvez, para muitos indivíduos, uma efetiva forma de melhoria de condição de vida, o que é efetivamente um desenvolvimento econômico.

109 Dedecca e Cunha (2002).

PARTE II

A DINÂMICA DAS REGIÕES E A BASE ECONÔMICA

ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL

Lucir Reinaldo Alves

Um dos pioneiros no estudo sobre a especialização como fomentadora do desenvolvimento econômico foi Adam Smith. Para Smith¹¹⁰, o processo de desenvolvimento econômico dependeria de condições iniciais quanto ao estoque de capital, da mão-de-obra e dos recursos naturais, bem como de padrões estruturais referentes a produtividade dos mesmos (especialização do trabalho). Para o autor, a especialização resulta do desenvolvimento da divisão social do trabalho. Esta divisão impacta de forma positiva nas regiões, tanto nacional como internacionalmente, e nas trocas entre os países, ao possibilitar a comercialização de produtos mais competitivos. Isso se deve fundamentalmente a três fatores: 1^o) ao aprimoramento da destreza dos trabalhadores; 2^o) à economia de tempo; e 3^o) pela utilização de máquinas adequadas à produção. Em relação a esse último fator (invenção) deve-se salientar que eram os próprios trabalhadores que introduziam o aperfeiçoamento das máquinas durante a jornada de trabalho. Entretanto, existiam os profissionais filósofos e pesquisadores que tinham como ofício observar cada trabalho e desenvolver formas de aperfeiçoar os mesmos.

Dessa forma, a multiplicação da divisão social do trabalho gera o aperfeiçoamento da produção de todos os setores, ou seja, gera especializações regionais.

110 Smith (1983).

É essa especialização que possibilita uma distribuição da riqueza em todas as camadas da sociedade, gerando assim um desenvolvimento generalizado. A barreira para o desenvolvimento, nessa perspectiva, é a limitação do mercado. Isso ocorre, pois é o poder de troca que leva à divisão do trabalho, sendo a extensão dessa divisão limitada pela extensão desse poder, ou seja, pela extensão do mercado. É a demanda que estimula a divisão do trabalho e a produção de excedentes.

Há dois fatores fundamentais que podem influenciar no aumento do tamanho do mercado: o primeiro é o transporte. Uma infra-estrutura de transporte bem desenvolvida proporciona a comercialização de produtos, que pode ser para o interior do país, para outras regiões ou para outros países em outros continentes, ou seja, o mercado externo (demanda) estimula o desenvolvimento, a especialização produtiva e a divisão do trabalho.

O segundo fator é a liberdade de trocas e de contrato, bem como um sistema legal que proteja os direitos de propriedade e faça cumprir os contratos firmados. Outros fatores seriam a ausência de barreiras artificiais à entrada e um sistema monetário estável. Assim, nesse segundo conjunto de fatores, é o papel das instituições, mais especificamente o Estado, o principal agente influenciador do desenvolvimento¹¹¹. O problema, nesse caso, é a imposição de restrições (tarifas, concessão de monopólios, dentre outros) que possam interferir negativamente na economia. Por isso a necessidade do livre comércio.

A argumentação de Adam Smith em relação à especialização se estrutura em três partes: 1) partia das vantagens de produtividade associadas às escalas superiores; 2) passava pelo reconhecimento de que a produção em larga escala necessariamente transcendia às necessidades do mercado interno; e, 3) e se resolvia no reconhecimento de que a troca entre comunidades especializadas em mercadorias distintas era benéfica para ambas na medida em que os recursos mobilizáveis por uma comunidade não permitiam a operação em todos os setores na escala competitiva¹¹².

Após Adam Smith, outro autor que se destaca em relação à propagação do desenvolvimento via mercados externos e com especialização da economia é Michael Kalecki. Segundo Kalecki¹¹³, uma economia capitalista só é capaz de crescimento autárquico (sem relações com o exterior) se já comporta em seu interior os

111 Smith (1983).

112 Paiva (2006).

113 Kalecki (1983 e 1985).

três departamentos fundamentais da produção final, quais sejam: Departamento 1, que produz bens de capital; Departamento 2, da produção de bens de consumo para os capitalistas; e Departamento 3, da produção de bens de consumo para os trabalhadores. É o consumo dos capitalistas (demanda sobre o D_2) e seus investimentos (demanda sobre o D_1) e a distribuição da renda (que determina o volume dos salários pagos em D_1 e D_2 e, assim, a demanda derivada sobre o D_3) que determinam a renda nacional e os lucros totais, conforme sintetiza a figura 10.

FIGURA 8 – MODELO DEPARTAMENTAL DE MICHAEL KALECKI

Departamentos	Departamento 1 (Bens finais)	Departamento 2 (BC p/ Capitalistas)	Departamento 3 (BC p/ Trabalhadores)	TOTAL Nacional
Distribuição				
Lucros = P (Profit)	P_1	P_2	P_3 $(P_3 = W_1 + W_2)$	P $(P = I + C_C)$
Salários = W (Wage)	W_1 $(W_1 = w_1 I)$	W_2 $(W_2 = w_2 C_C)$	W_3 $(W_3 = w_3 C_T)$	W
Demanda = Produto	$I (= P_1 + W_1)$ (Investimentos pelos Capitalistas)	C_C	C_T $\left(C_T = \frac{w_1 I + w_2 C_C}{1 - w_3} \right)$	Y $\left(Y = I + C_C + \frac{w_1 I + w_2 C_C}{1 - w_3} \right)$

Fonte: Kalecki (1983 e 1985).

Conforme mostra a figura 10, e partindo do princípio da demanda efetiva, segundo a qual são os gastos que determinam a renda, e da hipótese de que os trabalhadores não poupam, os lucros do Departamento produtor de bens de consumo, para os trabalhadores são iguais ao que os trabalhadores dos demais setores recebem de salários. Então, o consumo dos trabalhadores fica condicionado ao nível de salários dos três Departamentos e dos investimentos e consumo dos capitalistas. Logo, o consumo e o investimento dos capitalistas, associando aos fatores de distribuição da renda (salários e lucros), determinam o consumo dos trabalhadores e, portanto, a produção e o emprego em escala nacional.

A especialização em Kalecki ocorrerá a partir dos investimentos dos capitalistas, que será influenciado pela variação da demanda, inicialmente interna – limitada – e, em seguida, dependerá da demanda externa para se multiplicar. Além disso, as inovações também são um fator de incentivo aos investimentos capitalistas.

As inovações sustentam um movimento ascendente a longo prazo da economia ao tornar os projetos de investimentos, em geral, mais atraentes do que eram no princípio desse mesmo período.

Então, os Departamentos sobre os quais incide uma demanda que é autônoma *vis-à-vis* à renda interna corrente – vale dizer, os Departamentos produtores de bens de demanda capitalista e/ou de demanda externa – e o padrão distributivo – que define o multiplicador do gasto autônomo – são os que determinam o nível de renda da economia. Além disso, qualquer crescimento da renda só se dará – mantida a distribuição da renda – na medida em que se expandirem, ou os investimentos capitalistas, ou o consumo capitalista, ou ambos. Ou seja, se essas duas grandezas determinam tanto os lucros como os salários, e sendo a renda nacional igual à soma de lucros e salários, então elas também determinam a renda nacional¹¹⁴. Assim, o montante de salários e a renda da economia dependem não apenas do investimento e consumo dos capitalistas, mas também da distribuição da renda entre salários e lucros na economia como um todo.

O que cabe perguntar, então é: como se define o nível de renda e o crescimento da renda naquelas economias que não internalizaram a produção de máquinas e de bens de consumo sofisticados, daquelas economias que não contam, nem com um D_1 , nem com um D_2 ? As sinalizações de resposta para esta pergunta abundam na obra de Kalecki, mas não são objeto de sistematização. É isto é natural: o objeto central de Kalecki era a dinâmica das economias capitalistas centrais, maduras, plenamente desenvolvidas e que contavam com sólidos e importantes Departamentos produtores de máquinas e bens de consumo capitalista. Será entre os autores do desenvolvimento periférico e, em particular, do desenvolvimento regional periférico que advirá a resposta consistente à pergunta suprarreferida: o Departamento regional que “faz as vezes” de D_1 e D_2 é o setor que produz bens para o mercado externo, é o “Departamento Exportador” (ou DX).

A sistematização deste ponto de vista é, em nossa opinião, a maior contribuição de Douglass North à Teoria do Desenvolvimento Regional. Neste sentido, North qualifica e determina a contribuição original de Smith à teoria do

114 Kalecki (1983 e 1985).

desenvolvimento das regiões periféricas: para ambos a especialização – geradora de vantagens absolutas e de ganhos internos e externos de escala – e a exportação da produção na qual a região é especializada é o ponto de partida necessário e universal do desenvolvimento das regiões periféricas.

North buscou determinar empírica e historicamente sua teoria. Analisando o desenvolvimento das regiões dos Estados Unidos, Douglass North procurou demonstrar que as mesmas foram colonizadas como um empreendimento capitalista, ou seja, sua ocupação foi impulsionada pelo crescimento do mercado mundial (demanda externa). Esse processo resultou em um desenvolvimento totalmente diferente daquele descrito pela teoria do desenvolvimento econômico por etapas. Assim, a interpretação dada por North aplicar-se-ia de forma particularmente adequada em regiões que apresentem um processo de desenvolvimento econômico dentro de um quadro de instituições capitalistas e nas quais os fatores de produção apresentaram relativa mobilidade, e regiões que tenham se desenvolvido sem as restrições impostas pela pressão populacional¹¹⁵.

De forma genérica, Douglass North¹¹⁶ afirma que as regiões novas dos Estados Unidos desenvolveram-se em torno de uma base de exportação, que incluía tanto produtos primários, secundários como os terciários, e se refletia a partir da diversificação produtiva da base de exportação com conseqüente redução dos custos de transporte. Assim, o desenvolvimento de artigos de exportação refletia-se em vantagens nos custos de produção (incluindo os custos de transferência e distribuição, que limitam a extensão do mercado para os bens básicos).

Nesse caso, a industrialização não é um estágio obrigatório para o desenvolvimento sustentável das regiões. São as vantagens locais que permitem que algumas regiões desenvolvam esse tipo de atividade. Além disso, um aumento da demanda dos produtos de exportação é o responsável pelo maior ou menor crescimento da mesma, haja vista, que essa demanda dá origem a efeitos multiplicadores e induzem maiores investimentos, não apenas nas atividades de exportação, como também em todas as demais atividades econômicas, internalizando, assim, a renda gerada pelo setor exportador¹¹⁷.

A especialização produtiva – com crescimento do tamanho de mercado – e a divisão do trabalho resultante dessa especialização, foram as responsá-

115 Kalecki (1983 e 1985).

116 North (1977a).

117 North (1977a).

veis não somente pela eficiência crescente da agricultura e do transporte, como também determinou o ritmo, o sincronismo, e o caráter do desenvolvimento da manufatura no desenvolvimento das regiões novas dos EUA¹¹⁸. Ressalta-se que o tamanho do mercado era basicamente o responsável pelo sucesso do setor de exportação e da disposição da renda desse setor.

Verifica-se que Douglass North elaborou sua teoria assemelhando-se à de Adam Smith. Isto porque esta parte do princípio de que a especialização e a divisão do trabalho constituem os fatores mais importantes da expansão inicial das regiões; de que a produção de bens para a venda fora da região induz essa especialização; e que o engajamento na economia internacional nos últimos dois séculos tem sido o caminho pelo qual várias regiões e nações tem alcançado o desenvolvimento econômico¹¹⁹.

Para North – como para Smith e Kalecki –, malgrado exceções absolutamente excepcionais, a condição necessária para a acoplagem de uma economia periférica a um núcleo dinâmico mercantil-capitalista é a identificação de um nicho suficientemente competitivo para garantir a conquista de mercados externos e sua especialização no mesmo¹²⁰. Mas, a despeito de necessário, este movimento de “engate da região vagão no trem da acumulação mercantil” é insuficiente para garantir que a mesma região venha a se tornar uma “locomotiva”.

As regiões que permanecem ligadas a um único produto de exportação não alcançam, quase inevitavelmente, uma expansão sustentada. Não apenas ocorrerá um amortecimento da taxa de crescimento do setor, o que acarretará efeitos adversos para a região, como o próprio fato de que ela continue presa a uma única indústria de exportação significará que a especialização e a diversificação do trabalho são limitadas fora dessa indústria. Historicamente, isso significa que uma parcela da população tem permanecido fora da economia de mercado¹²¹.

Em síntese, a multi-especialização não é apenas funcional ao desenvolvimento regional, mas que ela é condição *sine qua non* do mesmo. Assim, há três argumentos que fundamentam essa tese: 1) com o apoio nos clássicos da economia, defende-se o ponto de vista de que a especialização é condição de competência e competitividade, e não se opõe de forma simples (mas dialética) à diversificação e à

118 North (1961a).

119 North (1977b).

120 Paiva (2004).

121 North (1961a; North, 1977c).

mobilidade; 2) os autores que buscam negar as conclusões clássicas baseados em estudos empíricos confundem a diversificação que resulta de um processo bem-sucedido de desenvolvimento e as condições históricas concretas do mesmo, que pressupõem alguma especialização; e 3) a mono-especialização é um caso particular e problemático da especialização em geral, que não apenas pode, como deve ser plural¹²².

ESPECIALIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL

A especialização de uma região, em um ou mais segmentos, é tida como condição de desenvolvimento desde Adam Smith. Além disso, a especialização é um importante “indício” do potencial de uma região¹²³. E qual a importância em se identificar o potencial de uma região? Segundo o mesmo autor, quando se identifica o potencial de uma região, identifica-se também aqueles setores que, uma vez mobilizados/fomentados, geram o maior benefício por unidade de custo. Ou seja, o “potencial de uma região” é a capacidade da mesma em dar início e sustentação a processos de autonomia material e de bem-estar crescentes dos agentes produtivos locais e de seus dependentes com base na mobilização do maior volume possível de recursos produtivos disponíveis internamente¹²⁴.

Ao mesmo tempo, a especialização, além de ser a manifestação da determinação primeira de “potencial”, é a “capacidade mobilização” de um determinado setor, ou seja, o poder de “multiplicação” (no espaço e no tempo) do fomento ao mesmo. Não há uma definição única para a categoria especialização. Entretanto, uma interpretação equivocada é a que identifica “especialização” a “monocultura” ou “mono-atividade”. Nessa pesquisa, utilizaremos a perspectiva de que, no processo de desenvolvimento, uma região pode ser *multi-especializada*, ou seja, as economias desenvolvidas tendem à multi-especialização, em contraposição às economias estagnadas e excluídas da divisão inter-regional do trabalho (que tendem à diversificação autárquica) e às economias satélites (que tendem à “mono-especialização”) ¹²⁵.

122 Paiva (2006).

123 Paiva (2006).

124 Paiva (2004).

125 Paiva (2006).

Diferentemente de Adam Smith, Douglas North denomina as especializações como “modelo de base de exportação”. Porém, em ambos é possível encontrar características similares em suas teorias: para Smith, a passagem da relação bifuncional entre “tamanho de mercado” e “divisão do trabalho”, de uma contração retardadora do processo de desenvolvimento, em um fator de alavancagem desse mesmo desenvolvimento só é possível através da solução exportadora. O que passa, necessariamente, por uma dupla identificação e mobilização: (a) dos segmentos internos capazes de produzir um excedente *vis-à-vis* à demanda regional e (b) de comunidades externas aptas a demandar aquela produção excedente a um preço igual ou superior ao somatório dos custos efetivos de produção¹²⁶.

Portanto, North reconhece que a medida da eficácia da produção básica para o desenvolvimento regional é a emergência e consolidação de um amplo e diversificado segmento produtor de bens não-básicos (voltados e dinamizados pelo mercado interno) na região. As demandas de insumos e de bens finais, associadas ao desenvolvimento regional da produção de bens básicos e não-básicos, devem conduzir a uma crescente diversificação da produção agropecuária, industrial e de serviços, o que irá se traduzir na diversificação e urbanização da pauta de exportação regional. Assim, a diversificação é a meta e a medida do desenvolvimento¹²⁷.

Em resumo, North¹²⁸ afirma que as regiões se desenvolvem melhor quando diversificam a pauta de produtos de exportação. Segundo o autor, os fatores mais importantes no desenvolvimento sustentado desses produtos são:

a) *A dotação natural da região* que dita seus produtos iniciais da exportação. Se estas dotações resultarem em uma vantagem comparativa tremenda em um produto que transborde outro, a consequência imediata será para que os recursos se concentrem em sua produção.

b) *O caráter do setor de exportação*. Nesse quesito existem algumas características que influenciam significativamente no desenvolvimento do setor de exportação. Uma dessas características é a distribuição de renda regional. Quanto mais equitativa for a distribuição de renda e fundiária maiores serão os reflexos às demandas de bens e serviços na região. Investimentos serão induzidos e efetuados para atender essas novas demandas e novos centros de comércio se desenvolverão. Além disso, melhorias na qualificação educacional e investimen-

126 Paiva (2006).

127 Paiva (2006).

128 North (1961a).

tos em pesquisa serão induzidos nessas áreas objetivando melhorar sua posição comparativa e diversificar a base econômica.

Complementando, o setor de exportação tende a refletir-se no desenvolvimento do setor de transporte, de armazenamento, de indústrias complementares e de tecnologia. Se o setor de exportação incentivar o crescimento desses setores e se a tecnologia, os custos de transporte e as dotações de recursos regionais permitirem estes serem produzidos localmente, então uma urbanização e uma especialização diversificadas serão promovidas. Ao contrário, se a região não tiver condições de produzir localmente, ela poderá importar de forma mais eficiente possível esses produtos.

c) *E as mudanças nos custos de tecnologia e de transporte* que podem alterar a vantagem comparativa da região. A mudança tecnológica tende a aumentar a taxa de retorno potencial da produção de outros bens e serviços, conduzindo à exploração de novos recursos e diversificando o rol de indústrias de exportação. O desenvolvimento dos transportes auxilia positivamente na diversificação produtiva e reduz os custos de transporte e, conseqüentemente, os custos de produção, aumentando a vantagem comparativa dos produtos de exportação.

O desenvolvimento de um setor de exportação ocorre primeiramente na agricultura, mas pode se expandir para os setores industrial e de serviços. O sucesso do desenvolvimento do setor exportador resultará em um aumento da renda da região e conduzirá a: (1) Especialização e divisão do trabalho com ampliação do mercado regional; (2) O crescimento dos serviços auxiliares e indústrias subsidiárias para produzir e comercializar eficientemente o produto de exportação; (3) O desenvolvimento de indústrias locais para servir ao consumo local, algumas das quais podem conduzir à ampliação da base de exportação em consequência da expansão dos mercados e do desenvolvimento de economias externas associadas à indústria de exportação; (4) Como uma consequência natural das condições acima, o crescimento das áreas e serviços urbanos; (5) Um investimento crescente na educação e na pesquisa para ampliar o potencial da região¹²⁹.

O crescimento regional bem sucedido ocorre porque os desenvolvimentos iniciais no setor de exportação (especialização) levam gradualmente à diversificação da pauta de exportação (multi-especialização) e à ampliação na dimensão do mercado doméstico. Internamente, isso vai ocasionar uma variedade cada vez maior de indústrias e serviços locais, a ponto de incluir uma ampla gama de

129 North (1977b).

atividades econômicas. Com o sucessivo aumento das rendas, aumenta-se também o mercado interno e a dimensão eficiente desses tipos de atividades cresce e algumas delas podem tornar-se tão eficientes que podem se transformar em novas indústrias de exportação. A expansão bem sucedida provoca um influxo de capital e de mão-de-obra; as proporções entre os fatores de produção modificam-se gradualmente para favorecer ainda mais a expansão contínua da região. As mudanças na proporção de combinação de fatores, a redução de custos induzida pelos investimentos na infraestrutura e a melhoria dos padrões culturais e profissionais, conduzem a uma diversificação ainda maior e à capacidade de expandir em outras atividades econômicas¹³⁰.

O que sinteticamente ocorre durante o desenvolvimento do setor exportador é o que Albert Hirschman denominou de *backward and forward linkages*, ou seja, efeitos de encadeamento para trás e para frente. O encadeamento para trás é fruto de um crescimento autônomo de um determinado setor motivado basicamente por causa de um novo investimento ou pelo aproveitamento da capacidade produtiva previamente existente. Esse encadeamento induz o crescimento de outros setores a ele relacionados, devido principalmente às pressões de demanda. Já os encadeamentos para frente, o motivo de sua ocorrência é a existência de um aumento da produção de um determinado fator que provoca a elevação da produção de outros setores em virtude do excesso de oferta do produto do setor inicial (o mesmo setor exportador)¹³¹. Assim, esses encadeamentos podem se transformar e formar uma cadeia produtiva regional.

Toda especialização regional deve ser pensada em sua dimensão de cadeia. As vantagens competitivas absolutas criadas pela especialização estimulam a integração regional crescente das cadeias produtivas às quais pertencem o produto especializado que deu início ao processo. Além disso, esse processo de especialização em cadeia presume a endogeneização dos segmentos produtores de máquinas, equipamentos e insumos (D₁ do Kalecki), haja vista que essa endogeneização é a persistente redução dos custos de produção dos elos a jusante¹³².

Outra característica positiva da especialização é a capacidade de causar transformações nas relações de dependência e poder, portanto, ocasionar um maior grau de interdependência regional. Assim, enquanto as relações de depen-

130 North (1961a).

131 Hirschman (1961).

132 Paiva (2004).

dência são uma característica de integração vertical, as relações de interdependência são características da integração horizontal¹³³.

Neste contexto, a multi-especialização produtiva (North) feita de forma equitativa tende a refletir-se em uma melhor distribuição de renda (Kalecki) e empregos (divisão do trabalho de Smith), melhorando o influxo da renda, a qualidade de vida e a competição mercantil regionais. Assim, a multi-especialização regional, a integração econômica e a diversificação produtiva são três movimentos que sintetizam a divisão regional do trabalho e a ampliação dessa divisão social do trabalho dentro da reprodução ampliada do capital, culminando no desenvolvimento regional. Essa será a idéia de desenvolvimento regional utilizada nesse trabalho. Além disso, a participação das esferas governamentais deve ser ressaltada em relação à criação de benefícios sociais, tais como oferta de energia elétrica, melhoria no setor de transporte, investimentos no setor educacional, de equipamentos urbanos em geral (bens de utilidade pública), dentre outros, no processo de desenvolvimento das bases exportadoras.

133 Hilhorst (1975).

ENCADEAMENTOS PRODUTIVOS E A POLARIZAÇÃO NA ECONOMIA REGIONAL

Ricardo Rippel

Dentro da estrutura do sistema econômico, são identificadas inúmeras relações entre as atividades que o compõem. Estas relações são de encadeamento, coordenação e controle, gerando mercados, difusão de novas técnicas de produção e transformações sociais nas regiões em que estão presentes¹³⁴. Dentro do escopo do sistema capitalista, o processo de desenvolvimento está diretamente relacionado às atividades produtivas e a forma como estas atividades relacionam-se entre elas e com o espaço econômico, o espaço social e o meio ambiente. Com os encadeamentos produtivos (efeitos em cadeia) que estas atividades geram, elas propiciam os elementos necessários ao acúmulo de capital e ao processo de desenvolvimento econômico.

O processo de encadeamento ocorre pela natureza de algumas atividades de produção ou serviços, em gerar um efeito dinâmico sobre a economia de certas regiões, devido ao fomento para a implantação e consolidação de novas atividades e também a um processo de acúmulo de capital cada vez mais amplo, através de novos investimentos e da busca de mercados consumidores potenciais ou consolidados. A forma como se dá este processo de encadeamento e sua ca-

134 Silva (1996).

pacidade de gerar o desenvolvimento econômico é analisada por Albert Hirschman¹³⁵, que expõe suas idéias com a intenção de formular uma teoria capaz de servir de referência básica à escolha das estratégias político-econômicas que levem à superação do problema do subdesenvolvimento existente em vários países e regiões do mundo. O marco inicial de suas proposições expressa-se na crítica às teorias de desenvolvimento convencionais, que colocavam a inexistência ou a escassez de alguns pré-requisitos estruturais indispensáveis¹³⁶, como sendo os únicos fatores responsáveis pela impossibilidade de se levar adiante um processo de desenvolvimento nacional.

Para se distanciar da argumentação clássica de natureza tautológica de que “uma região é pobre porque é pobre”, devem-se compreender os aspectos dinâmicos e estratégicos do processo de desenvolvimento. Ou seja, identificar o mecanismo capaz de induzir o crescimento econômico regional, pois o mesmo se dá por meio de uma sucessão de mecanismos, e induzi-los e mobilizá-los constitui-se no elemento essencial à dinâmica das economias regionais¹³⁷.

ENCADEAMENTOS PRODUTIVOS E A ECONOMIA REGIONAL

O processo de desenvolvimento econômico é fruto de uma ou de várias situações de desequilíbrio. Por isso, na análise das regiões deve-se dar atenção aos encadeamentos diretos e indiretos da estrutura produtiva da economia. Assim, as relações diretas e indiretas de interdependência, de associação geográfica e da capacidade de atração das atividades produtivas são capazes de captar todos os desdobramentos associados à demanda final da economia, de modo a indicar as interações que podem acontecer entre dois diferentes setores¹³⁸.

Ao analisar esse aspecto da economia, há o problema das prioridades dos investimentos, que surgem quando não existem recursos suficientes para o de-

135 Hirschman (1961, 1985, 1986).

136 Entre esses pré-requisitos estruturais podem ser citados os seguintes fatores: a) recursos naturais; b) fontes geradoras de energia; c) existência de recursos humanos devidamente treinados e preparados; d) capacidade administrativa e gerenciadora; e) capacidade de geração de novas tecnologias, principalmente via investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

137 Evans (1988).

138 Hirschman (1961).

sencadeamento simultâneo de todos os projetos necessários ao desenvolvimento. Isto porque nem sempre os projetos são alternativos entre si em todos os seus horizontes, mesmo que se possa escolher um e esquecer outros em determinados momentos; trata-se, na verdade, de escolher uma ordem de prioridade para a sua execução. Nesses casos, a escolha deve se realizar com o intuito de estimular os desequilíbrios e aproveitar da melhor forma possível os efeitos complementares, de modo a acelerar o ritmo de desenvolvimento da economia e do próprio país onde tais situações existem. Dado um conjunto de projetos, deve-se optar por uma sequência (cadeia) que seja mais eficiente e que tenda a maximizar o investimento induzido, dando prioridade àqueles investimentos que possuem maior capacidade indutora de economias externas pecuniárias¹³⁹.

Em função desses acontecimentos e da intensidade dos efeitos de complementaridade, surgem os conceitos de encadeamentos para frente e para trás, afirmando que estes se evidenciam principalmente através do crescimento interdependente e respectivo de certas indústrias fornecedoras e compradoras de insumos de uma determinada indústria (central), bem como dela própria¹⁴⁰.

A importância desses efeitos deveria ser analisada por dois enfoques essenciais:

- a) sobre os produtos potencialmente induzidos em outros setores pelo investimento inicial;
- b) sobre as probabilidades de que esses novos investimentos, corporificados em ampliações da capacidade das empresas ou na criação de outras, realmente aconteçam.

Os encadeamentos para frente de um determinado setor são medidos pela proporção de seu produto total destinado às outras indústrias e não à demanda final. E para o efeito de encadeamento para trás, através da medida da porcentagem de seu produto, que representa compras de outros produtos do mesmo setor e/ou de outros setores¹⁴¹.

O resultado dos encadeamentos leva a supor que haveria um processo de causalção no crescimento de uns setores econômicos em relação a outros e, segundo essa lógica, os setores mais dinâmicos teriam maior capacidade de produzir econo-

139 Hirschman (1961, p. 131-151).

140 Hirschman (1985).

141 Hirschman (1961, p. 150-161).

mias externas pecuniárias para outros setores. Isso significa dizer que, em cadeias de ligações de cunho intersetorial ou ditas interindustriais, o caminho a ser percorrido vai sendo atingido através de sequências, partindo da demanda preexistente, para trás e para frente, no processo de produção. Assim, a estratégia mais eficiente de crescimento e desenvolvimento econômico para as regiões deve ser aquela em que se possam combinar os efeitos de encadeamento para trás e para frente.

O encadeamento para trás é fruto de um crescimento autônomo de um determinado setor, motivado basicamente por causa de um novo investimento ou pelo aproveitamento da capacidade produtiva previamente existente. Esse encadeamento induz o crescimento de outros setores a ele relacionados, devido principalmente às pressões de demanda. Quanto aos encadeamentos para frente, o motivo de sua ocorrência é a existência de um aumento da produção de um determinado fator que provoca a elevação da produção de outros setores em virtude do excesso de oferta do produto do setor inicial¹⁴².

Os encadeamentos poderiam também ser medidos a partir das matrizes de relações interindustriais, nas quais os setores possuidores de maior intensidade nos seus vínculos com os demais deveriam ser priorizados nos processos de desenvolvimento de um país ou de uma região, principalmente em função de sua capacidade de impulsionar mais eficientemente a taxa de crescimento dessas economias. É devido a esses fatores que existem tais setores “estratégicos”. Nessa perspectiva, o foco do crescimento econômico regional é as relações intersetoriais e os efeitos de complementaridade, ou seja, os encadeamentos para trás e para frente¹⁴³.

Tendo em vista que o detalhamento e a especificação da estrutura produtiva, bem como o estudo do interrelacionamento dos setores no interior dessa estrutura, podem possibilitar a identificação de sequências de iniciativas e incentivos (elos ou encadeamentos) que aperfeiçoem a geração desses desequilíbrios, as idéias e posicionamentos definidos e adotados pelo autor tomam forma em um modelo de formação de capital.

São igualmente importantes os efeitos de encadeamentos que se verificam também em direção às indústrias não satélites, atribuindo-lhes um papel de relativo destaque, apesar desses efeitos serem considerados mais fracos, quando comparados aos anteriores. Isso leva a um problema: o de se definir até que ponto as magnitudes desses efeitos serão significativas nas economias regionais. Em

142 Hirschman (1961).

143 Hirschman (1985, p. 31-79).

função dessas considerações, Albert Hirschman apresenta um modelo de formação de capital, baseado em *backward linkages*¹⁴⁴. Adverte, porém, que a tentativa de se estabelecer relações entre os setores, a partir do quadro de relações intersectoriais, apresenta-se mais compreensível e correta quando se utiliza como ponto de partida a consideração dos efeitos diretos e indiretos de encadeamento¹⁴⁵, que muitas vezes não se limitam aos efeitos em cadeia para trás, mas transpõem esse enfoque e dão origem a efeitos em cadeia para frente, capazes de estimular o crescimento econômico.

A relação entre a abordagem “efeitos em cadeia” no sentido mais generalizado com a tese do “produto primário de exportação” e desenvolvimento do subdesenvolvimento é muito próxima. Porém, o conceito de efeito em cadeia foi vulgarizado por ter como referência, principalmente, a indústria e a industrialização, pois nesse campo era possível conceber efeitos em cadeia de variedade e profundidade consideráveis, tanto no sentido retroativo, quanto prospectivo. Apesar disso, o conceito tem tido também aplicações proveitosas, quando se analisa a produção primária. Seu uso evidencia uma conexão com a tese do produto primário de exportação, que tem buscado demonstrar como a experiência do crescimento econômico de um país “novo” é moldada de forma concreta pelos produtos primários específicos, os quais exportam constante e sucessivamente para o mercado internacional¹⁴⁶. Tal conexão consiste num experimento que visa principalmente descobrir em seus pormenores como uma coisa leva à outra, ou seja, como os diferentes ramos de atividade que compõem as economias regionais se relacionam entre si e como isso afeta as regiões associadas geograficamente e economicamente.

Uma das características fundamentais dos modernos processos de desenvolvimento econômico está diretamente relacionada aos efeitos em cadeia do consumo, é resultante do fato de que tais efeitos podem ser diretamente negativos e não apenas fracos ou não existentes. A identificação dos efeitos em cadeia de consumo possibilita uma apreensão mais completa da realidade atual, pois permite aos administradores públicos e privados determinar de forma mais completa a capacidade de geração de estímulos de uma determinada atividade produtiva que levem ao crescimento e ao desenvolvimento. Desse modo, os ad-

144 Hirschman (1961).

145 Albert Hirschman toma como base de análise a matriz inversa de insumo-produto, porque é desse modo que se torna possível a captação do total dos efeitos provocados por uma mudança final.

146 Hirschman (1985).

ministradores passam a priorizar tais atividades, pois sabem que quanto maiores os efeitos em cadeia maiores as possibilidades de estímulos ao surgimento de atividades complementares concatenadas, que podem repercutir em maior arrecadação fiscal, aumento da geração de empregos, instrumentos que possibilitam alavancar o desenvolvimento de um país ou de uma região.

A importância e o alcance dos efeitos de um complexo de transformação se dão pela sua capacidade de gerar os encadeamentos que propiciam o surgimento do processo de desenvolvimento econômico. Esta capacidade é demonstrada pelas cadeias produtivas que se formam e têm uma relação direta com a indústria motriz deste encadeamento. Essa relação pode ser diminuída, a partir da diversificação da base produtiva das indústrias induzidas ou da carteira de clientes, gerando assim, uma base de exportação na região, cuja gênese dinâmica se deu em função da indústria motriz. Antes disto, a base de exportação é totalmente calcada nos produtos agropecuários, a menos, é claro, que seja uma sociedade de subsistência. Como o processo de colonização e exploração do Brasil, bem como das suas áreas periféricas se dá pelo fomento da empresa agrícola, baseada na exploração extensiva da terra voltada a interesses estrangeiros, o processo de produção para subsistência é uma característica de núcleos isolados, cuja base produtiva tende a mudar no decorrer do século XX, com a expansão do modo de produção capitalista em todo o país.

Em todo caso, o impacto e o incremento deste núcleo de produção sobre a estrutura produtiva ocorrem a partir da convergência de alguns pontos¹⁴⁷:

- A modificação na função de produção em decorrência da inserção de novas atividades na economia local;
- As transformações na distribuição da renda e seus impactos sobre a demanda local e regional;
- As transformações na infraestrutura, induzidas pelo setor dinâmico, cujos efeitos geram os encadeamentos produtivos;
- A tendência ao aumento da capacidade do setor que gera o encadeamento produtivo em demandar insumos na região;
- A parcela do produto gerado pelo setor dinâmico que é retido na região sob a forma de investimentos, compras e salários.

147 Furtado (1987).

A convergência destes elementos é o suficiente para a criação do pólo de crescimento regional num núcleo urbano, cujo encadeamento se dá através de três elementos essenciais: a existência de uma indústria-chave, a organização im-perfeita do mercado e a existência de economias externas. É a consolidação destes três elementos, em conjunto com a estrutura da produção agropecuária, que vão formar o processo de desenvolvimento e crescimento econômico da região¹⁴⁸.

ENCADEAMENTOS PRODUTIVOS E POLARIZAÇÃO

O conceito de polarização, e seus desdobramentos, está assentado no teorema de François Perroux¹⁴⁹: o crescimento e o desenvolvimento econômico não surgem em todos os lugares ao mesmo tempo e com a mesma intensidade. Eles se manifestam em pontos ou pólos de crescimento, com intensidades variáveis e se transmitem através de diversos canais e com efeitos variáveis para o conjunto da economia. Nesse sentido, o crescimento e o desenvolvimento econômico são localizados, isto é, não se disseminam de forma homogênea no espaço ou no aparelho produtivo; são desequilibrados; e são marcados pela interdependência técnica.

Alguns estudos críticos do Teorema de Perroux da polarização afirmam que o estudo dos aspectos regionais possui interesse, não simplesmente no estudo da caracterização e definição de região, e sim nas disputas que os grupos sociais travam no seu interior, ou seja, as regiões são identificadas e caracterizadas pelas relações sociais que as definem em dado momento. Assim, quando se fala em desenvolvimento regional, na verdade, deve-se pensar em um desenvolvimento numa forma territorial concreta e não abstrata¹⁵⁰. Outras críticas afirmam que a teoria dos pólos busca efetivamente o desenvolvimento de pólos regionais e dos grupos sociais associados exclusivamente aos pólos, e que as tentativas de excluir da teoria os elementos ideológicos, para tentar mostrá-la pura, ou seja, somente como um conjunto de relações técnicas, é simplesmente uma forma de esconder, mascarar a ideologia da classe dominante¹⁵¹.

148 Perroux (1967).

149 Perroux (1967 e 1977).

150 Markusen (1982); Rolim (1982); Piffer (1997 e 1999); Daucé e Léon (2003).

151 Coraggio (1985).

Na idéia de polarização está subjacente a idéia de dominação. No processo de desenvolvimento regional, a formação de pólos é um elemento natural, então a dominação de uma região sobre outra é uma tendência irreversível nesse processo. Nesse caso, os elementos de dominação são no conceito de “unidade dominante” ou “unidade motriz”. Essa unidade pode ser uma indústria ou um complexo industrial ou ainda um conjunto de atividades produtivas, que exerce uma influência irreversível e assimétrica no espaço econômico. A unidade motriz ou dominante exerce um efeito de atração (dominação) sobre as demais unidades relacionadas a ela. Sua atuação nas regiões gera externalidades. Por isso, como a unidade dominante ou motriz é o instrumento da polarização, os espaços econômicos são conjuntos abstratos, constituídos de relações econômicas (monetárias, investimento, poupança etc.), realizadas por agentes econômicos (unidades familiares, empresas e governo). A compreensão da polarização dependerá de como a unidade dominante ou motriz se relaciona com as outras atividades econômicas no espaço geográfico, de como ela fortalece ou enfraquece os núcleos urbanos e influencia a mentalidade dos grupos sociais. As relações, as interdependências ou intercâmbios entre os espaços econômicos consistirão em centros (pólos ou nó) dos quais emanam forças centrípetas (de atração) e centrífugas (de repulsão).

Dessa forma, o pólo econômico é uma unidade dominante ou motriz (ou um conjunto de unidades motrizes) num determinado espaço econômico, que cria efeitos de encadeamento produtivo sobre outros conjuntos definidos no espaço econômico e geográfico. O pólo econômico pode ser de crescimento ou desenvolvimento. O pólo de crescimento corresponde a certos pólos que, mesmo motivando o crescimento do produto e da renda, não provocam transformações significativas das estruturas regionais; e os pólos de desenvolvimento são aqueles que conduzem as modificações estruturais e que abrangem toda a população da região polarizada¹⁵².

Dessa forma dois fatos condicionam, basicamente, o crescimento econômico regional:

- a) A intensidade dos fluxos de rendas pessoais; e
- b) A intensidade das relações técnicas e comerciais entre empresas localizadas na região, que têm maior influência nos encadeamentos produtivos.

152 Perroux (1977, 1982).

Isto posto, pode-se classificar a influência da unidade motriz ou dominante em relação aos encadeamentos que ela engendra sobre a estrutura de produção (aglomeração, efeitos técnicos para frente e para trás, transporte), sobre a demanda ou mercado (impactos de inovações, mudanças nas variáveis macroeconômicas, mudanças institucionais e demográficas)¹⁵³.

Analisando os efeitos econômicos funcionais sobre a estrutura de produção, ocorre o efeito de aglomeração quando a empresa ou grupo de empresas opera a um nível de escala ótima. Uma redução de custo causa economias de escala, externa e de localização espalhando-se pelo conjunto da região.

Apesar de os efeitos de aglomeração envolverem as relações de uma cadeia produtiva, os efeitos técnicos de encadeamento são os que dizem respeito à função de produção, ou seja, as relações de compra de insumos e fornecimento de produtos. Os efeitos para trás (fornecimento de insumos), com as indústrias complementares, são geralmente mais importantes que os efeitos para a frente (fornecimento de produtos) com as empresas satélites, porque o valor adicionado pela empresa motriz é comparativamente ao da indústria satélite bem maior.

Os efeitos de junção ou transporte envolvem investimentos no sentido de expandir a capacidade da rede de transporte como resposta à atuação da indústria motriz, já que o transporte é um componente expressivo do custo. A rede de transporte torna-se, dessa forma, parte do eixo de desenvolvimento, que além do tráfego de produtos, inclui a orientação principal e durável do tráfego de serviços e capitais.

153 Tolosa (1972); Daucé e Leon (2003).

A DINÂMICA DAS REGIÕES SOB OUTRA PERSPECTIVA: OS ESTÁGIOS DE DESENVOLVIMENTO

Paulo Henrique de Cezaro Eberhardt

São inúmeras as correntes de pesquisa que procuram explicar o processo de desenvolvimento das nações. A corrente utilizada como referencial teórico aqui analisa o processo de desenvolvimento que o divide em fases ou estágios de desenvolvimento.

O precursor dessa linha de pensamento, Walt Whitman Rostow, a desenvolve entre as décadas de 1950 e 1960, período em que a ideologia comunista era forte e sua teoria surge como uma alternativa aos países comunistas, sendo que sua última fase, de consumo em massa, era uma síntese do momento em que os Estados Unidos vivenciavam na época: alta renda *per capita* que proporcionava maior lazer às famílias e permitia ao Estado maior planejamento para se construir o Estado de Bem-estar.

Os estágios de Rostow não são meramente descritivos. Ao se utilizar de uma perspectiva histórica, utiliza-se de conceitos da teoria da produção (Consumo, investimentos e poupança) para enfatizar alguns fatores que deveriam estar presentes nas economias dos países para estes avançarem em seu processo de desenvolvimento.

O equilíbrio entre oferta e demanda também é mencionado na teoria de Rostow. Enquanto a demanda é vista pela necessidade de aumento e distribuição

de renda, a oferta é analisada a partir de uma perspectiva principalmente tecnológica, sendo a tecnologia um fator vital para a passagem para o estágio posterior.

TEORIAS DOS ESTÁGIOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL

O desenvolvimento econômico é caracterizado não apenas pelo crescimento econômico, ou seja, a expansão do produto da economia, mas por melhorias nas condições de vida da população, tais quais acesso a educação, emprego, moradia, saneamento e lazer, entre outros.

O desenvolvimento econômico não é um processo espontâneo, pois necessita de investimentos e ações, que estão diretamente associados aos propósitos dos governos, ou seja, ao projeto político referendado pela população que legitima a intervenção do governo na economia. Por exemplo, o governo pode usar a tributação como instrumento para distribuir renda, transferindo das classes mais altas a parcela da renda destinada à poupança e aumentando a renda das classes mais baixas, e assim, aumentando seu consumo. Os tributos também influenciam a eficiência da indústria, pois menores impostos fazem com que a parcela que antes seria repassada ao governo, agora possa ser investida em pesquisa e desenvolvimento (P&D). Os tributos também fornecem recursos financeiros que o Estado poderá dispor para investir nas regiões periféricas¹⁵⁴.

Há ainda a importância dos investimentos do Estado no desenvolvimento dos municípios e regiões periféricas. Quanto maior o investimento, maiores serão as disponibilidades de recursos para o município se desenvolver economicamente. Porém, o montante investido atinge um nível no qual o município se desenvolve a taxas decrescentes. Isso significa que quanto mais desenvolvida a região, maiores quantias de capital gerarão taxas cada vez menores de crescimento econômico e desenvolvimento¹⁵⁵.

Enquanto algumas vertentes apresentam a influência do Estado no desenvolvimento das regiões, outras enfocam o potencial de desenvolvimento endógeno destas¹⁵⁶. Ou seja, a atuação dos agentes econômicos da própria região, caracterizados pelos capitais humano e social, para estimular o desenvolvimento

154 Fonseca (2006).

155 Pelinski (2007); Lima (2006).

156 Piacenti (2009).

econômico e social. No caso, o desenvolvimento econômico é feito pela base, com pouca ou nenhuma intervenção direta do Estado.

Os estudos que reforçam a influência do Estado no desenvolvimento das regiões demonstram empiricamente a constatação da teoria dos pólos de crescimento¹⁵⁷, para a qual as regiões não se desenvolvem ao mesmo tempo, nem da mesma forma, nem na mesma intensidade. O desenvolvimento econômico é localizado e envolve o surgimento de atividades econômicas motrizes, ou seja, atividades capazes de estimular outras atividades e transformar todo o conjunto da economia.

A idéia de desenvolvimento econômico refere-se a um processo de transformação que conduz a melhorias de renda e nas relações sociais. Transformações no modo de produção, com absorção de tecnologia e introdução de inovações mais eficazes com o intuito de gerar mais produtividade e maior oferta de bens e serviços à disposição da população¹⁵⁸.

Nessa mesma linha, o desenvolvimento econômico tem uma concepção mais ampla do que o consumo de bens e serviços, pois envolve o bem-estar físico, moral e espiritual. O desafio de se alcançar o desenvolvimento regional vai muito além de proporcionar emprego e renda à população. Este engloba também aspectos como lazer, entretenimento e diversão, ou seja, o processo de desenvolvimento não é de ordem puramente econômica, ele envolve também aspectos sociológicos, políticos, antropológicos e ecológicos. O papel da economia se torna relevante nos aspectos relacionados à geração de renda, consumo e produção. O papel dos aspectos sociais e antropológicos se torna importante na medida em que as vertentes culturais enraizadas nas sociedades devem ser levadas em consideração no momento da elaboração de estratégias para o desenvolvimento econômico¹⁵⁹.

No caso dos impactos sociais, se torna vital conhecer a estrutura demográfica e como se dará sua evolução para auxiliar no processo de planejamento do desenvolvimento econômico. Questões como taxa de natalidade e de mortalidade, distribuição da população, imigração interna, envelhecimento da população e esperança de vida são temas relevantes na elaboração de políticas públicas.

A questão da imigração e da mobilidade da população tem papel central na formação dos territórios, pois no processo imigratório, se carregam a cultura e

157 Perroux (1977).

158 Furtado (2000).

159 Haddad (2009); Zamora (1976).

estilos de vida para o novo local, inclusive, influenciando de tal forma no modelo de desenvolvimento adotado por aquela região.

A pirâmide etária da população dará um suporte na área de planejamento, na medida que mostrará em quais faixas etárias estarão concentradas a população no futuro. Se a taxa de natalidade for alta, característica de regiões subdesenvolvidas, há necessidade de se pensar em como prover a melhor estrutura possível aos futuros cidadãos. Se a população se concentrará nas faixas superiores de idade, característica de regiões desenvolvidas, então o Estado verificará a necessidade de prover os serviços que essas faixas etárias necessitam.

O processo de migração é, primeiramente, um processo de seleção, no qual as pessoas não migram para regiões mais pobres ou onde o saldo líquido da mudança será negativo. O processo de migração também estabelece uma mudança na composição do mercado de trabalho, pois a migração de pessoas em idade ativa, muitas das quais com qualificação, como pode-se denominar “migração de cérebros”, migram para regiões mais prósperas¹⁶⁰.

A migração não contém apenas aspectos positivos. A ideia de que a migração realocaria a mão-de-obra excedente para locais com demanda de trabalhadores e a renda desses trabalhadores criaria um multiplicador de renda que causaria uma nova onda de investimentos e o aumento da renda não é mais consenso. Nos países em desenvolvimento, a taxa de crescimento do emprego é inferior à taxa de migração rural-urbana, o que leva ao aumento nas taxas de desemprego urbano¹⁶¹.

A discussão a respeito de se o incremento populacional é benéfico ao desenvolvimento encontra divergências. O aumento populacional pode aumentar o mercado consumidor interno e melhorar a divisão social do trabalho, o que traz benefícios tanto na parte da oferta de mão-de-obra, que aumentaria, quanto na parte da demanda de bens e serviços, que estimularia a produção¹⁶².

Também pode-se caracterizar a demografia como neutra, justamente pela existência dessas divergências. As medidas políticas é que determinarão as consequências dessas migrações, sendo mais uma alternativa para se reduzir as disparidades sociais. Não se pode ignorar o poder que as transições demográficas exercem sobre as sociedades¹⁶³.

160 De Haas (2008).

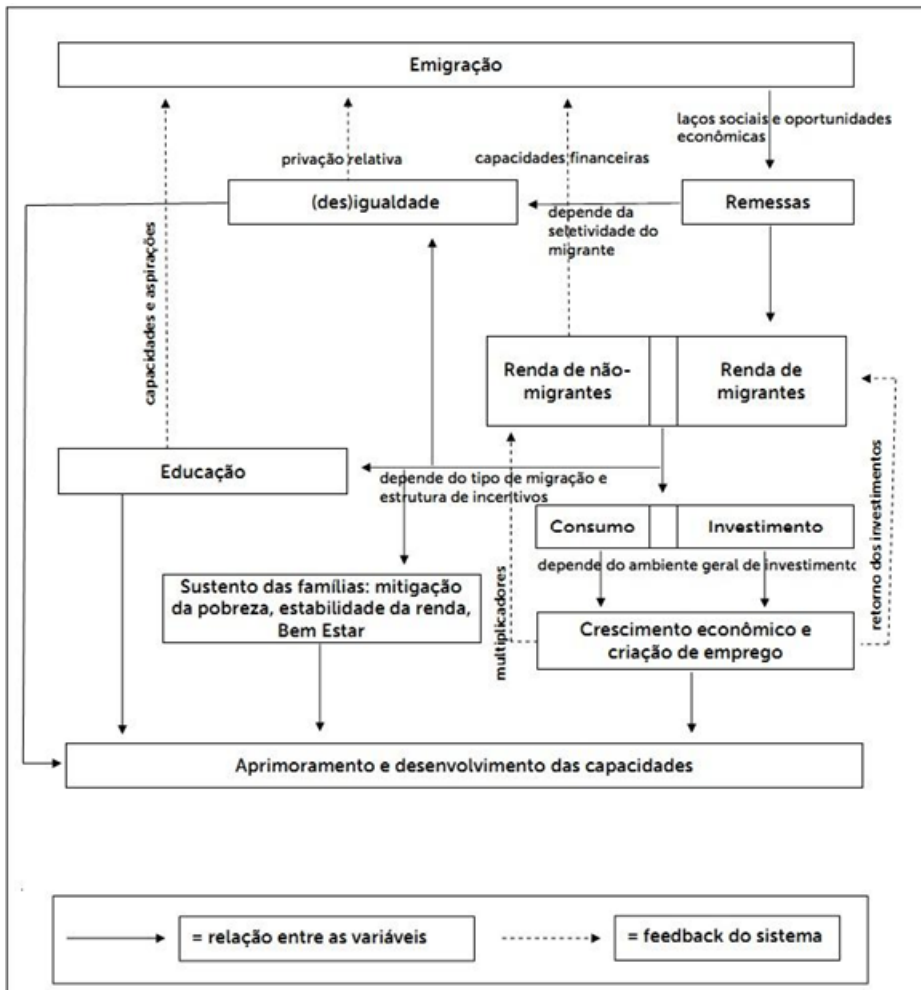
161 Millone (1986).

162 Singer (1980).

163 Brito (2008).

Como apontado pela figura 11, as regiões mais atrativas aos imigrantes proporcionará laços sociais e oportunidades econômicas. O consumo dos migrantes aumentará o fluxo circular de renda naquele local, gerando um ciclo de expansão do emprego e da produção. Esse ciclo terá consequências na renda dos imigrantes e dos não-imigrantes, que lhe proporcionarão melhores condições de prover o sustento das famílias e aumento em seu bem-estar. Com esse aumento nas rendas das famílias, estas poderão dispender maiores recursos para educação, que terão como consequência um aprimoramento em suas capacidades, que é um dos principais meios para se reduzir a desigualdade de renda. Por isso, a variável densidade demográfica populacional é um indicador de atratividade das atividades produtivas e dos centros urbanos.

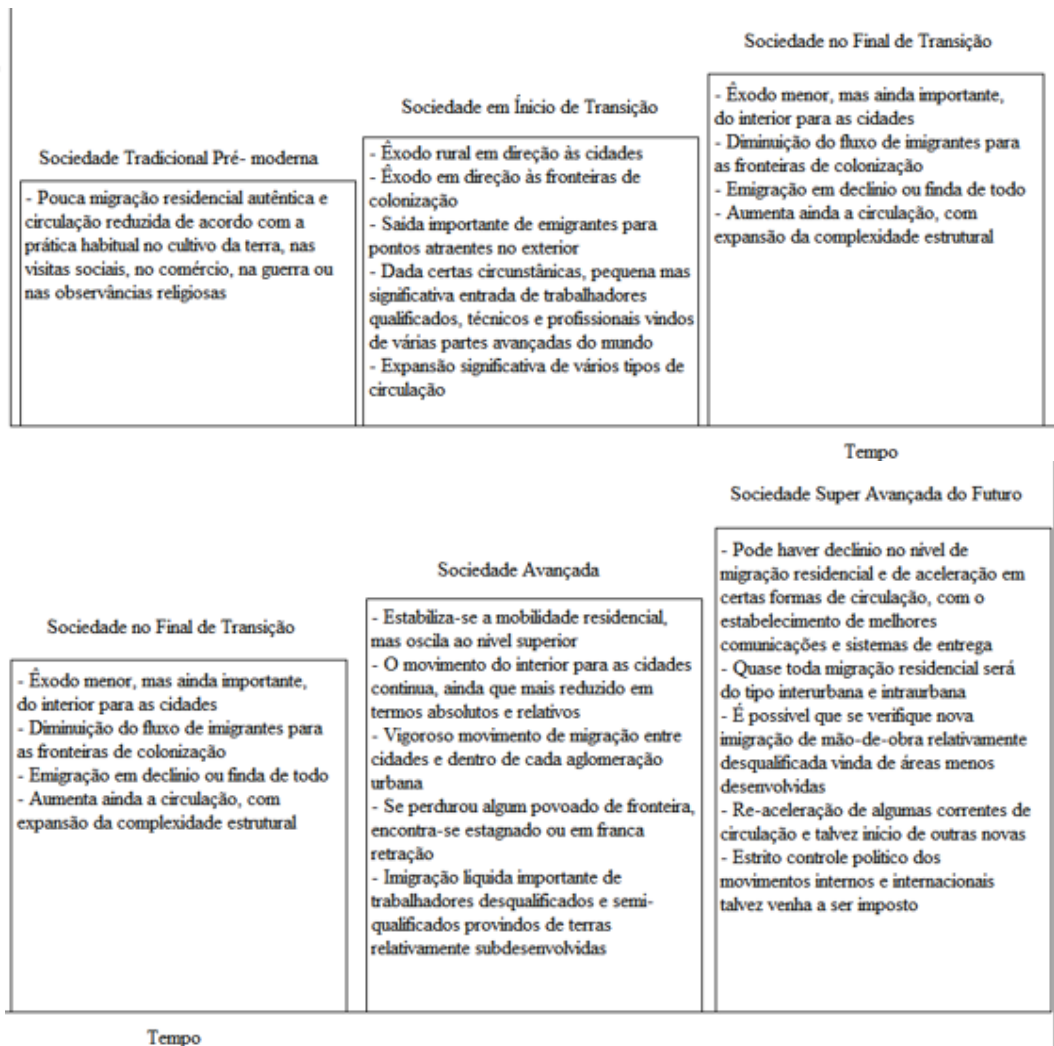
FIGURA 11 – INTERAÇÕES ENTRE MIGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO



Fonte: De Haas (2008, p. 42)

Indiferente à geografia, também pode-se classificar a transição demográfica das sociedades em fases: a primeira fase contém traços primitivos, com transações comerciais restritas. Nas fases seguintes, aumentam os movimentos de mão-de-obra desqualificada para regiões mais desenvolvidas. Os deslocamentos de pessoas entre regiões distantes tendem a diminuir conforme avança a tecnologia na área de comunicação¹⁶⁴. (figura 12)

FIGURA 12 – A HIPÓTESE DA TRANSIÇÃO DE MOBILIDADE E AS ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO DE WILBOR ZELINSKI



Fonte: Zelinski (1976).

164 Zelinski (1976).

Há também análises mais profundas dos processos de transição da economia, classificando-a posteriormente em estágios de desenvolvimento econômico¹⁶⁵. Nessa teoria, a sociedade passa por transformações desde a primeira etapa, a sociedade tradicional, até a última etapa, uma era pós-consumo em massa. Essas etapas criam várias modificações na sociedade, tais como mudanças sociais e políticas. Essa interpretação vale tanto para o Estado nação quanto para as estruturas regionais.

OS ESTÁGIOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE WALT WHITMAN ROSTOW

Existem etapas que se concentram apenas nas transições demográficas ocorridas durante o processo de desenvolvimento econômico¹⁶⁶. Essa análise pode ser considerada complementar, e não substituta, à análise que classifica o desenvolvimento econômico em estágios¹⁶⁷, no qual o foco se encontra na análise econômica do desenvolvimento, seja ele regional ou nacional.

FIGURA 13 – AS ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE WALT WHITMAN ROSTOW

A sociedade tradicional	Estrutura da economia se expande dentro de funções limitadas. Há um teto no nível alcançável de volume da produção.
As precondições para o arranco	Transformações que afetam e alteram a estrutura social e o sistema político, assim como as técnicas de produção e a economia como um todo.
O arranco	As forças que contribuem para o progresso econômico dilatam-se e envolvem toda a sociedade, expandindo o acúmulo de capital.
A marcha para a maturidade	A economia se modifica incessantemente à medida que a técnica se aperfeiçoa, novas indústrias se aceleram. Bens importados são agora produzidos localmente e aumentam os produtos para exportação.

165 Rostow (1978).

166 Zelinki (1976).

167 Rostow (1971 e 1978).

A era do consumo em massa	O PIB <i>per capita</i> se eleva e ultrapassa as necessidades de subsistência, assim como a qualificação da mão-de-obra. Aumento do consumo de bens duráveis e semi-duráveis.
Para além do consumo	Estágio em que as pessoas não se sentirão motivadas para aumentar ainda mais sua renda.

Fonte: Rostow (1978).

A sociedade tradicional se caracteriza pela produção limitada à subsistência. A produção é limitada pelo nível em que se encontra a ciência e tecnologia. Para definir as regiões que passaram por essa fase, Rostow aponta Issac Newton como o divisor de águas, estabelecendo um mundo pré-newtoniano e pós-newtoniano. As sociedades tradicionais seriam as do mundo pré-newtoniano, como as dinastias da China, as civilizações do Oriente Médio e Mediterrâneo e o mundo da Europa medieval¹⁶⁸.

Para a região possuir as precondições para o arranco, o processo nem sempre ocorre por iniciativa da própria sociedade¹⁶⁹. Houveram casos em que foi necessária uma intervenção externa. Essa intervenção fez insurgir na região um desejo de transformação daquela sociedade tradicional. Nos casos em que não houve interferência externa e a transição para a próxima fase se deu de modo endógeno, houve suficiente disposição das elites agrárias para aceitar a mudança de uma economia predominantemente agrícola para uma economia industrializada, onde a criação e a capacidade de absorção de tecnologia são maiores, assim como traz maior dinamismo à economia como um todo. Os que possuem o poder devem estar engajados na busca pelo progresso em detrimento de uma mentalidade conservadora, que mantém as atuais estruturas políticas, sociais e, principalmente, econômicas, que resultam na estagnação do país em seu processo de desenvolvimento, ou que até mesmo o façam retroceder. Ou seja, a evolução da sociedade depende da capacidade das elites em incorporar o progresso e empreender.

Na fase das precondições para o arranco, este é caracterizado como as melhorias realizadas na infraestrutura. Para ocorrer a transição para o arranco, a taxa de investimento e poupança da economia deve ser aumentada de maneira que haja base para se conseguir um crescimento econômico sustentado. Como

168 Rostow (1978).

169 Rostow (1978).

na sociedade tradicional o que move a economia é a agricultura, é ela quem vai definir o tempo de transição entre a sociedade tradicional e o estabelecimento das precondições para o arranco. Em outras palavras, quanto maior for a produção da agricultura, menor será o tempo em que essa sociedade fará a transição entre esses dois estágios. A capacidade de produção de excedente na agricultura é quem fixa o tempo para que ocorra a transição.

De todos os estágios de desenvolvimento econômico de W. W. Rostow, o estágio do arranco é o mais debatido. É nesse estágio que um ou mais setores da economia obterão crescimento acima da média. É nesse momento que uma região vai superar os obstáculos que o prendem ao subdesenvolvimento. O fator mais importante para se alcançar esta fase de desenvolvimento econômico é tecnológico, onde o estoque de capital acumulado propicia maior produção, tanto da agricultura quanto da indústria. Essa maior produção exige maior número de empregados, assim como maior oferta de insumos e outras matérias-primas. Isso acaba por funcionar como um efeito multiplicador, incentivando a produção de outros bens e serviços.

A fase do arranco também é caracterizada, então, por criar uma base para o desenvolvimento econômico dos mais variados setores de bens e serviços na economia dessa sociedade. Conforme evolui a ciência e tecnologia, os métodos de produção também evoluem, aumentando a produtividade e o limite de tudo o que é produzido por essa sociedade. Nesse estágio, há três características básicas: como nos demais estágios, a taxa de investimento deve aumentar; o setor manufatureiro básico deve se consolidar; e a presença constante das instituições formais e informais é necessária para se avançar ao próximo estágio.

As transformações de ordem política, social e econômica devem estar de tal maneira preparadas para absorver as transformações causadas pelo crescimento da renda. Essas transformações no arranjo institucional deverão estar aptas para incorporar e difundir os avanços da tecnologia, e assim, criar uma nova onda de crescimento.

A região também utilizar-se-á do mercado internacional para alavancar suas exportações e acumular capital para os investimentos, seja com o aumento no número de países com quem transaciona ou a melhora nos termos de troca. Uma diminuição nos termos de troca ou um bloqueio às transações com os demais países também pode ser benéfico na medida em que forçará o país a substituir suas importações.

Há que se destacar a importância do aumento do investimento como proporção do PIB no estágio do arranco. O investimento alavanca os setores mais modernos e os lucros são reinvestidos no aumento da produção. A difusão do crescimento se inicia no efeito multiplicador que a expansão desses setores modernos propicia¹⁷⁰.

O papel da infraestrutura, principalmente de transportes, é visto como fundamental no processo de arranco. A função dos transportes, basicamente, são três:

- Redução nos custos de transporte;
- Descoberta de novas regiões e novos produtos para o comércio e;
- Ampliação do mercado

Outro fator importante para o arranco, que auxiliou várias regiões, foi o aumento dos preços, pois proporciona um aumento nos lucros, que, como já exposto, era investido na própria produção. Para gerar esse aumento na produção, os lucros deveriam ser investidos em atividades de alta produtividade, evitando o entesouramento, consumo de artigos supérfluos ou investindo em atividades de baixa produtividade¹⁷¹.

Em algumas circunstâncias, é possível identificar o início do arranco. Pode ser uma revolução política, que afetará os valores da sociedade ou uma inovação tecnológica, que proporcione uma difusão de seus benefícios para outros setores da economia e ainda se apropriar das economias externas que serão criadas. Esses fatores criarão uma força poderosa, que iniciará uma fase de aumento sustentado da renda real *per capita*.

No estágio da marcha para a maturidade, há um longo período de consolidação da atividade econômica e intensificação do comércio internacional. Neste estágio, a ciência e a tecnologia evoluíram de tal maneira que o país pode produzir tudo o que desejar. Sendo assim, a barreira tecnológica não é mais um obstáculo na produção de bens e serviços. A região deve aproveitar essa tecnologia para agregar valor aos recursos naturais de que dispõe. Esse é o momento em que a tecnologia se desenvolveu por completo, pelo menos até avançar para o próximo estágio. As sociedades conseguirão avançar em seu processo de desenvolvimento sempre que o foco for os setores dinâmicos existentes na economia, o qual, aliado ao desenvolvimento tecnológico, resultará no aumento das inovações.

170 Rostow (1978 e 2010).

171 Rostow (2010).

Na era do consumo em massa, o avanço tecnológico não é mais prioridade. A taxa de aumento da renda ultrapassa a taxa de crescimento da população. As pessoas passam a consumir diariamente mais do que o mínimo necessário. Nessa fase, a prioridade é o investimento em assistência social, já que, como a população consome mais do que o mínimo necessário, o crescimento econômico não é mais o objetivo principal, sendo substituído pelo desejo de melhora nos indicadores de qualidade de vida.

Nesse estágio, há três aspectos:

1. A era pós maturidade, a sociedade transcende as fronteiras de seu país, o que aumenta a importância do comércio internacional, assim como a questão militar ganha relevância;
2. Além da questão externa, é nesse estágio que a sociedade pode alcançar o Estado de Bem-estar (*Welfare State*), com distribuição de renda e aumento do lazer, dentre outros.
3. No estágio do consumo em massa, a renda permite às pessoas o consumo além do mínimo necessário para sua sobrevivência. É nessa fase que os indivíduos podem usufruir de todos os bens e serviços que a tecnologia pode oferecer.

No último estágio de desenvolvimento econômico, uma era pós-consumo em massa, há a idealização de uma sociedade na qual a renda é alta o suficiente e as pessoas não possuem incentivos para aumentá-la ainda mais. Nesse momento, Rostow expõe uma situação onde o problema não é mais a ingestão mínima de alimentos que uma pessoa necessita diariamente, mas o oposto, a ingestão demasiada, onde o problema se torna outro, a obesidade. Nessa fase também os problemas de moradias estão totalmente sanados. Como nesse estágio problemas básicos não existem mais, Rostow pensa que os indivíduos dessa sociedade passarão a sofrer de tédio, pois não há estímulo para eles melhorarem ainda mais seu bem-estar¹⁷².

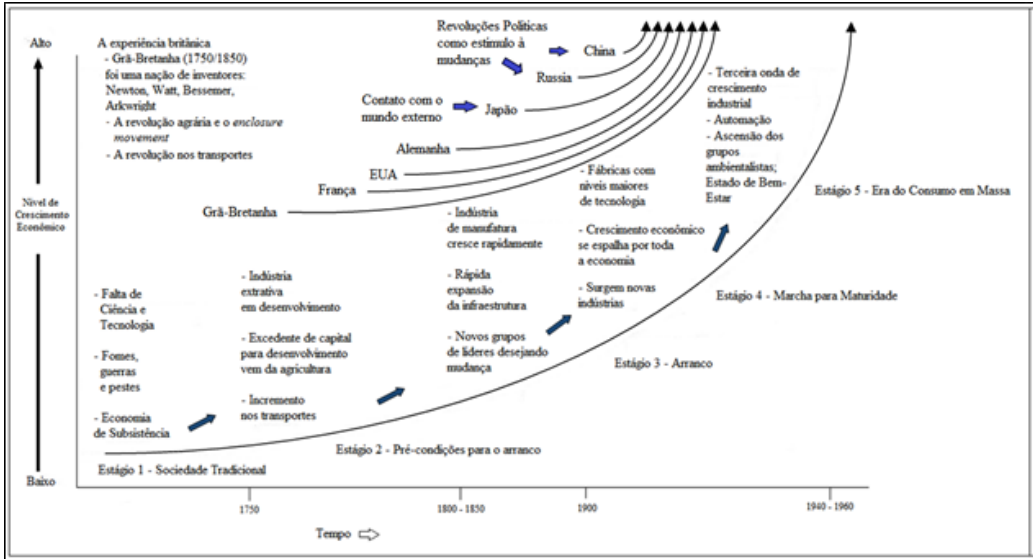
A figura 14 expõe os estágios de desenvolvimento¹⁷³, fazendo relação com o período que alguns países vivenciaram cada um desses estágios, sendo que a teoria se utiliza dessa perspectiva histórica. A experiência britânica, por exemplo, com o nascimento de grandes inventores, revolucionando a tecnologia.

172 Rostow (1978).

173 Rostow (1978).

Na abertura com o mundo externo, Rostow utiliza o exemplo japonês, enquanto que para elucidar os exemplos de revoluções políticas que objetivavam a mudança são citados os casos da Rússia, com a revolução Bolchevique de 1917 e a revolução Chinesa de 1911. Assim como o caso americano da década de 1960 para mostrar uma sociedade que vivenciou uma era de consumo em massa.

FIGURA 14 – O MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE ROSTOW APLICADO A ALGUNS PAÍSES



Fonte: (Em: <<http://fdmc12geo.blogspot.com.br/2008/06/rostow-model.html>>).

Existem duas características de extrema importância para uma sociedade que queira avançar no seu processo de desenvolvimento: primeiro, é necessário a constante evolução da ciência e tecnologia. Com isso, a sociedade poderá aumentar a produtividade, podendo produzir mais sem aumentar a quantidade de recursos para tal, assim como difundir o processo de inovação para todos os setores da economia. Segundo, para haver a passagem para o próximo estágio, além da incorporação dos avanços tecnológicos, a quebra de paradigmas tem de ocorrer, essencialmente entre as elites e aqueles que detém o poder nessa sociedade¹⁷⁴.

Há pesquisas que se utilizam do arcabouço teórico dos estágios de desenvolvimento e as aplicam ao caso Brasileiro, conforme a figura 15¹⁷⁵.

174 Rostow (1971 e 1978).

175 Sarmento (2008).

FIGURA 15 – DIVISÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL,
SEGUNDO AS ETAPAS DE ROSTOW

Estágio que se encontra o Brasil	Ano	Caracterização
Sociedade tradicional	Até 1850	Ciclos de produtos primários e extrativos para sua subsistência e exportação.
Precondições	Segunda metade do Século XIX	Começaram a surgir as primeiras indústrias no país.
Arranco	1954	Papel político se intensifica. Setores industriais com elevado índice de crescimento, entre eles, o têxtil, que é a mais clássica desta etapa.

Fonte: Sarmiento (2008).

As características do Brasil no período do descobrimento até o fim do tráfico negreiro colocaram o país em condições parecidas com as quais se denomina de Sociedade tradicional. Isso porque a estrutura econômica brasileira no período é marcada pela agricultura de subsistência e extrativos para consumo próprio e exportação. Essa estrutura não contribuía para o processo de crescimento do país, pois produtos de maior rentabilidade sempre foram voltados ao comércio internacional. Na segunda metade do Século XIX, uma indústria incipiente, aliada ao início do setor bancário e do capital social básico, foram os fatores que fizeram o Brasil ter as bases necessárias para criar as precondições para o arranco¹⁷⁶.

Há ainda a inserção de alguns elementos sociais que sugerem a ruptura do Brasil com a sociedade tradicional: o fim do comércio negreiro, a abolição da escravatura e a proclamação da república¹⁷⁷.

Os oitenta anos que se passam desde o início da segunda metade do Século XIX até a grande depressão de 1929 foram caracterizados pelo baixo número de indústrias no território nacional, somam-se a isso a baixa produtividade e o protecionismo estatal. Duas situações ocorrem para mudar a conjuntura econômica

176 Sarmiento (2008).

177 Sarmiento (2008).

nacional. A primeira é o início da produção de café e, segundo, o início da indústria têxtil, que é a indústria básica que irá se desenvolver nessa etapa (Pré-arranco).

Entre o momento em que a sociedade estiver na fase das condições para efetivamente entrar na fase do arranco, há um período de 25 anos para essa fase completar seu ciclo e se tornarem claras as evidências de que a sociedade iniciou seu período de arranco.

Tomando-se a periodização do pré-arranco brasileiro no ano da grande depressão (1929), somando-se os 25 anos que Rostow indica para a transição do pré-arranco para o arranco efetivamente, supõe-se que o arranco brasileiro inicia-se no ano de 1930. Nesse estágio do desenvolvimento, há que se ter um governo que crie condições e incentivos para a modernização da economia. Após 1930, o país teve um Estado forte e centralizado que impulsionou o processo de industrialização do país¹⁷⁸.

Outra evidência utilizada para comprovar que o Brasil iniciou o estágio do arranco no pós-grande depressão foi o crescimento contínuo de alguns setores da economia nacional. Isso se deu pelo lucro que o setor cafeeiro proporcionava e que era revertido para a diversificação da matriz produtiva. Com isso, há a indicação que o Brasil alcançou até a terceira fase dentre os estágios de Desenvolvimento¹⁷⁹.

SOBRE OS ASPECTOS REGIONAIS DA TEORIA DE W. W. ROSTOW

Os trabalhos de Rostow¹⁸⁰ baseiam sua teoria em escala nacional, com poucas referências às regiões. Entretanto, pode-se examinar o aparato Rostowiano em numa escala sub-nacional e dividi-lo em três perspectivas: regional, multi-regional e inter-regional¹⁸¹.

Em cada uma dessas três perspectivas, há uma comparação à luz de algumas teorias sobre economia regional. (figura 16)

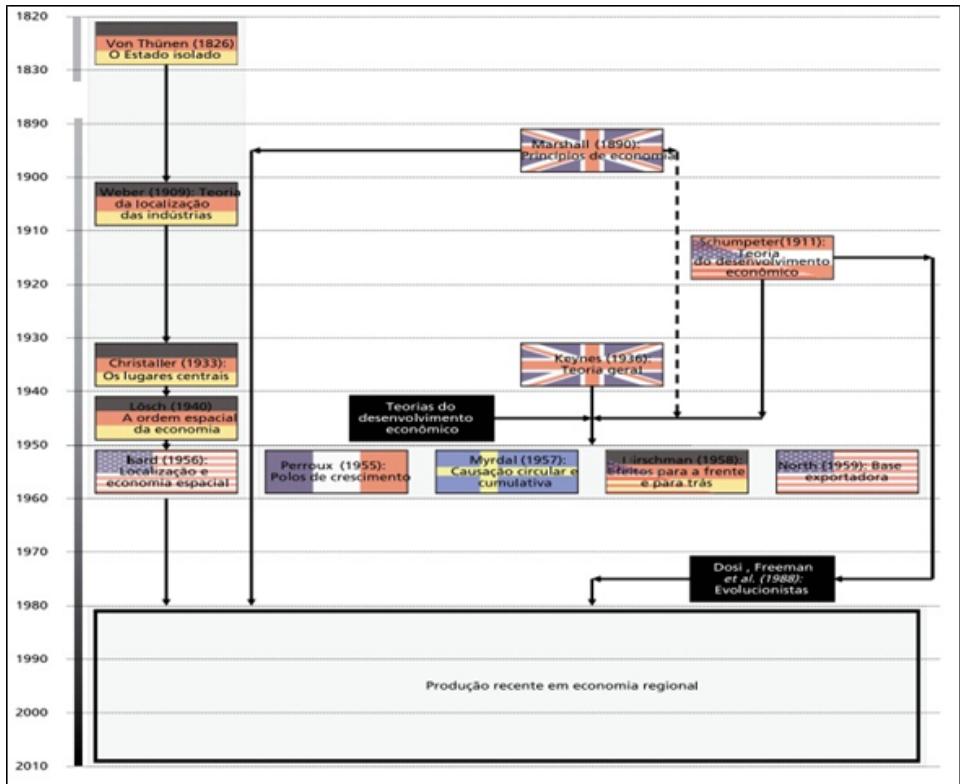
178 Sarmiento (2008).

179 Sarmiento (2008).

180 Rostow (1971 e 1978 e 2010).

181 Parr (2001).

FIGURA 16 – PRINCIPAIS TEORIAS EM ECONOMIA REGIONAL



Fonte: Monastério e Cavalcanti (2011), adaptado de Cavalcanti (2008)

A fase do arranco necessita de um aumento no investimento como proporção do PIB, para algo em torno de 11%. Então, esse requisito levado em termos regionais se torna mais difícil de ser atingido. Além disso, outro requisito é a emergência de um setor motriz, geralmente atividades ligadas à manufatura¹⁸².

A transposição da necessidade de haver um setor motriz para uma escala regional, é fazer conexão com a teoria da base econômica¹⁸³. “This suggests that at regional scale, Rostow’s leading sector might be interpreted as the dominant element of the export base¹⁸⁴.”¹⁸⁵

182 Rostow (1971 e 1978).

183 Douglass North (1955 e 1977).

184 “Isso sugere que, em escala regional, o setor motriz da teoria de Rostow pode ser interpretado como o elemento dominante da base econômica” - Tradução livre.

185 PARR, 2001, p. 7.

Em escala multi-regional, a teoria de crescimento desequilibrado¹⁸⁶ é usada para argumentar que algumas regiões alcançam estágios mais elevados de desenvolvimento de uma forma mais rápida do que a nação como um todo. Independentemente do estágio em que se encontra a nação, algumas regiões podem estar em estágio inferior (geralmente no estágio anterior). O fato é que melhorias nos transportes dentro da nação causam impactos diferenciados nas regiões e isso resultaria em um aumento nas disparidades intra-regionais.

Uma das críticas à teoria do desenvolvimento equilibrado é que o postulado desta teoria é de que o crescimento do consumo e do investimento se dariam sempre na mesma proporção, ou, de forma equilibrada. A incapacidade de um país não poder manter o equilíbrio entre essas duas variáveis seria a causa, e não consequência de uma região ser subdesenvolvida¹⁸⁷.

A ideia da teoria de crescimento equilibrado é a emergência de uma indústria moderna que propicie que os efeitos multiplicadores criem um processo de difusão em direção aos demais setores, isso por si só já gera um crescimento desequilibrado, conquanto a indústria moderna sempre estará a frente das demais. A indústria moderna funciona como uma locomotiva, que puxa os vagões (demais setores da economia). Esses desequilíbrios são necessários para a criação de novas ondas de investimentos, sendo que os setores líderes criam encadeamentos que se espalham para os diversos setores da economia. A criação desses encadeamentos tem sua importância nos chamados efeitos à montante (*Backward linkage effects*) e à jusante (*Forward linkage effects*).

É possível que uma região alcance um estágio de alta produtividade antes das demais regiões. Isso se torna possível na medida que o setor motriz se especializa. Isso é uma alusão à noção de indústria motriz¹⁸⁸, onde economia de escala e de aglomeração transformam a região em um indutor de crescimento.

As teorias de causação circular cumulativa¹⁸⁹ se aplicam às dimensões inter-regionais da teoria de estágios¹⁹⁰. A presença dos efeitos da difusão podem auxiliar as regiões atrasadas a passar do estágio das pré-condições do arranco para o estágio do arranco propriamente dito.

186 Hirschman (1958).

187 Hirschman (1958).

188 François Perroux (1977).

189 Gunnar Myrdal (1968).

190 Rostow (1971 e 1978).

ALAVANCAR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUAS FASES: OUTRAS INTERPRETAÇÕES DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

É quase que consenso que as instituições exercem papel primordial no processo de desenvolvimento econômico. O desenvolvimento também depende da matriz institucional estabelecida no país. As instituições podem ser divididas em formais e informais¹⁹¹.

As instituições formais são constituídas pelas leis enquanto as instituições informais são convenções, códigos de conduta e normas de comportamento. As instituições formais podem ser rapidamente alteradas, enquanto as informais podem persistir por períodos de tempo maiores¹⁹².

O conjunto de leis, regras e costumes é que inibe ou estimula o desenvolvimento. O papel do Estado, nesse sentido, é construir uma estrutura institucional que proporcione uma justiça eficiente, um bom ambiente para os negócios, melhor funcionamento da máquina pública, punição para os casos de corrupção nas esferas do governo, assim como fraudes em empresas, bancos, etc.

Pode-se discorrer sobre o enfoque institucional do desenvolvimento regional, afirmando que a teoria da base de exportação¹⁹³ e a teoria sobre o papel das instituições na estrutura econômica regional se complementam. São as instituições que auxiliarão a base de exportação a se inserir na economia nacional e se renovar ao longo do tempo¹⁹⁴.

É da sabedoria convencional a relevância das instituições. Todo esse aparato institucional tem grande importância no desempenho da economia, na medida em que esse conjunto de leis e normas auxilia na redução dos custos de transação, redução das incertezas e da assimetria de informação e melhor funcionamento das organizações.

Pode-se complementar a análise da influência da matriz institucional sobre as empresas, as quais deveriam atuar de forma a promover um ambiente propício ao empreendedorismo e que estimule a inovação. Ações essas que recrudesceriam o dinamismo do setor empresarial. Salientam também a importância

191 North (2006).

192 North (1990).

193 North (1990 e 2006).

194 Piffer (2009).

de direitos de propriedade bem definidos como mecanismo para redução das incertezas, assim como redução dos custos de transação e problemas de risco moral e seleção adversa. Os custos de transação, embora não diretamente ligados à produção em si, provêem suporte à produção, principalmente em aspectos ligados à eficiência da justiça, na diminuição das incertezas e assimetria de informação¹⁹⁵.

As organizações também exercem um papel significativo no desenho da matriz institucional. As organizações atuam no sentido de criar uma estrutura de incentivo que incremente tanto o capital humano quanto o físico. Para ele, são as organizações que definem as instituições, e, por isso, exercem papel importante nas mudanças institucionais. Sendo as instituições as regras do jogo, são elas que desenham as interações humanas e tiveram, historicamente, papel fundamental no desempenho econômico dos países¹⁹⁶.

Apesar da importância das instituições¹⁹⁷, a sociedade tem de acreditar nelas. A confiança que a sociedade deposita nas instituições, principalmente as instituições formais, é que tornará propício o estabelecimento de um ambiente favorável ao desenvolvimento¹⁹⁸.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria de Walt Whitman Rostow insere na análise do desenvolvimento econômico os estágios que cada região passaria até completar o processo de desenvolvimento, quando estas alcançam a fase do consumo em massa. A teoria de Rostow, se aplicada em uma escala sub-nacional, lembra diversas teorias de desenvolvimento regional. Uma das condições para a elevação de um estágio para outro, é a existência de um setor motriz. Essa condição se assemelha com a teoria da base de exportação de Douglass North. Rostow admite que, mesmo dentro do mesmo país podem haver regiões que possuem estágios diferentes de desenvolvimento. Isso vem a corroborar a teoria de desenvolvimento desequilibrado de Albert Hirschman. A especialização de regiões em alguma atividade motriz é

195 Conceição (2002); Fiani (2002).

196 North (1990).

197 Douglass North (1990 e 2006); Oliver Williamson (1985); Ronald Coase (1998).

198 Lewis (1976).

uma alusão à teoria de François Perroux. A presença de efeitos de difusão auxilia na compreensão das dimensões inter-regionais de Rostow, que possuem ligação com as teorias de causação circular cumulativa de Gunnar Myrdal.

Embora tenha dado sua contribuição à teoria de desenvolvimento econômico, a teoria de estágios de W. W. Rostow sofreu críticas tanto de ordem histórica quanto estrutural. A simplicidade em se tratar o processo de desenvolvimento em etapas é a crítica de Celso Furtado, enquanto que o problema do subdesenvolvimento é estrutural.

As críticas se estendem ao campo da história, já que Rostow se utiliza da comparação entre países em momentos históricos diferentes. Os críticos dessa vertente dizem que só se pode comparar o que é realmente comparável.

A DINÂMICA DA BASE ECONÔMICA REGIONAL

Moacir Piffer

A região, ao longo do tempo, cria uma especialização ou “multi-especializações” em atividades ou em setores ligados ao comércio interregional. Adam Smith trata a especialização como sendo o reflexo do desenvolvimento da divisão do trabalho, porque as trocas se refletem de forma positiva nas regiões devido ao fato de os produtos serem mais competitivos em virtude da eficiência do trabalhador em fazer uma parte do processo de produção. Isto se dá por três razões: 1) ao aprimoramento da destreza dos trabalhadores; 2) à poupança de tempo; e 3) pela utilização de máquinas adequadas à produção. Neste raciocínio, a divisão do trabalho gera o aperfeiçoamento da produção de todos os setores, ou seja, no seu conjunto, gera a especialização regional. Isso conduz à ampliação dos excedentes, que necessitam, cada vez mais, de consumidores potenciais, sejam eles intra- ou interregionais¹⁹⁹.

Nessa perspectiva, Adam Smith esbarra na limitação de mercado, ou seja, a limitação da extensão do mercado. Isto ocorre, porque é o poder de troca que leva à divisão do trabalho. No final das contas, é a demanda crescente que estimula a divisão do trabalho e a produção de excedentes. Nesse caso, o transporte exerce uma função fundamental na extensão de mercado, e a infraestrutura de transportes bem desenvolvida impulsiona a comercialização de produtos para

199 Smith (1983).

outras regiões e para outros países. O mercado externo (demanda inter-regional) induz o desenvolvimento regional e fortalece a especialização produtiva e a divisão do trabalho. Mais uma vez é, um efeito multiplicador que gera um círculo cumulativo de crescimento das atividades produtivas urbanas²⁰⁰.

Douglas North apresenta uma teoria de desenvolvimento econômico regional. A sua teoria, de certa forma, converge com a teoria de Adam Smith quanto ao papel da especialização e do consumo na dinâmica da economia capitalista. Neste particular, acabam se complementando, pois: 1) a especialização e a divisão do trabalho são os fatores mais importantes da expansão da economia regional; 2) a expansão do mercado interregional induz ao fortalecimento da especialização; 3) o engajamento no mercado internacional tem sido o caminho através do qual várias regiões têm alcançado o desenvolvimento econômico. Naturalmente, este é o argumento clássico de Adam Smith²⁰¹.

A teoria da base econômica formulada por Douglass North fornece subsídios para explicar a condição necessária para a acoplagem de uma economia periférica a um núcleo dinâmico mercantil-capitalista. O movimento de “engate” da região no acúmulo mercantil é, todavia, insuficiente para garantir que a mesma se torne autossuficiente e autônoma na sua dinâmica econômica. A especialização é identificada como elemento competitivo para garantir a conquista de mercados externos, mas não suficiente, pois o arranjo institucional também desempenha um papel importante. Por isso, as ideias de Douglass North encontram-se divididas em duas fases: Na primeira fase, o autor trata da teoria da base de exportação, cujo marco é o seu estudo pioneiro de 1955 sobre a localização e a especialização das atividades produtivas e serviu de suporte para a compreensão do crescimento do espaço econômico regional²⁰². Esse estudo dá uma formulação do conceito de base aplicado ao contexto regional, oferecendo uma forma mais simples de modelo de renda regional. Ele serve também como estrutura teórica para estudos empíricos sobre a dinâmica econômica regional.

A segunda fase do pensamento de North trata do papel das instituições na evolução histórica e no desenvolvimento das sociedades. Douglass North, nesse caso, se preocupa em explicar como as instituições atuam no desempenho econômico e na organização do processo produtivo das sociedades.

200 Smith (1983).

201 North (1977b); Volett e Dion (2001).

202 North (1955, 1961, 1961a, 1977a, 1977b, 1977c, 1990, 2006).

A economia capitalista surgiu a partir das trocas interregionais, com a ampliação do comércio, com a distribuição das atividades produtivas e a mobilidade dos fatores de produção ao longo dos territórios. A segunda fase do pensamento de North²⁰³ não se aprofunda nessas questões, mas fornece subsídios para analisar a matriz institucional da economia regional.

Assim, este capítulo encontra-se dividido em duas partes: Na primeira parte serão tratados a definição de base de exportação e os seus pressupostos teóricos e analíticos: a base de exportação como “dinamizadora” das economias regionais e como ela induz as atividades internas de uma região. Na segunda parte, será tratado o enfoque institucional do pensamento de Douglass North.

A TEORIA DA BASE ECONÔMICA

Quando estuda-se o desenvolvimento econômico regional, um dos problemas fundamentais é compreender as suas relações com as demais regiões do sistema nacional e com o exterior, ou seja, com a estrutura interregional. A teoria da base econômica ou de exportação explica essas relações interregionais que envolvem o fluxo de mercadorias, de pessoas e de serviços, bem como avalia os impactos desses fluxos entre a região e o restante da economia nacional e global.

A atividade total de uma região (ou de uma cidade) apresenta uma dicotomia bastante nítida, constando, de um lado, as atividades básicas (dinâmicas ou de exportação) e, do outro, as atividades locais (ou voltadas para o mercado interno). Esses estudos partem da idéia de que uma região só se desenvolve a partir da sua base exportadora e dos arranjos institucionais para fortalecer essa base. As rendas geradas pela procura externa de bens e de serviços impulsionam as atividades locais e diminuem os custos de transação na economia regional.

Esse conceito de base econômica ou de exportação pode ser empregado para a análise tanto de regiões como de setores ou de ramos de atividades urbanas. Apesar de os estudos clássicos de Douglass North se focarem na base econômica agrária, seu pensamento analisa as mutações da estrutura produtiva da economia regional e do efeito das mudanças institucionais nessa estrutura. Um

203 Cruz (2003, p. 117).

exemplo é a ruptura de um acúmulo de capital gerado exclusivamente por excedentes oriundos dentro de um ambiente urbano-rural para um ambiente urbano-industrial. No ambiente urbano-rural, uma produção rentável de bens agrícolas ou produtos extrativos que são destinados à venda externa, pode ser, sob certas condições, o principal fator de indução do crescimento e do desenvolvimento econômico, da urbanização e da transformação industrial. O desenvolvimento econômico regional é um processo que tem origem a partir de impulsos externos à região, ou seja, da demanda interregional dos seus produtos²⁰⁴.

Por isso, o desenvolvimento econômico regional tem como “motor” as atividades de base ou exportação. Douglass North utilizou a teoria da base de exportação para explicar o desenvolvimento das regiões canadenses e americanas no século XIX, assim como de regiões “jovens”. Nesses países, o começo do processo de desenvolvimento regional se deu através da exportação dos recursos naturais, através das atividades primárias. Por isso, na teoria da base econômica, para que uma região se desenvolva é fundamental que ela esteja integrada com outras regiões através do comércio exterior, levando em consideração duas condições necessárias: a manutenção do dinamismo das atividades produtivas de exportação e a difusão desse dinamismo para outras atividades econômicas internas²⁰⁵.

Assim, a estrutura da economia regional é considerada como composta de duas categorias: atividades básicas ou de base, que são exportadoras, ou seja, voltadas para a demanda externa interregional; e atividades “não-básicas” ou internas (residenciais), que são dinamizadas pelas atividades básicas²⁰⁶. Enquanto as atividades básicas dependem de uma demanda exógena à região, as atividades não-básicas dependem da demanda endógena. Por isso, a sua estrutura de ocupação, tanto da mão-de-obra quanto da capacidade produtiva ou de gerar serviços, depende da dinâmica das atividades básicas. A demanda endógena é induzida pela capacidade das atividades básicas em criar empregos e, conseqüentemente, rendas. À medida que a divisão social do trabalho fortalece e se amplia nas atividades básicas, a região dinamiza cada vez mais a produção de bens e serviços através das atividades não-básicas num efeito cumulativo²⁰⁷.

204 North (1955, 1961, 1977a).

205 North (1955, 1961, 1977a); North e Thomas (1980).

206 Douglass North, no seu estudo original *Location Theory and Regional Economic Growth*, publicado em 1955, utiliza o termo “atividades residenciais” para definir as atividades não-básicas. Ao passar do tempo, o autor abandonará essa nomenclatura para utilizar apenas a palavra “atividades não-básicas” em outros dos seus textos.

207 North (1955, 1977b).

A teoria da base de exportação pressupõe que as atividades básicas são os elementos-chave do crescimento das atividades urbanas, principalmente daquelas atividades ligadas ao setor terciário e a ramos do setor secundário e que a expansão dos setores básicos induz e difunde o crescimento das atividades de serviços e, portanto, da economia urbana em seu conjunto. Segundo Douglass North, o “crescimento regional bem sucedido ocorre porque os desenvolvimentos iniciais no setor de exportação levaram, gradualmente, à diversificação da pauta de exportação e à ampliação da dimensão do mercado doméstico [...]”²⁰⁸. O resultado final desse processo é a ampliação das indústrias locais tanto voltadas à exportação, como para atender à demanda interna da região – elementos esses que dinamizarão cada vez mais as economias regionais. A seguir, pretende-se tratar, mais especificamente, dessa dinâmica.

A DINÂMICA DAS ECONOMIAS REGIONAIS E A BASE ECONÔMICA

Num estudo dos anos 1980, sobre a aplicação da Teoria da Base Econômica para o Estado do Rio Grande do Sul, percebeu-se que as atividades não-básicas (locais ou residenciais) identificam-se com a indústria tradicional, com o comércio e com os serviços urbanos. São atividades necessárias tanto à população regional como às atividades exportadoras. Nesse caso, a estrutura produtiva deve atender à demanda local e produzir excedentes exportáveis. A capacidade em gerar excedentes e colocá-los em mercados externos estimula a entrada maciça de capital na região exportadora. Nesse caso, as regiões se dinamizam numa escala temporal que inicia com produtos primários e avança em produtos com maior valor agregado, em geral, industriais. Ao longo do tempo, as regiões que se fortaleceram serão aquelas capazes de diversificar a estrutura de transformação e avançar na exportação de serviços. Desde atividades essencialmente agropecuárias, o desenvolvimento regional exigirá que as regiões se tornem especializadas em atividades urbanas. No caso de um comércio inter-regional abaixo das expectativas, a demanda interna terá de ser suficiente para absorver a parcela exportada, mantendo assim a dinâmica da economia regional²⁰⁹.

208 North (1961, p. 33).

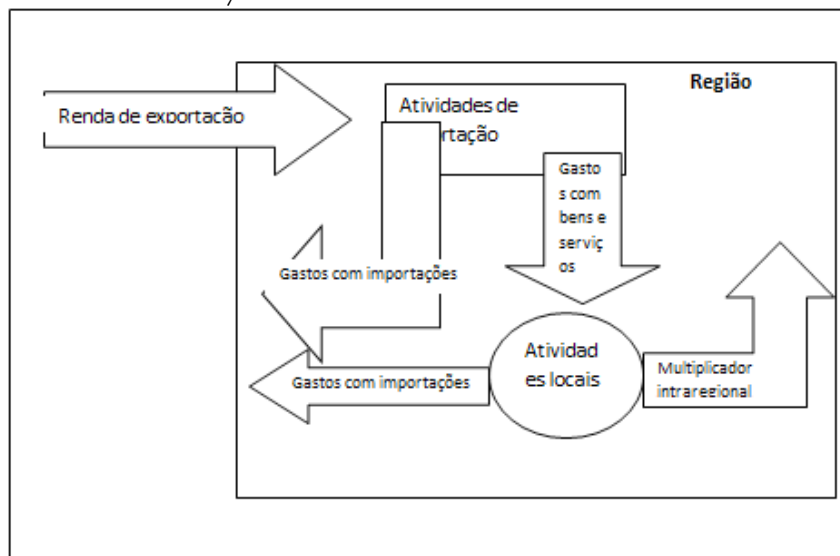
209 Souza (1981).

Deve-se ressaltar que a idéia de dinâmica pressupõe um estado de desequilíbrio, movimento e mudança que faz com que a economia cresça ao longo do tempo. Ela envolve a condição e o movimento de uma economia que está em processo de transformação. Essa transformação pode ser impulsionada pelo progresso e avanço de um setor ou ramo de atividades através da sua capacidade de influenciar os outros²¹⁰. Isso pressupõe que o processo de desenvolvimento regional se faz numa série de desequilíbrios. Na concepção desses autores, os desequilíbrios, quando prejudiciais ao próprio processo de desenvolvimento regional, podem ser corrigidos pela ação das forças de mercado ou através da intervenção da política governamental.

Nesse caso, há o “perigo” de se manter uma estrutura produtiva apenas primário-exportadora. Para o avanço da economia regional devem-se estabelecer bases mais amplas de exportação e produção. A economia regional tem de ser capaz de fazer a transição de atividades essencialmente primárias para atividades urbano-industriais. Ao longo do tempo, a dinâmica se dá não mais essencialmente na exportação dos excedentes industriais e rurais, mas de serviços de alta complexidade. Por isso, a dinâmica das economias regionais está ligada à capacidade de diversificar a base exportadora²¹¹.

A figura 17 ilustra a dinâmica regional a partir da Teoria da Base Econômica.

FIGURA 17 – DINÂMICA REGIONAL E FLUXO DE RENDAS



Fonte: Fürst et al (1983).

210 Hirschman (1996).

211 North (1961, p. 29).

Como se observa na figura 17, a dinâmica regional é estimulada pelas atividades de base através de um efeito multiplicador. A demanda do setor externo da economia estimula internamente a criação de empregos na atividade exportadora ou de base. Os salários gerados nessa atividade servem como instrumento de consumo de bens e serviços produzidos pelas empresas locais e comercializados localmente – sem contar os pagamentos de impostos e a demanda de bens e de serviços públicos, atividades que reforçam o “caixa” do setor público. O fluxo de circulação entre os bens e os serviços produzidos para o mercado externo impactam diretamente a economia interna da região através do efeito multiplicador keynesiano²¹². A demanda externa da região é a responsável pela dinâmica local formação de novos ramos de atividade, principalmente no desenvolvimento da indústria e serviços.

Douglass North demonstrou, empiricamente, o esquema proposto na figura 17, ao estudar a história econômica dos Estados Unidos. Ele demonstrou que a proposição mais importante na riqueza dessa nação refletiu as características ligadas ao seu comportamento econômico da base de exportação. À luz dessa evidência, o ritmo de desenvolvimento regional americano estava determinado por dois fatores, em que o primeiro desses fatores foi o sucesso do seu setor da exportação e em que o segundo foram as características da indústria de exportação e a disposição da renda recebida do setor da exportação. Tanto isso ocorreu que a economia americana foi predominantemente rural. À medida que ela se especializou e fortaleceu a divisão social do trabalho, a expansão do mercado auxiliou na dispersão do mercado doméstico. O crescimento da renda e do dinheiro estimulou a propagação da divisão social do trabalho e da especialização. Isso tudo impulsionou uma corrente de encadeamentos que estimulou cada vez mais o crescimento econômico regional²¹³.

De certa forma, a lógica da teoria da base econômica demonstra que se forma um *continuum* entre as atividades básicas e as não-básicas. Essas atividades se entrelaçam, conforme a figura 17, numa relação de causa e efeito. A relação causa-efeito carrega uma perspectiva de continuidade, ou seja, a causa existe antes do efeito e o efeito é uma consequência da causa. Ambos existem numa relação diacrônica e anotam uma continuidade no tempo e o princípio da causalidade: as causas estão próximas dos efeitos²¹⁴.

212 Keynes (1973).

213 North (1961a).

214 North (1955, 1961, 1961a, 1977a, 1977b); Vlasman (1996).

Na economia regional, a causa e o efeito estão intimamente inter-relacionados. A base de exportação da região põe em marcha forças que atuarão sobre a configuração espacial e econômica dessa região ao longo do tempo. Essa configuração econômica e espacial forma a estrutura. Essa estrutura aparece como um sistema interligado de relações econômicas, de arranjos institucionais que regem às transformações possíveis no conjunto da região. Essas transformações se localizam no espaço (sincronia) e no tempo (diacronia), através de uma combinação de elementos: o espaço, o tempo, a configuração econômica (perfil exportador da economia) e o impacto na economia local, configurado pela criação de postos de trabalho e na demanda interna²¹⁵.

A DIFUSÃO DA BASE ECONÔMICA

A difusão da base econômica é a propagação das atividades de exportação para outros setores, para outros ramos de atividades e para outros lugares. Nessa difusão, o processo de acumulação de capital atinge áreas rurais, mas ocorre de modo “aglomerativo” nos centros urbanos, ou seja, intensamente em alguns pontos privilegiados da estrutura da economia regional e se propaga para o resto do sistema. Trata-se de um processo inerentemente desequilibrado e cumulativo. Além disso, a difusão envolve mudanças econômicas, o que é uma condição prévia para melhorar o desempenho econômico das atividades e, conseqüentemente, da própria economia regional. Por mudança econômica, North entende uma transformação que envolve o fator demográfico, ou seja, expande a população criando consumidores e postos de trabalho; que envolve a matriz institucional, que organiza e estrutura a sociedade; envolve o conhecimento humano, para inovar e aplicar novas técnicas, conseguir novos mercados e gerir o processo de desenvolvimento. Essas transformações se propagam no espaço e auxiliam na transmissão e na reorganização na matriz econômica regional²¹⁶.

Nas aplicações das formas concretas e pelas quais se dá a transmissão de impulsos de crescimento econômico de um ponto para outro, Douglass North considerou o conjunto das inter-relações dos ramos de atividades do espaço re-

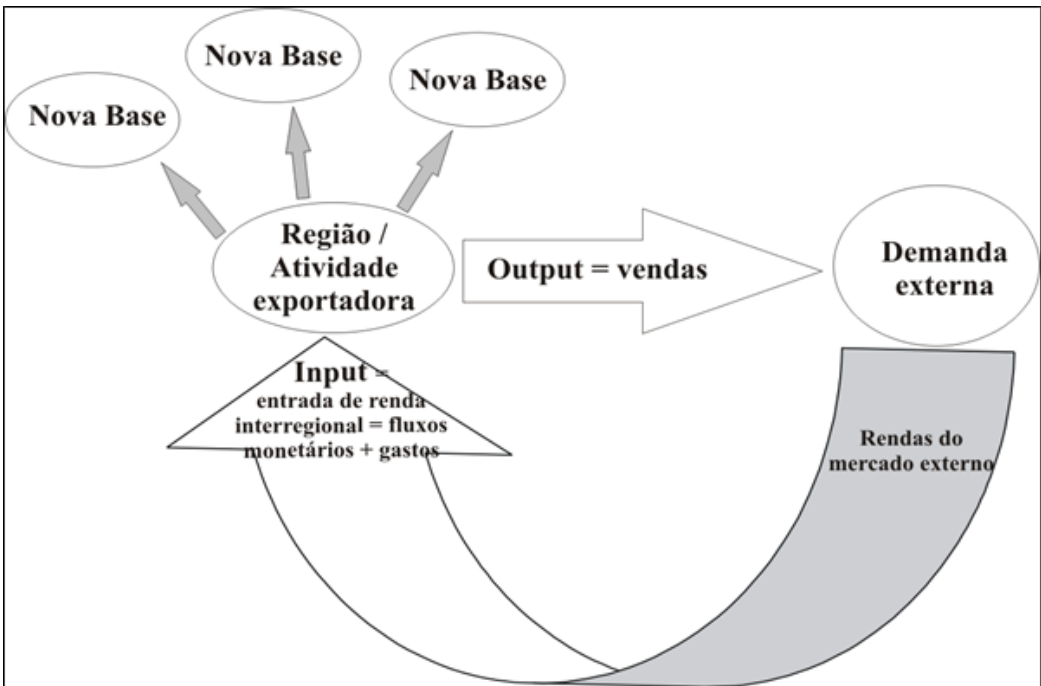
215 North (1961, 1990).

216 North (1999).

gional com o espaço nacional, em especial, utilizando a variável “emprego” como alternativa mais eficiente para analisar as aglomerações das atividades regionais. Afinal, o objetivo de toda política pública de desenvolvimento regional é gerar emprego e renda²¹⁷.

Na figura 18 é ilustrado o processo de transmissão ou de difusão da base econômica para outros setores ou para outros ramos de atividades produtivas, conseqüentemente estimulando novas atividades econômicas, a formação de plataformas exportadoras e gerando emprego e riqueza.

FIGURA 18 – DIFUSÃO DO DINAMISMO DA BASE NA ECONOMIA REGIONAL



Fonte: Adaptações a partir de North (1955, 1961).

Pelo esquema, supõe-se que a atividade de base está crescendo de forma adequada e os seus canais de comercialização e de distribuição conseguem expandir o mercado. Esse crescimento eleva cada vez mais as exportações inter-

217 North (1977).

regionais. Porém, para que ocorra o processo de desenvolvimento econômico, a base de exportação deve ser capaz de estimular outros setores, de se diversificar ao longo do tempo de se difundir para outras atividades na região. Isso ocorre pela entrada de novos capitais, seja em função dos fluxos monetários comerciais quanto aqueles oriundos de novos investimentos no espaço regional. À medida que esses fluxos entram na região, os empresários expandem as suas atividades econômicas decorrentes da ampliação das suas plantas ou na organização e gestão de novos processos produtivos. O impacto primordial de tudo isso é na variável emprego. Quanto maior é o dinamismo, mais postos de trabalho são gerados ao longo do tempo. Isso significa que a massa monetária que entra na economia regional oriunda do comércio exterior fortalece a criação de emprego e renda. A economia se dinamiza cada vez mais em função do efeito multiplicador do consumo e do investimento, e na diversificação da base de exportação. Essa diversificação estimula a ruptura estrutural, ou seja, diminui a dependência da estrutura agrária e faz a economia regional avançar para uma estrutura produtiva cada vez mais alicerçada nos setores secundário e terciário. Com isso, o desenvolvimento econômico regional exige a geração e diversificação de novas bases de exportação ao longo do tempo.

Resumindo, o processo de desenvolvimento regional estimulado pelas atividades de base, à medida que incorpora novas tecnologias, cria infraestruturas, gera novas demandas internas e fortalece o arranjo institucional, fomenta economias externas, tais como mercados de bens e de serviços, emprego e possibilita a redução dos custos de transação²¹⁸.

Vale ressaltar que o mecanismo de transmissão inter e intrarregional é de encadeamento produtivo²¹⁹. Ele partiu do teorema de Perroux²²⁰, no qual o progresso econômico não ocorre ao mesmo tempo em toda parte, porém, uma vez ocorrido o progresso, forças poderosas provocam uma concentração espacial do crescimento em torno dos pontos onde o processo se inicia. Neste sentido, há formas de difundir os novos métodos e as novas formas de organização da produção para toda a economia, inclusive incorporando os setores atrasados ao processo de expansão. O mecanismo indutor do crescimento é encontrado nos investimentos que tenham efeitos multiplicadores, ou seja, com capacidade de contágio e

218 North (1999).

219 Hirschman (1958, 1977, 1996).

220 Perroux (1977).

de gerar mais investimento²²¹. Isso caracteriza o efeito complementar e enfatiza que os impulsos de crescimento em uma atividade produtiva transferem-se, em geral, para outros por meio da organização do ambiente econômico e social. A essência do mecanismo indutor consiste no melhor aproveitamento possível dos efeitos intersectoriais e interregionais, em especial dos complementares, por meio do mercado e das instituições²²².

Através dos efeitos complementares, chega-se aos encadeamentos “para trás” e “para frente”. Por intermédio desses encadeamentos, o crescimento de uma unidade industrial provoca o crescimento, respectivamente, das atividades produtivas que lhe fornecem insumos e das atividades produtivas demandantes de seu produto e serviços²²³. Esses efeitos em cadeia permitem descobrir os setores ou ramos de atividade econômica que formam a dinâmica da geografia econômica, e, dentre os ramos, conhecer quais são mais significativos para gerar economias externas e fortalecer a divisão social do trabalho nas regiões.

Desta forma, as atividades produtivas e a estrutura social exercem o papel de propulsoras, de indutoras e de transformadoras do desenvolvimento regional e local, provocando o aparecimento de novas atividades complementares. O conjunto das atividades atua de forma articulada no sentido de causação circular cumulativa na transmissão dos impulsos de crescimento para toda estrutura da economia regional, especificamente para os pólos (áreas urbanas), lugar da dinâmica mais expressiva da base econômica²²⁴.

AS INSTITUIÇÕES E A DINÂMICA DA BASE ECONÔMICA

O enfoque institucional de Douglass North compreende a segunda fase do seu pensamento. Tanto que as idéias de Douglass North sobre a base de exportação e do papel das instituições na dinâmica das economias regionais se complementam. Apesar de a base de exportação “alavancar” o crescimento econômico regional, inserir as economias regionais na economia nacional e ampliar

221 Hirschman (1958).

222 Hirschman (1958, 1996).

223 Hirschman (1958, 1977).

224 Hirschman (1958, 1977); North (1961, 1961a, 1977b).

o leque de transformação econômica intrarregional, a dinâmica econômica das regiões é função das instituições e de sua evolução. As instituições dão o suporte legal, inovador, estrutural para que a base de exportação renove o seu dinamismo ao longo do tempo. O aporte institucional ajuda a explicar o desempenho diferenciado das economias com os mesmos fatores de produção e de localização. Ou seja, fornece mecanismos que auxiliam na explicação da polarização, pois economias com a mesma base de exportação têm dinâmicas diferenciadas de crescimento econômico. Nesse caso, como as instituições atuam na coordenação dos agentes econômicos e na operação eficiente do mercado, então boa parte das dificuldades de desenvolvimento das economias regionais está ligada à eficiência do aparato institucional²²⁵.

O aporte teórico de Douglass North sobre as instituições identifica as dificuldades do pensamento neoclássico no trato das questões ligadas aos desequilíbrios regionais, da regulação dos mercados, da incerteza, da definição das “regras do jogo”. No caso das “regras do jogo”, essa por si só já é uma definição de instituições. Para North (2006, p. 13), as instituições são as convenções, os códigos de conduta, as normas de comportamento e as regras formais que conduzem a sociedade. Enquanto as instituições são as “regras do jogo”, as organizações são os jogadores²²⁶.

Frente a essa definição, resta a questão: – Como as instituições influenciam o desempenho das regiões? Isso ocorre através da redução dos custos de transação e de transformação. Os custos de transformação estão ligados aos custos de produção. Já os custos de transação são aqueles que incidem sobre as operações do sistema econômico. Apesar de parte da estrutura econômica de uma região não estar diretamente ligada à produção propriamente dita, ela dá suporte a essa produção. Assim, o setor terciário tem um papel fundamental em garantir não só o consumo dos excedentes gerados nos setores primário e secundário, mas garantir os encadeamentos da matriz produtiva com as “regras do jogo”. O setor terciário dá apoio às atividades produtivas, tanto na forma distributiva como na regulação²²⁷.

A base econômica ganha importância na segunda variável do processo de intercâmbio, que é o tamanho do mercado. Quanto mais amplo é o mercado, maiores são as possibilidades, mas também as incertezas. As instituições reduzem

225 North (1990 e 2006).

226 Cruz (2003); North (2006).

227 North (1990, 2006); Vollet e Dion (2001).

as incertezas por meio da estruturação da interação entre os diversos agentes econômicos. Com isso, os agentes são capazes de avaliar as suas escolhas e alternativas que os levem aos objetivos desejados, que, em geral, é o lucro e o crescimento dos negócios. Da mesma forma que a base de exportação se altera com o passar do tempo, com as instituições ocorre o mesmo processo. As mudanças na base são tanto de diversificação quanto de difusão da mesma base. Já as instituições evoluem no sentido de atualizar o seu suporte e criar subsídios ao funcionamento adequando do ambiente econômico, em que estão inseridas as pessoas como as atividades econômicas, tanto básicas quanto não-básicas. Nesse caso, as regras não são estáticas, mas acompanham o dinamismo das atividades produtivas²²⁸.

Recentemente, a “Nova Geografia Econômica”, ao revisar os postulados da Teoria da Base Econômica, a considerou insatisfatória para explicar a dinâmica de algumas economias. Ou seja, ela desconsidera a ação da concorrência, a influência do tamanho do mercado, a base de exportação como fator exógeno e quando sua aplicação se faz em economias ou regiões muito amplas e altamente complexas. Assim, ela só seria satisfatória em regiões que oferecessem conexões entre os ramos industriais e as atividades primárias a partir do fornecimento de insumos²²⁹.

No entanto, Douglass North, para validar empiricamente as suas concepções teóricas, explorou as características de regiões “novas”, de colonização recente, como foi o caso das regiões canadenses e americanas, que cresceram, diversificaram e difundiram a sua estrutura produtiva no final do século XIX e início do século XX²³⁰.

Diferente do aporte institucional, o modelo de base econômica é, portanto, operacional à medida que se pode quantificá-lo, mensurá-lo, fornecendo um conjunto de indicadores de análise regional capazes de apontar as suas mudanças ao longo do tempo. Para que o modelo de base econômica seja operacional, faz-se necessário quantificar as atividades básicas e não-básicas que permitam uma determinação quantitativa de cada atividade básica e que possa a separar os ramos de atividades da economia em básico e não-básico.

228 North (1990 e 2006).

229 Krugman, Venables e Fujita (2002).

230 North (1955, 1961, 1961a, 1977a, 1977b).

PARTE III
ENDOGENIAS NA DINÂMICA
URBANA E REGIONAL

O DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO DAS REGIÕES

Carlos Alberto Piacenti

A compreensão das alterações da economia regional é a base para o entendimento das modificações ocorridas em escala nacional. A principal diferença, quando se analisa o aspecto da economia regional em relação à economia nacional, se dá, sobretudo, pela ausência de barreiras em relação à migração e à circulação de bens, de serviços e de capital (humano e financeiro)²³¹. Essa maior mobilidade de recursos entre regiões pode determinar a influência de uma área sobre as demais, em relação à atração de recursos produtivos ou a domínio de mercados, em virtude de dotações diferenciadas de recursos naturais, de tamanho de mercados consumidores, de qualificação de mão de obra, entre outras²³².

No conjunto de teorias clássicas de desenvolvimento regional prevalece a concepção da existência de uma atividade motriz de caráter exógeno capaz de influenciar, por meio de encadeamentos, as demais atividades econômicas. É o Teorema de Perroux, também chamado de paradigma “*centro-abaixo*”, paradigma que se baseia na presença de forças impulsoras advindas das regiões centrais, ou seja, uma força externa (exógena) a se instalar na região para desencadear o processo de desenvolvimento. Nessa definição enquadram-se principalmente a Teoria da Base Econômica, a Teoria da Hierarquia da Centralidade, a Teoria dos Encadeamentos Produtivos e a Teoria de Pólos de Crescimento. Essas teorias

231 Gremaud e Braga (2006).

232 Piacenti (2009).

tratam da interferência externa (exógenas), porém, há as teorias relacionadas com as mudanças provocadas por mecanismos internos (endógenos)²³³.

Com isso, a capacidade de a sociedade liderar o seu próprio desenvolvimento econômico, condicionando-o à mobilização dos fatores produtivos disponíveis na sua área e ao seu potencial, traduz a forma de desenvolvimento regional denominado endógeno. Assim, o sucesso econômico de cada país ou região passa a depender da capacidade de se especializar naquilo que consiga estabelecer vantagens comparativas efetivas e dinâmicas, decorrentes do seu estoque de atributos e da capacidade local de promoção continuada da sua inovação²³⁴.

Dessa forma, tem-se a ideia de que o desenvolvimento está enraizado nas condições locais, sejam elas materiais ou imateriais, alterando o foco do planejamento regional, direcionando-o para a localidade.

Em oposição ao conjunto de teorias clássicas, surgiram outras teorias, como as teorias do desenvolvimento regional endógeno, que embasam este estudo.

O DESENVOLVIMENTO REGIONAL ENDÓGENO

A concepção teórica do desenvolvimento endógeno surgiu das transformações ocorridas nas teorias de desenvolvimento regional nos últimos trinta anos. Essas transformações foram provocadas pela crise e pelo declínio de regiões tradicionalmente industriais e pela emergência de regiões portadoras de novos paradigmas industriais. Esse fato tem sido observado desde o fim da década de 1980, ao mesmo tempo em que ocorre um movimento de extroversão por parte das empresas (subcontratações, alianças e fusões) e dos países (abertura comercial e aumento do volume do capital em circulação mundial). Neste contexto, a endogenia é o conceito que unifica os termos *desenvolvimento local*, *desenvolvimento regional* e *desenvolvimento territorial*, usados tantas vezes como sinônimos, apesar das suas nuances de significados²³⁵.

233 Silva et al (2000); Rezende et al (2007).

234 Benko (1999).

235 Rezende et al (2007); Rosa (2004).

A Teoria do Desenvolvimento Endógeno pressupõe que os atores ou agentes locais são os protagonistas do desenvolvimento econômico, interagindo em laços de cooperação territorial que constituem o capital social de uma região. Desta forma, a contribuição da teoria endogenista foi a de identificar quais fatores de produção atualmente decisivos – como capital social, capital humano, conhecimento, Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e informação – eram determinados dentro da região e não de forma exógena, como até então era entendido. Por conseguinte, logo se conclui que as regiões dotadas desses fatores (ou que estivessem estrategicamente direcionadas para desenvolvê-los inteiramente) teriam as melhores condições de atingir um desenvolvimento acelerado e equilibrado²³⁶.

Para melhor compreensão do modelo de desenvolvimento endógeno, faz-se necessário reportar-se aos primeiros modelos neoclássicos de crescimento econômico, em que o progresso tecnológico era considerado um elemento exógeno, ou seja, não explicado dentro do próprio modelo. Desta forma, o progresso tecnológico era um dado do problema e explicado por fatores externos aos próprios modelos. As inovações, entretanto, não surgem do nada. Pelo contrário, elas são criações humanas, operando no intervalo normal das suas motivações, no processo de tentar resolver problemas de produção, de aprender a partir da experiência, de encontrar novas e melhores formas de fazer as coisas, de lucrar com a abertura de novos mercados. Nesse aspecto, a inovação é, assim, um processo social²³⁷.

Desta forma, o objetivo da Teoria do Crescimento Endógeno é investigar e compreender a ação recíproca entre conhecimento tecnológico e várias características estruturais da economia e da sociedade e quanto esta atuação recíproca resulta em crescimento econômico. O crescimento endógeno é o crescimento econômico gerado por fatores dentro do processo de produção (isto é: mudanças tecnológicas induzidas, rendimentos crescentes, economias de escala etc.) em oposição a fatores externos (exógenos) tais como os acréscimos populacionais.

Enquanto o desenvolvimento endógeno se origina na própria região, em uma situação interna, local. Nesse caso, o desenvolvimento exógeno é externo, em geral é o resultado de políticas públicas e da ação dos governos. Os governos, para serem atores relevantes do desenvolvimento das suas regiões, devem ser capazes de não apenas conduzir o processo, mas também de estimulá-lo, como agentes catalisadores com capacidade para gerar sinergia a partir do encontro de

236 Souza Filho (2002).

237 Aghion e Howitt (1998).

agentes individuais. Essa capacidade dos governos regionais é importante, como vantagem estratégica das regiões, à medida que se intensifica a mobilidade espacial do capital²³⁸.

Neste novo contexto, as novas ideias que procuram explicar por que alguns países e regiões crescem e se desenvolvem mais rapidamente do que os demais enfatizam o conhecimento como um fator de produção separado e a importância de investimentos na criação do conhecimento e nas atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Ou seja, pessoas qualificadas são fundamentais para a descoberta de novos conhecimentos, pois delas depende inventar novos produtos e novos processos tecnológicos, operar e manter equipamentos mais complexos, usar eficientemente novos produtos e novos processos, etc. É por meio do capital humano e das habilidades de um país ou de uma região que se determina o seu crescimento econômico no longo prazo e as suas chances de transformar esse crescimento em processos de desenvolvimento. É a localização e a implantação de novas atividades econômicas numa determinada região que poderá elevar os seus níveis de produção, de renda, de emprego e da base tributável a um ritmo mais intenso do que o crescimento da sua população, sem que, entretanto, ocorra um processo de desenvolvimento econômico e social. Os valores *per capita* do produto e da renda regional se expandem, denotando, basicamente, que a área de influência das novas atividades estará vivendo uma etapa favorável na sua trajetória de crescimento econômico e que, em média, estará havendo um aumento na quantidade de bens e de serviços à disposição dos seus habitantes. Se as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e da renda *per capita* da região se mantiverem positivas e elevadas por um longo período, então foi encontrada uma alternativa de expansão sustentada da sua economia²³⁹.

Esse processo de crescimento econômico irá depender da capacidade da região de atrair recursos (financeiros, tecnológicos, etc.) nacionais e internacionais, públicos e privados, por intermédio de diferentes modalidades (negociação de projetos, transferências intergovernamentais de natureza não constitucional, etc.). Dependerá, também, dos impactos que as políticas macroeconômicas (monetária, cambial, fiscal) e setoriais (transporte, energia, etc.) terão sobre a economia regional. Essas políticas, comandadas principalmente pelo Governo Federal, geram condições externas às decisões regionais que podem estimular ou retardar o crescimento econômico da região, de acordo com os rebatimentos específicos

238 Boisier (1999).

239 Haddad (2004a)

dessas políticas sobre a sua estrutura produtiva. Quase sempre essas políticas são, por si só, predominantes e capazes de explicar o crescimento econômico e a evolução da renda de uma determinada região.

O processo de desenvolvimento econômico de uma região, que pressupõe o seu crescimento econômico, também dependerá da sua capacidade de organização social e política, que se associa ao aumento da autonomia regional para a tomada de decisões, ao aumento da capacidade para reter e reinvestir o excedente econômico gerado pelo seu processo de crescimento regional, a um crescente processo de inclusão social, a um processo permanente de conservação e de preservação do ecossistema regional. Essa capacidade de organização social da região é o fator endógeno por excelência para transformar o crescimento em desenvolvimento, por meio de uma complexa malha de instituições e de agentes de desenvolvimento, articulados por uma cultura regional e por um projeto político regional. O desenvolvimento de determinada região pressupõe a existência de um crescente processo de autonomia decisória; uma crescente capacidade regional de captação e de reinversão do excedente econômico; um crescente processo de inclusão social (inclusive digital); uma crescente consciência e ação ambientalista; uma crescente sincronia intersetorial e territorial do crescimento; e uma crescente percepção coletiva de pertencer à região²⁴⁰.

O desenvolvimento econômico regional não se limita à expansão da capacidade produtiva (mais investimentos em projetos de infraestrutura econômica ou em projetos diretamente produtivos). Mas ocorre, principalmente, por meio de um processo de ativação, ou seja, de mudanças ou amadurecimento institucional e de canalização de forças sociais, de melhoria da capacidade associativa, de exercício da iniciativa e da criatividade dos seus habitantes²⁴¹. O desenvolvimento econômico é fruto da sociedade local, que manifesta uma energia capaz de canalizar, de forma convergente, forças que estavam latentes ou dispersas. Uma verdadeira política de desenvolvimento terá que ser a expressão das preocupações e das aspirações dos grupos sociais que tomam consciência dos seus problemas e se empenham em resolvê-los.

O desenvolvimento econômico regional ou urbano depende profundamente da sua capacidade de organização social e política para modelar o seu próprio futuro, ou seja, do processo de desenvolvimento endógeno, o que se relacio-

240 Boisier (1992)

241 Furtado (1982); Boisier (1992)

na, em última instância, com a disponibilidade de diferentes formas de capitais intangíveis na região ou localidade. A figura 19 apresenta cinco formas de capital intangíveis e as suas respectivas especificações. Além desses, são também capitais intangíveis: o capital cultural, o capital cognitivo e o capital simbólico. Para que a região consiga transformar o crescimento econômico em desenvolvimento de longo prazo, será necessária a perfeita mobilidade desses capitais. Por isso, é preciso aliar o estoque de conhecimentos e de habilidades com a prática de políticas democráticas, de confiança e de cooperação³⁴².

FIGURA 19 – FORMAS DE CAPITAL E SUAS ESPECIFICAÇÕES

Formas de Capital	Especificação
1.Capital Institucional	Instituições ou organizações públicas e privadas regionais: número, relações interinstitucionais (cooperação, conflito, neutralidade).
2.Capital Humano	Estoque de conhecimentos e habilidades que possuem os indivíduos residentes na região e a sua capacidade para exercitá-los.
3.Capital Cívico	Práticas democráticas, de confiança nas instituições, de preocupação pessoal com os assuntos públicos, de associatividade entre as esferas públicas e privadas, etc.
4.Capital Social	Confiança, cooperação e laços de união entre os membros de uma comunidade para realizar ações em comum.
5.Capital Sinérgico	Capacidade real ou latente de toda a comunidade para articular as diversas formas de capital intangível.

Fonte: Boisier (2000).

O conceito de desenvolvimento endógeno pode ser mais bem compreendido em situações de assimetria no retrocesso econômico. Se uma economia desenvolvida se atrofia ou regride por causa de um evento exógeno (por exemplo, países da Europa após a II Grande Guerra) e assume os indicadores de renda *per*

242 Boisier (1992 e 2000).

capita, de comércio e de produtividade típicos de uma economia subdesenvolvida, quando recebe novos estímulos e incentivos (Plano Marshall), a sua reação é rápida e acelerada, por causa da sua capacidade endógena de mobilizar capitais tangíveis e intangíveis para promover a retomada do desenvolvimento econômico e social.

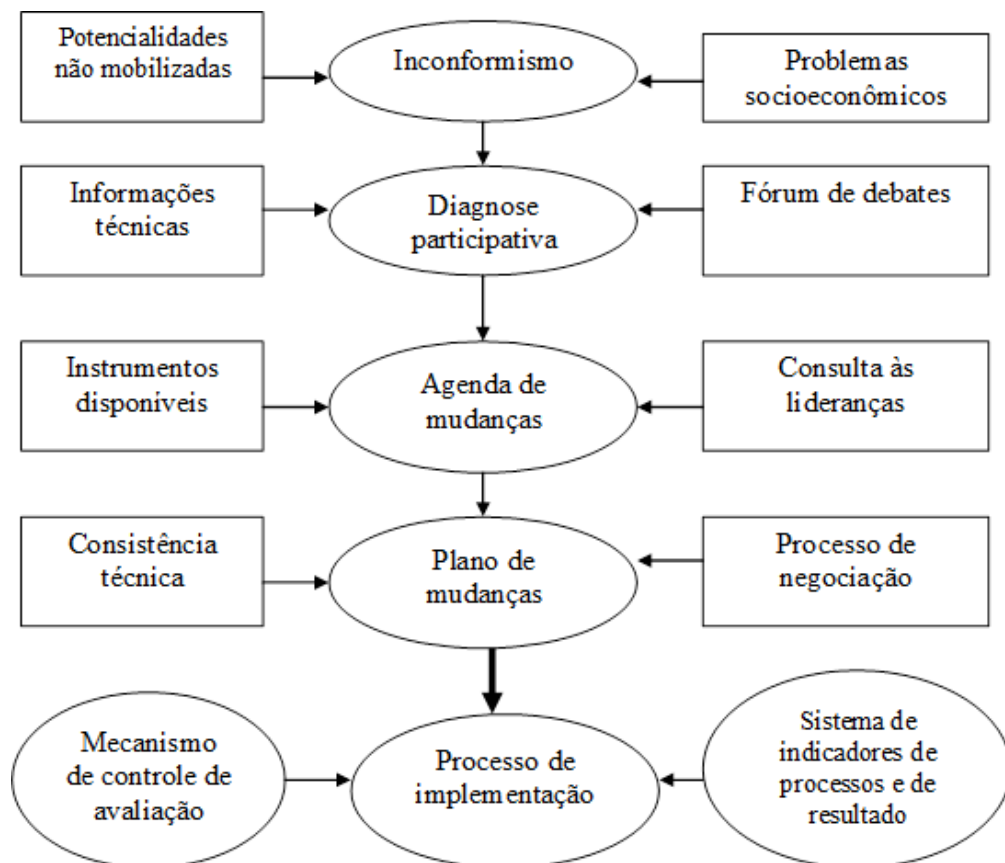
O processo de desenvolvimento endógeno ocorre a partir da capacidade de que dispõe determinada comunidade para a mobilização social e política de recursos humanos, materiais e institucionais, em uma determinada localidade ou região. Conforme exposto, o processo de desenvolvimento econômico de uma região ocorre quando, endogenamente, se manifesta uma energia capaz de estruturar recursos tangíveis (capital físico, capital natural) e intangíveis (capital social, capital humano e capital institucional), que se encontravam latentes ou dispersos²⁴³.

A figura 20 apresenta as etapas de um processo de desenvolvimento endógeno, que se inicia, basicamente, com um processo de inconformismo da comunidade local, pois, enquanto não houver esse tipo de manifestação, não se dará o *start* desse processo. A primeira etapa constitui-se na organização e na estruturação do inconformismo. Não há desenvolvimento onde não há inconformismo com relação ao mau desempenho dos indicadores econômicos, sociais e de sustentabilidade ambiental. Ocorre que enquanto houver conformismo, apatia ou a passividade dos habitantes de um município ou região, então é porque a dinâmica de organização social e política ainda não se faz presente²⁴⁴.

243 Haddad (2004b).

244 Haddad (2008).

FIGURA 20 – ETAPAS DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO



Fonte: Haddad (2008).

A segunda etapa consiste em diagnosticar, técnica e politicamente, as razões e as causas do mau desempenho desses indicadores. Não se trata apenas de preparar documentos elaborados por especialistas, mas principalmente, de conscientizar as lideranças políticas e comunitárias sobre o que deve ser feito para transformar as condições atuais, visando obter melhores índices de desenvolvimento humano, de competitividade econômica, etc.

A terceira etapa envolve a transformação de uma agenda de mudanças em um plano de trabalho de mudanças, ou seja, um Plano de Ação. O que está em questão é um plano de trabalho que seja não somente tecnicamente consistente, mas essencialmente gerado a partir de uma intensa mobilização dos segmentos da sociedade civil, em regime de pacto e de parceria com as autoridades

e com instituições locais e supralocais, ou seja, está em questão um modelo de gestão participativa.

A quarta etapa consiste no processo de implementação das etapas anteriores, por meio da criação de mecanismos de controle e avaliação, formados por um conjunto de indicadores de processos e de resultados²⁴⁵.

E, tendo como referencial a regionalidade, o desenvolvimento por endogenia implica a capacidade sinérgica de gerar valor agregado com retenção do excedente econômico local, além de impulsionar a atratividade no excedente de outras regiões.

Os atores locais, para o fenômeno de endogenia, são sinônimos de laços cooperativos. O capital humano e as suas habilidades e o capital social são determinantes para a transformação processual do desenvolvimento; a endogenia torna-se a própria capacidade de articulação na via da cultura regional. Desta forma, analisa-se o desenvolvimento regional a partir de uma perspectiva endógena, isto é, dando ênfase nos fatores internos à região capazes de transformar um impulso externo de crescimento econômico em desenvolvimento para toda a sociedade²⁴⁶. Por isso, o desenvolvimento deve ser entendido como um processo complexo de mudanças e de transformações tanto de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. O desenvolvimento nada mais é que o crescimento, ou seja, são os incrementos positivos no produto e na renda que são transformados para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, alimentação, educação, transporte, habitação, lazer, dentre outras²⁴⁷.

O desenvolvimento econômico centrado na ideia de baixo para cima, ou o paradigma desde baixo²⁴⁸, tem como meta o desenvolvimento pleno das potencialidades e das habilidades humanas da sociedade local. Dentro deste contexto, há quatro hipóteses essenciais que norteiam o paradigma do desenvolvimento desde baixo²⁴⁹:

- a) as disparidades regionais são consequências negativas de uma integração econômica de grande escala, executadas sem preparação suficiente;

245 Piacenti (2009).

246 Rosa (2004); Haddad (2004b).

247 Oliveira e Lima (2003); Oliveira (2002).

248 Desenvolvimento endógeno.

249 Sthorper e Taylor (1981).

- b) o conceito de desenvolvimento não deve subordinar-se a pressões de curto prazo de um mecanismo de mercado ou de influências externas, devendo obedecer às especificidades locais de natureza cultural e institucional;
- c) o impulso da formulação e de execução do desenvolvimento deve ser originado das respectivas comunidades, descartando a ideia de que as comunidades de pequena escala só podem atingir o desenvolvimento por intermédio de outras regiões de maior nível de desenvolvimento;
- d) necessidade de uma maior autodeterminação nacional e regional.

Essas hipóteses apontam a necessidade de as políticas macroeconômicas privilegiarem os elementos locais para promover o desenvolvimento, visando o aproveitamento pleno dos recursos humanos, ambientais e institucionais da região.

Para que seja possível entender o processo de desenvolvimento regional, deve-se dar uma atenção especial a um conjunto de elementos, que ele chamou de macroparâmetros. Assim, eles são os que delimitam o âmbito do planejamento do desenvolvimento regional em termos de sistemas de organização econômica, de estilos de desenvolvimento e dos conceitos hoje dominantes sobre o desenvolvimento econômico. Isso não substitui, mas complementa as teorias sobre o desenvolvimento econômico regional, que, na sua maioria, enfatizam, apenas e tão somente, a dinâmica do crescimento em uma preocupação única de responder ao “como” e não ao “por que” da ocorrência do desenvolvimento. O processo de crescimento econômico regional pode ser considerado como essencialmente originado em forças e em mecanismos exógenos à região; que depende principalmente (mas não exclusivamente) do esboço das políticas macroeconômicas, do critério que direciona a alocação de recursos entre as regiões e da demanda externa. Pelo contrário, o processo de desenvolvimento regional deve ser considerado, principalmente, como a internalização do crescimento e, em consequência, como de natureza essencialmente endógena²⁵⁰.

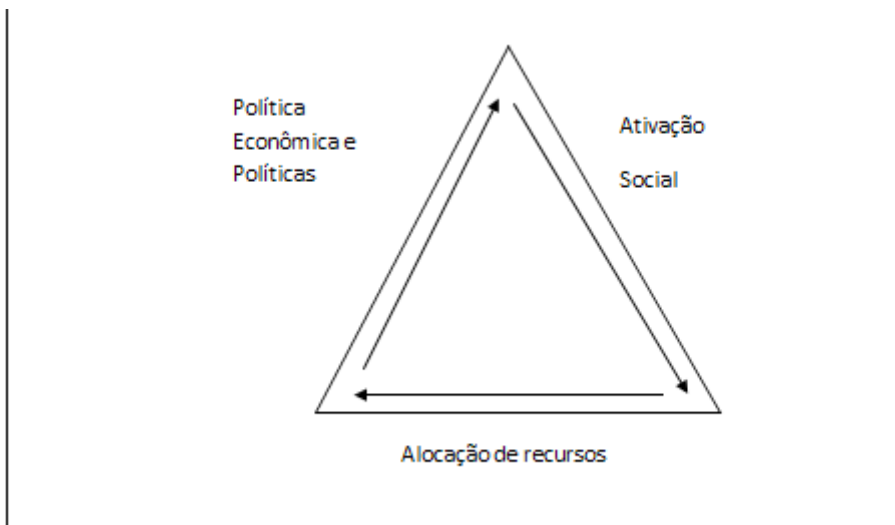
No longo prazo, o desenvolvimento econômico de uma região²⁵¹ é o resultado da interação de três forças que mobilizam a sociedade civil: alocação de

250 Boisier (1989).

251 As regiões são expressões territoriais de grupos sociais com história, consciência e expressão política, em outros termos, não são objetos, e sim sujeitos do processo de planejamento.

recursos, política econômica e ativação social. Essas forças mantêm relação de interdependência recíproca, ou seja, mantêm relações de retroalimentação. A figura 2 1 demonstra essa relação.

FIGURA 2 1 – FUNÇÕES, DIMENSÕES E RETROALIMENTAÇÃO
NO PLANEJAMENTO REGIONAL



Fonte: Boisier (1989).

Na primeira força, que é representada pela alocação de recursos, o desenvolvimento está associado à realidade dos recursos disponíveis e depende da participação regional no uso dos recursos nacionais e estaduais. Esse fator tem a ver com o processo de alocação interregional dos recursos e relaciona as decisões que pertencem ao âmbito exclusivamente controlado pelo Estado. E, por assim dizer, é essencialmente exógeno à região e tem características predominantemente centralizadas.

A segunda força, que é representada pelas ações das políticas econômicas e setoriais, está relacionada aos efeitos das políticas macroeconômicas e setoriais, isto é, depende da ação do Estado, que pode afetar positiva ou negativamente a região. A política econômica pode agir como coadjuvante do processo de crescimento econômico, indo na mesma direção ou pode vir na direção oposta e freá-lo. Semelhante ao processo anterior, essa força depende de decisões iniciais tomadas pelo Estado, força que é exógena à região.

Por último, mas não menos importante, a terceira força, que é representada pela ativação social, em que o desenvolvimento regional depende da ativação social da população local, quer dizer, da capacidade da região em criar um conjunto de elementos políticos, institucionais e sociais suficientes para direcionar o crescimento, desencadeado por forças exógenas, para atingir o desenvolvimento no sentido estrito da palavra. A ativação social é, portanto, uma força endógena em essência.

Essa terceira força, ao contrário das duas primeiras, é completamente endógena e está associada: ao aumento da autonomia de decisão da região; ao aumento da capacidade regional para reter e para reinvestir o excedente gerado pelo processo de crescimento; a uma permanente e crescente melhora social (qualidade de vida).

Com o predomínio da racionalidade econômica, como expressão máxima do sistema capitalista, a variável social tende a ser negligenciada a ponto de aparecer nas políticas econômicas tradicionais apenas como notas de rodapé. Sendo a social uma variável fundamentalmente endógena, é evidente que a sua marginalização, consciente ou não, é decisiva para explicar o sucesso ou o fracasso das intervenções²⁵².

AS REGIÕES ECONOMICAMENTE DEPRIMIDAS

A análise regional estabelece que uma região pode ser classificada segundo os objetivos e segundo os critérios para a sua delimitação. Desta forma, o critério a ser adotado para o processo de uma regionalização pode ser por meio da homogeneidade ou da heterogeneidade do potencial endógeno. E, a partir da combinação destas dimensões, tem-se a classificação das regiões deprimidas, não somente em relação aos aspectos econômicos, mas, sobretudo, do ponto de vista do potencial endógeno, ou seja, aquelas regiões que, além de não apresentarem potencial econômico, também não apresentaram, na sua composição local, um conjunto de elementos capazes de reverterem ou de modificarem um estado de acomodação e de conformismo frente a uma dada situação de estagnação econômica e social²⁵³.

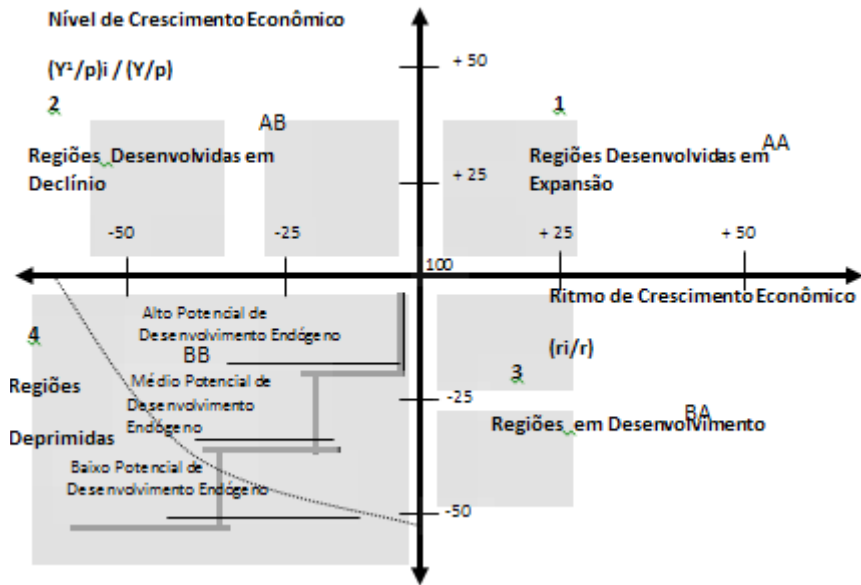
252 Kurz (1992).

253 Lemos (2004).

A figura 22 representa as possibilidades de combinação entre o nível de crescimento econômico e o ritmo de crescimento econômico, demonstrando com isso o perfil da economia regional em relação ao dinamismo da economia nacional. Na figura 22, o cruzamento dos eixos – o ponto 100 – equivale à média estadual das duas variáveis.

Essas hipóteses apontam a necessidade de as políticas macroeconômicas privilegiarem os elementos locais para promover o desenvolvimento, visando o aproveitamento pleno dos recursos humanos, ambientais e institucionais da região.

FIGURA 22 – NÍVEL E RITMO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO



Fonte: Adaptado de BRASIL (2009) e PIACENTI (2009).

Pelo cruzamento dessas duas variáveis, verifica-se que:

1. Regiões Desenvolvidas em Expansão: são aquelas com o nível de crescimento e o ritmo de crescimento econômico acima da média regional representada por AA;
2. Regiões Desenvolvidas em Declínio: são aquelas com o nível de crescimento econômico acima da média regional, porém seu ritmo de

crescimento econômico está em declínio, abaixo, portanto da média regional, situação AB;

3. Regiões em Desenvolvimento: são aquelas com ritmo de crescimento econômico em expansão, porém com nível de crescimento econômico abaixo da média regional, representada por BA;

4. Regiões Deprimidas: são aqueles com nível de crescimento econômico e ritmo de crescimento econômico ambos abaixo da média regional e que não apresentaram reações positivas de crescimento econômico ao longo dos diferentes ciclos de expansão da economia regional, representada por BB.

O aumento da eficiência econômica e, conseqüentemente, da produtividade e da competitividade, pode não resultar, necessariamente, em aumento do bem-estar socioeconômico dos mais pobres, nem reduzir o desemprego e o subemprego significativamente nessas regiões. Nesses casos, os programas de Estado que visam, via de regra, socorrer as regiões, precisam ser eficientes sob o aspecto econômico, com ações e medidas voltadas ao benefício dos grupos sociais de baixa renda. Outro problema enfrentado por essas regiões está associado ao crescimento econômico aliado à sustentabilidade ambiental, em que, muitas vezes, ambos não ocorrem como consequência lógica do jogo espontâneo de mercado. Assim, as ações desses programas, além de visarem a equidade social, devem buscar a sustentabilidade ambiental, para evitar que o processo de crescimento reduza drasticamente os recursos naturais dessas regiões²⁵⁴.

Não haverá desenvolvimento na grande maioria das regiões enquanto houver problemas sociais crônicos. Desta forma, torna-se indispensável que haja uma visão holística no processo de organização por parte dos governantes e dos líderes regionais. Neste contexto, o crescimento econômico de uma região é uma condição necessária, mas não suficiente para o desenvolvimento sustentável (econômico, social e ambiental), o qual pressupõe um processo de inclusão social, com uma vasta gama de oportunidades e de opções para as pessoas. Além de empregos de alto nível e de rendas mais elevadas, é preciso que as pessoas desfrutem de uma vida longa e saudável, adquiram conhecimentos técnicos e culturais e tenham acesso aos recursos necessários a um padrão de vida decente.

254 Boisier (1999).

A IMPORTÂNCIA DO CAPITAL HUMANO

O capital humano é um dos propulsores para se transformar o crescimento de curto prazo em estabilidade e em manutenção plena do desenvolvimento endógeno no longo prazo. E, para que ocorra o efetivo aumento de capital humano, deve existir o investimento básico no ser humano por via da educação, porém nunca se descuidando dos investimentos em saúde, isto é, saneamento básico, água tratada, combate a doenças como verminoses, malária, dengue, etc. As pessoas valorizam as suas capacidades, tanto como produtores quanto como consumidores, pelo próprio investimento que fazem em si mesmas, sendo a educação a melhor forma de investir em capital humano. Enquanto isso, o nível de bens de produção, composto por estruturas, equipamentos e patrimônios tem declinado, em relação à renda, o capital humano tem aumentado. A caracterização da educação se dá por meio do ensino e do aprendizado, sendo que o seu significado decorre da extração de algo potencial ou latente de uma pessoa, aperfeiçoando-a, moral e mentalmente, a fim de torná-la suscetível a escolhas individuais e sociais, preparando-a para uma profissão, por meio de instrução sistemática, e exercitando-a na formação de habilidades²⁵⁵.

A instrução decorre de serviços educacionais ministrados em escolas primárias e secundárias, abrangendo o esforço de aprender. Já a educação leva a um conceito mais amplo, pois, além de produzir a instrução, progride o conhecimento por meio da pesquisa. A instrução pode produzir tanto benefícios presentes quanto futuros, sendo que, no último caso, ela passa a ter característica de investimento, afetando tanto as futuras despesas quanto as futuras rendas, passando a assemelhar-se ao investimento em outros bens de produção. Assim, sempre que a instrução elevar as rendas futuras, então ela pode gerar uma ampliação da produtividade, de modo que passa a ser considerada como investimento em capital humano, devido às habilidades adquiridas na escola, dissociando o seu progresso no crescimento econômico, uma vez que ela aumenta a capacidade de adaptação das pessoas nos momentos de flutuações de oportunidades de emprego (flutuações associadas ao crescimento econômico), servindo como estímulo à flexibilidade na realização desses reajustamentos ocupacionais e regionais²⁵⁶.

Alguns aumentos significativos na renda nacional são consequências do aumento do nível de capital humano advindo da educação, pois menciona que

255 Schultz (1964).

256 Schultz (1964).

o fato de tratar a educação como capital humano nada mais é senão um passo à frente, um passo rumo à uma captação consciente de todo o capital. A educação é uma forma de investimento realizada com a finalidade de aquisição de capacitações que oferecem satisfações futuras, passando a fazer parte integrante da pessoa a partir do seu recebimento, ou seja, uma forma de capital humano, visto que o investimento em capital humano proporciona as externalidades positivas por meio de aumentos no nível tecnológico.

A maioria do capital não humano tem uma vida produtiva mais curta do que o período direcionado ao capital humano. Assim, esse tipo de capital tende a obter resultados por períodos de tempo mais longos, tornando-se mais eficiente que as demais formas de capital. Existe, ao longo do tempo, uma forte conexão entre investimento em capital humano e o valor econômico do homem, uma vez que, quanto mais investimentos em educação, maior será a tendência de aumentar a sua produtividade, refletindo maiores rendimentos e maior eficiência, influenciando na dinâmica e no desempenho do crescimento econômico regional²⁵⁷.

Não há outra maneira de um país crescer de forma sustentada senão por meio da acumulação conjunta dos dois insumos de produção: capital físico, por meio de poupança e de investimento, e capital humano, pela educação; em decorrência, afirma que capital humano e o investimento em educação não estão ligados apenas ao campo social, mas também ao campo econômico. O crescimento baseado apenas no acúmulo de capital físico enfrenta difícil restrição econômica: é sujeito a retornos decrescentes de escala e, por isso, tende a se extinguir, uma vez que não é possível alocar os mesmos insumos de produção, indefinidamente, de maneira cada vez mais eficiente²⁵⁸.

Os benefícios advindos do aumento do nível de capital humano estão no aumento do bem-estar (devido à produtividade do trabalho), na capacidade empreendedora, na aquisição de informações, no ajuste dos desequilíbrios inerentes ao processo de modernização, na migração para melhores oportunidades e nos ganhos em satisfação que fazem parte integrante do futuro consumo. O volume de capital adquirido passa a consistir em aptidões e em informações que têm valor econômico. Nesse sentido, torna-se possível perceber que a educação pode oferecer externalidades positivas diretas e indiretas na economia. A externalida-

257 Schultz (1973).

258 Tenani (2003).

de direta refere-se aos melhores rendimentos ao indivíduo, proporcionando, num caráter coletivo, maior crescimento econômico, enquanto a indireta proporciona maior equidade e justiça social²⁵⁹.

A IMPORTÂNCIA DO CAPITAL SOCIAL

Não existe uma definição exata do termo “capital social”, mas indicadores associados a vários exemplos dos seus atributos englobam tanto variáveis estruturais quanto de atitude que levam à formação de redes de cooperação, visando a produção de bens coletivos e a capacidade de estabelecer laços de confiança interpessoal. A “Teoria do Capital Social”, elaborada por Robert Putnam, teve como objeto a Itália entre 1970 e 1989, com o processo de implantação da descentralização administrativa e o desempenho institucional dos vinte governos regionais criados nas regiões Norte e Sul daquele país. O foco da sua pesquisa era responder ao porquê de alguns governos democráticos terem bom desempenho e outros não. Desta forma, o seu principal objetivo foi avaliar o impacto da descentralização na redução da desigualdade entre as regiões Norte e Sul da Itália²⁶⁰.

O êxito de um governo democrático depende de quão próximo o seu meio se acha do ideal de uma comunidade cívica. Em termos práticos, uma “comunidade cívica” tem o mesmo sentido de “capital social”, incorporando os princípios de: participação cívica; igualdade política; sentimentos de solidariedade, confiança e tolerância; e estruturas sociais de cooperação (associações). Neste contexto, a participação em organizações cívicas desenvolve o espírito de cooperação e o senso de responsabilidade comum para os empreendimentos coletivos. Para avaliar a organização cívica, faz-se necessário conhecer o critério da participação da comunidade nos conselhos que representam a sociedade civil, seja por meio da sua formação e instalação, seja por meio da forma de constituição desses conselhos, seja na forma paritária ou não²⁶¹.

Do ponto de vista econômico, o capital social é produto espontâneo dos jogos repetidos do dilema do prisioneiro. Na primeira tentativa não há possibi-

259 Schultz (1987).

260 Putnam (2002).

261 Putnam (2002).

lidade de obter um resultado de cooperação, mas, se o jogo é repetido, a simples estratégia de “pagar com a mesma moeda” (cooperação por cooperação, traição por traição) conduz os dois jogadores a um resultado de cooperação. Em qualquer situação teórica dum jogo, se os indivíduos interatuam com outro de forma repetida, eles desenvolvem uma aposta na sua reputação de honestidade e integridade. Nesse sentido, as normas de cooperação é o resultado da repetida interação comunitária²⁶².

A teoria do capital social parte do pressuposto de que as variáveis econômicas não são suficientes para produzir um desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável. O crescimento econômico não produz, de forma direta, o desenvolvimento social, e alegam que as instituições e o sistema social são elementos-chave na resolução do problema do acesso aos benefícios econômicos produzidos e da sua repartição. Por essa razão, as redes de compromisso cívico, as normas de confiança mútua e a riqueza do tecido associativo são fatores fundamentais do desenvolvimento local²⁶³.

Os fatores de ordem social, institucional e cultural são reconhecidos por terem impacto direto no incremento qualitativo da comunicação entre indivíduos e atores sociais, na produção de melhores formas de interação social e na redução dos dilemas da ação coletiva. Para que ocorra a endogenia, ela depende da capacidade de mobilização da comunidade local, da base para o topo, para uma atuação permanente de melhoria e de desenvolvimento dos capitais, entre eles: social, humano, estrutural, ambiental e intelectual. Embora se saiba da importância e da contribuição isolada de cada tipo de capital, porém, o capital social é o elemento de propulsão do desenvolvimento das regiões que forem considerados, dentro da dimensão econômica, como deprimidas. Assim, dado o capital social de uma região, a partir daí será definida a capacidade de criar e de sustentar associações cívicas²⁶⁴.

Da mesma forma que outros tipos de capitais, o capital social é produtivo e possibilita a realização e a conquista de objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse. Nesse sentido, o nível de cidadania de uma região pode ser considerado como um importante índice de desenvolvimento socioeconômico, desenvolvimento que tem, em sua base, redes de relações, normas de comportamento, valores, confiança, deveres e canais de informação. O capital social deve

262 Fukuyama (2000); Higgins (2005).

263 Putnam (2002); Coleman (1990); Abramovay (2000).

264 Piacenti (2009).

ser a base de toda estratégia de desenvolvimento de uma região, pois, fazendo um paralelo, esse autor afirma que as regiões mais prósperas são aquelas que desenvolveram o seu capital social²⁶⁵.

A capacidade da sociedade de liderar e conduzir o seu próprio desenvolvimento regional, condicionando-o à mobilização dos fatores produtivos disponíveis na sua área e ao seu potencial endógeno, traduz a forma de desenvolvimento denominado endógeno. Esse processo, para o desenvolvimento regional ou local, depende da conciliação das políticas que impulsionam o crescimento com os objetivos locais²⁶⁶.

O capital social é o processo e o instrumento de “empoderamento” do cidadão e que pode mudar as relações pessoais e os intercâmbios sociais que gerem mais redes de cooperação e de solidariedade. A elevação dos índices de capital social pode ter efeitos positivos pelo seu impacto na democracia e no desenvolvimento socioeconômico. O capital social pode ser incrementado pela cultura e educação, potencializando comportamentos participativos e cidadãos. As principais variáveis do capital social são: confiança, cooperação e a participação política dos cidadãos, que colaboram para incrementar políticas públicas a fim de que elas se tornem eficazes para o desenvolvimento das comunidades²⁶⁷.

A confiança alimenta a previsibilidade das relações sociais e, por sua vez, gera a cooperação entre as pessoas. A cooperação, por sua vez, alimenta a confiança e a reciprocidade entre os membros das associações e incrementa a participação em associações voluntárias. No entanto, a ausência de comportamentos cooperativos não colabora para promover a prática das pessoas na afiliação em associações voluntárias e no reconhecimento de aspectos positivos da cultura das regiões excluídas, em muitas comunidades. A valorização da cultura local permitiria o fortalecimento das redes de capital social e de desenvolvimento regional.

A capacidade da sociedade de liderar e conduzir o seu próprio desenvolvimento regional depende da mobilização dos fatores produtivos disponíveis na região e ao seu potencial endógeno. Neste contexto, o desenvolvimento regional terá duas dimensões no desenvolvimento regional endógeno: a econômica, que está relacionada à capacidade de organização dos fatores produtivos da sociedade local, e a sociocultural, onde os valores e as instituições locais servem de base para o desenvolvimento da região²⁶⁸.

265 Pedro Filho (2009).

266 Oliveira e Lima (2003).

267 Barquero (2001); Amaral Filho (2001 e 2002).

268 Barquero (2006).

Cabe aos planejadores e gestores públicos buscar o melhor caminho de viabilizar o projeto, com a obtenção de recursos governamentais (públicos ou privados), oriundos de financiamento ou de subsídios de apoio, porém, esses recursos deverão sempre ser aplicados como investimentos em áreas ou em subprojetos dentro do projeto maior de planejamento estratégico.

A área política deve promover a articulação de todo o processo, amarrando a área técnica com a econômica. O ideal é que não se misture a responsabilidade e a obrigação política com interesses eleitorais, interesses que, muitas vezes, acabam desarticulando um grupo de atores inicialmente motivados. Para se manter o equilíbrio e a harmonia entre as três áreas é importante que a parceria entre as diversas instituições seja sincera, madura e participativa.

A cultura de uma comunidade pode colaborar para a elevação ou não dos estoques de capital social que possam promover a ampliação da qualidade de vida e assegurar o desenvolvimento socioeconômico.

A formação cultural local, o fortalecimento e a mobilização das culturas tradicionais, e a ampliação de uma identidade cívica podem exercer papéis importantes nas políticas e nos projetos que visam a superação do estado de pobreza e consequente integração de populações marginalizadas e excluídas. Mesmo desprovidas e carentes de bens materiais, a cultura e as tradições, com seus conhecimentos acumulados e aplicados em projetos de integração social, podem ter um papel fundamental²⁶⁹.

As dimensões do conceito de capital social envolvem, portanto, o plano individual, social e institucional: No plano individual são desencadeados sentimentos de confiança, de reciprocidade, de identidade cívica e de previsibilidade; por sua vez, no plano social ocorrem o fortalecimento e a cooperação sistêmica, a coesão social, bem como atitudes virtuosas e padrões valorativos e éticos no espaço público; e, no plano institucional, leva ao engajamento em associações voluntárias e na vida cívica, à participação política e à horizontalidade nas relações sociais e institucionais.

269 Nazzari et al (2004).

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: DO REGIONAL AO LOCAL

Ednilse Maria Willers

As discussões acerca do processo de desenvolvimento econômico tomaram novo fôlego durante as duas primeiras décadas do século XX, quando se passou a considerar os recursos naturais de um país como possibilidade real de seu desenvolvimento. A partir dos anos 1950, o capital passa a ser o denominador comum dos processos de desenvolvimento econômico, ou seja, o seu elemento desencadeador. Contudo, percebeu-se que somente em países que já detinham certo avanço em infra-estrutura interna é que o processo de desenvolvimento se consolidava. Desta constatação, passou-se a questionar se o desenvolvimento econômico estaria destinado somente àqueles países que participaram da Revolução Industrial, ocorrida nas duas últimas décadas do século XVIII na Inglaterra e quase que concomitantemente na América do Norte²⁷⁰.

Neste contexto, as teorias de desenvolvimento econômico regional emergem e passam a ser reconhecidas como possibilidades reais para o desenvolvimento econômico, tanto de países já desenvolvidos (consolidando o crescimento econômico já existente) quanto dos países em desenvolvimento (definindo estratégias que visam impulsionar o desenvolvimento econômico)²⁷¹.

270 Singer (1976).

271 Amaral Filho (2001).

A teoria do desenvolvimento regional sempre tratou da questão das trocas inter-regionais, uma vez que estas constituem um dos fundamentos da especialização local. A abordagem mais tradicional se concentrava no estudo da vantagem comparativa, na troca mercantil e nos fluxos espaciais do capital e do trabalho. O enfoque mais recente articula-se em torno da nova divisão espacial e internacional do trabalho, introduzida pela empresa multinacional e pelas diferentes fases do processo de produção (em função de suas características tecnológicas e do nível de qualificação que exigem)²⁷².

Tendo por base um desenvolvimento econômico estruturado nos modelos de produção da organização industrial, conceitos como concentração industrial e aglomeração produtiva ganharam evidência e passaram a ocupar um lugar de destaque nas teorias econômicas. Essas teorias sugeriam como caminho mais eficaz para o desenvolvimento econômico, à industrialização de grandes pólos de crescimento atraídos por políticas de substituição de importações. Destas teorias, três conceitos destacam-se: o dos “pólos de crescimento ou desenvolvimento”, preconizados por François Perroux; os encadeamentos produtivos, de Albert Hirschman; e, a causação circular cumulativa de Gunnar Myrdal (figura 23)²⁷³.

FIGURA 23 – FASES DAS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL

1ª FASE (início de 1960)	2ª FASE (1970 e início de 1980)	3ª FASE (meados de 1980 aos dias atuais)
<ul style="list-style-type: none"> • Predomínio da Teoria dos Pólos de crescimento, preconizada por Perroux, Boudeville, Hirschman e Myrdal. Programas governamentais para estimular a industrialização e o desenvolvimento econômico eram um processo originário de forças exógenas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Propõe-se conciliar políticas nacionais de industrialização às regionais; • A localização das empresas não depende mais da proximidade dos pontos de produção e nem dos mercados. 	<ul style="list-style-type: none"> • O desenvolvimento econômico local, através de unidades produtoras de pequena dimensão iniciadas por atores locais; • O “empoderamento” dos atores locais enquanto protagonistas do desenvolvimento econômico local, evidencia-se o empreendedorismo como propulsor de desenvolvimento econômico.

Fonte: Adaptado de Martinelli e Joyal (2004).

272 Benko (1999).

273 Perroux (1977); Hirschman (1996); Myrdal (1957).

O poder de crescimento econômico que se originou com a Revolução Industrial foi tão significativo que criou uma situação de concorrência até então desconhecida da sociedade. Amparada, de um lado, pela maquinização dos processos produtivos (emergência do novo paradigma tecnológico) e pela cientificação dos conhecimentos técnicos, e, por outro lado, pelos novos modelos de organização econômica, permitiu-se a reprodução das estruturas produtivas e sua difusão por outras empresas e novos lugares, cujo efeito não só intensificou ainda mais a concorrência, como também acrescentou a mobilidade dos bens e dos capitais a dos conhecimentos tecno organizacionais, modificando as condições de seu exercício e transformando a composição produtiva dos contextos locais²⁷⁴.

Desta forma, Albert Hirschman definiu o desenvolvimento econômico como sendo uma sequência crescente de eventos que estimulam a acumulação e que levam à industrialização de uma região. O autor considera o processo de industrialização uma etapa fundamental para o desenvolvimento de uma série de encadeamentos para frente e para trás (*linkages*), os quais possibilitam o avanço das regiões atrasadas. Também é a partir do desenvolvimento industrial que se criam e se estimulam os mecanismos de “pressão” que induzem os governos a investir na construção de estruturas físicas e sociais necessárias à manutenção e à expansão do setor. A estruturação física e social de um país, condições básicas para o seu desenvolvimento econômico, passam a ser consequências diretas do avanço industrial de uma nação²⁷⁵. A figura 2.4 sintetiza como uma sequência de eventos pode desencadear o desenvolvimento econômico.

274 Benko (1999).

275 Hirschman (1961 e 1996).

FIGURA 2.4 – O PROCESSO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO



Fonte: Adaptado de Hirschman (1974, 1996).

No entanto, há que se perguntar: como é possível produzir uma sequência de eventos que efetivamente estimule a expansão industrial de uma região? A idéia da sequência de eventos permite visualizar claramente uma característica fundamental para a análise e a definição de estratégias do processo de desenvolvimento econômico regional, sendo: o desenvolvimento econômico não depende apenas de se saber localizar as combinações ótimas de recursos e de fatores de produção, mas sim da localização daqueles recursos e capacidades que se encontram ocultos, disseminados pelo território e mal utilizados. Assim, da mesma forma como uma região atrasada pode mobilizar uma grande quantidade de reservas ocultas de mão-de-obra não qualificada, pode também, mobilizar o capital e o “espírito” empreendedor (considerados pelo autor como pré-requisitos que desencadeariam o desenvolvimento econômico) unindo-os de forma inesperada para dar início ao processo. É essa mobilização o elemento produtor de “eventos” que conduz ao desenvolvimento econômico regional.

A diferença básica entre o padrão de desenvolvimento das regiões desenvolvidas e em desenvolvimento está na mudança estrutural que o crescimento

econômico provoca, ou seja: nos países desenvolvidos o poder aquisitivo adicional (gerado pelo crescimento) impacta no restante da economia. A transformação estrutural se reflete na transferência das atividades de manufatura e de serviços do campo para a cidade, sendo esta transferência o que induz ao crescimento econômico. Nessa transferência, as atividades urbanas (secundárias e terciárias) tornam-se mais representativas na ocupação da mão-de-obra e na composição do produto. É a partir das mudanças estruturais, resultantes da “revolução industrial” interna de cada região, que o desenvolvimento econômico será alavancado. Assim, o desenvolvimento econômico deve ser visto a partir de mudanças estruturais nas economias regionais que estão se industrializando²⁷⁶.

A mudança estrutural é a essência do desenvolvimento econômico regional. Já o crescimento econômico regional, é a consequência da transformação destas estruturas. Além disso, a industrialização é tida como um reflexo do processo de desenvolvimento econômico. Assim, resta saber como produzir uma sequência de eventos que induzam ao avanço do desenvolvimento econômico de uma região, lembrando que essa sequência de eventos deve estar amparada em uma estratégia de desenvolvimento econômico voltada à especificidade da realidade regional.

Diante dessa constatação, é essencial que se dê atenção aos aspectos dinâmicos e estratégicos essenciais do processo de desenvolvimento econômico regional. Em vez de se ater à questão dos recursos escassos, tanto de capital quanto de “espírito” empreendedor, é preciso que se busquem mecanismos que levem a “pressões” e a “mecanismos de indução” que atraiam e movimentem o maior número possível de capital e de “espírito” empreendedor da região. Assim, o planejamento do desenvolvimento econômico regional consiste, principalmente, na implantação simultânea de uma série de projetos que aceleram as pressões e os mecanismos de indução. Contudo, o autor esclarece que instigar essas pressões e mecanismos de indução não é tão fácil como parece, pois se não houver uma sinergia entre os pré-requisitos apontados, provavelmente a estratégia de desenvolvimento econômico regional não atingirá os resultados esperados, até porque a questão de se considerar os pré-requisitos ainda é discutível, diante da impossibilidade de se definir um número exato de fatores de atraso. De qualquer forma, as regiões atrasadas só alcançarão o desenvolvimento econômico a partir do momento em que os empreendedores decidirem buscar por ele. Sendo assim, não basta apenas determinação, mas sim uma visão real do que é necessário fazer

276 Singer (1976).

para que o desenvolvimento aconteça, sendo que esta visão só ocorre à medida que o processo de desenvolvimento acontece.

As regiões atrasadas não aproveitam suas potencialidades com receio das consequências que este ato poderá trazer. Parte desta indecisão é resultado da lentidão e do número insuficiente de decisões de desenvolvimento advindas da utilização inadequada de estratégias ao processo. Por isto, o autor afirma que as mudanças embutidas nas decisões de desenvolvimento não são freadas por obstáculos e por escassez de recursos físicos, mas sim pelas imperfeições inerentes ao próprio processo de tomada de decisões. Diante deste contexto, os mecanismos de indução são a forma mais adequada de se iniciar o processo de desenvolvimento econômico em regiões atrasadas. Esses mecanismos de indução fazem parte da teoria do crescimento desequilibrado preconizada pelo autor. Segundo ele, os recursos iniciais necessários para que ocorram as mudanças simultâneas em vários setores não existem nos países subdesenvolvidos, caso contrário, esses países não estariam enquadrados como subdesenvolvidos, mas sim como desenvolvidos²⁷⁷.

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL

A exigência de mudança no modelo de desenvolvimento econômico capitalista, ocorrido após 1970, advinda das alterações estruturais impostas pela tecnologia e pela informação, que estão reconfigurando os métodos de produção, referem-se a um conjunto de aspectos combinados, os quais envolvem tanto as formas de produção e gestão quanto a natureza e o papel do Estado. Essas mudanças exigem novos parâmetros de articulação e organização, nos quais a sociedade civil emerge com potencial de co-protagonismo. Neste contexto, se dá o redescobrimento da dimensão territorial (e o elo entre globalização e localização) com a introdução de novas alternativas em torno do desenvolvimento econômico local²⁷⁸.

Mesmo não sendo consenso na classe acadêmica, a emergência da temática do desenvolvimento econômico local parece ter origem nas discussões da crise do fordismo. O fordismo expressou um modelo de desenvolvimento econômico que associava: produção em massa, regime salarial, organização taylorista

277 Hirschman (1961 e 1996).

278 Silveira (2005).

do trabalho e um papel centralizador dos Estados Nacionais, tanto no planejamento econômico quanto na cobertura social. Este sistema entra em crise, após 1970, pela rigidez da cadeia produtiva e pela crise do planejamento centralizado preconizado pelo Estado²⁷⁹. Já o pós-fordismo, se caracteriza num regime de acumulação em que convivem diferentes formas organizacionais e configurações produtivas, possibilitando novas modalidades de articulação territorial da vida produtiva em que o regime de acumulação se configura pela informação e pela comunicação²⁸⁰.

Nesta tendência, os processos endógenos se configuram na ampliação da massa crítica de recursos humanos e no domínio do conhecimento e da informação, elementos centrais da competitividade sistêmica. São esses processos que criam ambientes inovadores, favorecendo a busca e a implantação de alternativas que propiciam a adaptação local as exigências globais de mercado. Por isso é que o desenvolvimento econômico local não pode ser confundido com o isolamento ou distanciamento de uma localidade; ao contrário, ele precisa estar conectado ao mundo exterior para que haja estímulos à inovação local, até porque o ambiente inovador é um conjunto territorializado e aberto para o exterior que integra conhecimentos, regras e capital relacional. Ele está ligado a um coletivo de atores, bem como de recursos humanos e territoriais, não se constituindo num universo fechado, mas sim, em permanente relação com o ambiente exterior²⁸¹.

Nesse contexto, o termo local ganha *status* estratégico nas economias das nações, alcançando uma importância vital no tecido econômico graças às oportunidades decorrentes da reestruturação do modo produtivo industrial e à relocação das infra-estruturas produtivas, determinadas pela descentralização das plantas industriais flexíveis²⁸². Já o Comitê Econômico e Social das Comunidades Européias entende o desenvolvimento econômico local como um processo de reativação da economia e de dinamização de uma sociedade local, com base no aproveitamento ótimo de seus recursos endógenos, objetivando o crescimento da economia, a criação de empregos e a melhoria da qualidade de vida local. Esta definição evidencia a preocupação com questões relacionadas à geração de emprego e de renda da população²⁸³.

279 Benko (1999); Albuquerque (2001).

280 Cocco et al (1999).

281 Amaral Filho (2001)..

282 Martinelli e Joyal (2004).

283 Martins (2002).

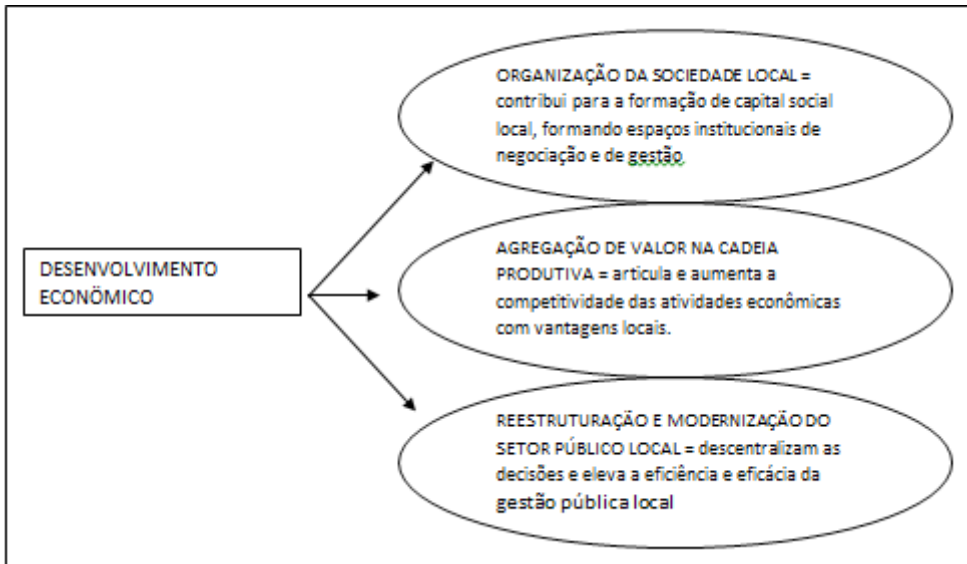
Do ponto de vista local, o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo de crescimento econômico que implica em uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção de uma localidade, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local. É este processo que resulta na ampliação do emprego, do produto e da renda local. O desenvolvimento econômico só poderá se efetivar se for desencadeado a partir das particularidades locais, pois são estas particularidades que conseguem instigar as sinergias necessárias à junção do setor público com o privado, encontrando no capital social local a força motriz que efetiva o desenvolvimento econômico. Para tanto, o desenvolvimento econômico local deve estar estruturado nas decisões tomadas por seus atores locais, os quais devem visualizar a expansão e a melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos, premissa básica do desenvolvimento econômico local recente²⁸⁴.

Neste sentido, o desenvolvimento econômico local é o resultado de múltiplas ações convergentes e complementares. Para tanto, esse desenvolvimento demanda mudanças institucionais que aumentam a governabilidade e a governança das instituições públicas locais, construindo relativa autonomia das finanças públicas e acúmulo de excedentes para investimentos sociais e estratégicos para a localidade. Desta forma, o desenvolvimento econômico local é resultado da interação e da sinergia entre qualidade de vida da população local, eficiência econômica e gestão pública eficiente. Ele é um processo reativador da economia e dinamizador da sociedade local que, mediante o aproveitamento eficiente dos recursos endógenos disponíveis, é capaz de estimular o crescimento econômico, criando postos de trabalho (através de empresas) e melhorando a qualidade de vida da população local²⁸⁵. Sendo assim, a probabilidade de êxito de uma estratégia de desenvolvimento econômico local aumenta, significativamente, se estiver estruturada em três pilares, conforme ilustra a figura 25.

284 Amaral Filho (2001); Martinelli e Joyal (2004).

285 Buarque (2002); Martinelli e Joyal (2004).

FIGURA 25 – ESTRUTURA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL



Fonte: Adaptado de Buarque (2002).

Mas para que os pilares ilustrados na figura 25 possam propiciar o êxito de uma estratégia de desenvolvimento econômico local, é fundamental o esforço de promoção da eficiência econômica local na busca do desenvolvimento e do aumento da competitividade de uma cadeia produtiva que esteja adequada às condições locais. Cada localidade deve procurar espaços de competitividade de acordo com suas condições e potencialidades, bem como nos setores em que se apresentam maiores capacidades e vantagens locais (parâmetro atual de competitividade de mercado).

O processo de desenvolvimento econômico local pressupõe²⁸⁶:

- a) a criação de novas instituições, advindas de negociações entre gestores públicos e privados;
- b) o impulso ao empreendedorismo local, criando empresas inovadoras;
- c) a melhoria da capacitação da força de trabalho local.

Contudo, não se pode negligenciar o impacto e o efeito que a economia global exerce sobre as comunidades locais. O êxito de qualquer estratégia de de-

286 Albuquerque (2001).

desenvolvimento econômico local depende da sintonia gerada entre potencialidades locais, com a competitividade em mercado globais.

As políticas de desenvolvimento econômico local convertem-se na necessidade premente de atendimento às diversidades locais e na busca pela sua inclusão no processo produtivo atual, tendo por ponto de partida a convicção de que regiões e lugares, a partir de suas especificidades e potencialidades, podem encontrar formas de transformação de suas realidades, a partir de processos globais e de implantação de inovações. A inovação é considerada um processo de integração de elementos que determinam e favorecem a dinâmica e a transformação do processo territorial de produção²⁸⁷, pois ela favorece a aplicação de novos conhecimentos ou invenções na melhoria ou na modificação destes processos para a produção de novos bens. A capacidade de inovação de um território está vinculada à natureza criativa de seus habitantes enquanto agentes capazes de transformar seus recursos humanos, ambientais, culturais ou artísticos em produtos de atração e de comercialização. Territórios propícios ao surgimento de iniciativas inovadoras tendem a desenvolver-se economicamente de maneira mais equilibrada, instigando ações inovadoras e criativas junto à população local²⁸⁸. O que se percebe é um estreitamento do conceito de inovação junto às indústrias locais, em que há predominância de pequenas empresas que se especializam em um determinado setor e produto, favorecendo a divisão social do trabalho e instigando o desenvolvimento econômico local.

É a ideia do meio inovador, onde a inovação é um fenômeno coletivo em que existem relações empresariais e formas de cooperação que favorecem o desenvolvimento econômico local. Mas como identificar um meio inovador? Há uma série de elementos que se inter-relacionam de forma sistêmica onde um depende do outro. São eles²⁸⁹:

- a) um espaço territorial específico, um local;
- b) um conjunto de atores com capacidade de decisão, que se identificam com este espaço e elaboram projetos de interesse comum;
- c) recursos materiais (infra-estrutura, patrimônio urbano) e imateriais (identidade²⁹⁰, cultura);

287 Maillat (2002).

288 Méndez (2001).

289 Méndez (2001); Maillat (2002).

290 Questões relacionadas à *identidade* dos lugares são tidas como reflexos sociais que podem estabelecer diferenciações de desenvolvimento econômico entre as regiões. Neste sentido

d) uma lógica de aprendizagem.

Cabe ressaltar também que o meio de inovação decorre do que alguns autores chamam de “local aprendiz”, entendido como um espaço social com capacidade de criação, ampliação de conhecimento e aprendizagem contínuos, inventando, testando e adaptando alternativas e caminhos que permitem o desenvolvimento econômico local. O desenvolvimento econômico local é resultado da construção de um ambiente produtivo inovador, no qual se desenvolvem e se institucionalizam formas de cooperação e de integração das cadeias produtivas e das redes econômicas e sociais, de tal modo que as oportunidades locais se ampliam, gerando trabalho e renda, bem como, atraindo novos negócios²⁹¹.

Neste contexto, o desenvolvimento econômico local pressupõe a idéia de inclusão social; é algo que passa pelos lugares-locais, por onde se constroem a experiência, a vida social e a ação comunicativa dos atores reais.

Partindo do princípio do deslocamento do paradigma fordista para o da flexibilização, e da espacialização da produção e o da reconstrução da globalização-localização alguns elementos teórico-contextuais emergem e precisam ser discutidos sob pena de não oferecer sustentações empíricas ao atual direcionamento de êxito do desenvolvimento econômico local. Ressalta-se que estas abordagens despontam-se em torno do novo entendimento do que seria o desenvolvimento econômico local na atualidade, sendo que os conceitos-chave apresentados na sequência estão particularmente presentes nas formulações contemporâneas sobre esta temática, três se destacam: a) cooperação e capital social; b) mobilização produtiva do território e arranjo produtivo local; e c) estratégia de desenvolvimento econômico: o local e o regional.

COOPERAÇÃO E CAPITAL SOCIAL

Entre as questões que surgiram no debate em torno do desenvolvimento econômico local a partir da década de 2000, cabe citar a noção de cooperação e

a identidade é tida como uma construção social, cujo direcionamento pode reverter-se em estratégias de desenvolvimento econômico, pois referenda as opções do grupo, *transformando o local naquilo que se pode tornar* (WOODWARD, 2000).

291 Buarque (2002).

sua aplicabilidade em sociedades complexas, competitivas e desiguais, como a brasileira, por exemplo. A ideia central que converge opiniões gira em torno de que graus maiores de cooperação entre os agentes empreendedores locais são mais favoráveis ao desenvolvimento econômico das sociedades do que quando este recurso não existe²⁹².

Não é por acaso, mas as perspectivas que associam o desenvolvimento econômico local à uma ótica pós-capitalista trazem a cooperação como idéia central. Contudo, não é consenso na academia de que cooperação seja sinônimo de inclusão social. O desenvolvimento econômico local continua oscilando numa disputa de fundo entre nova dualização das relações sociais e dos sistemas produtivos para o aproveitamento de vantagens locais versus a busca de sistemas de cooperação baseadas na valorização dos processos participativos e redistributivos²⁹³.

É neste contexto de cooperação que o capital social é entendido como chave para a questão da articulação institucional associada à perspectiva de desenvolvimento econômico local. Parece crescer de forma exponencial a ênfase no conceito de capital social como forma de associação ao tema do desenvolvimento econômico local.

As características da organização social, como confiança, normas e sistemas, contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. O capital social facilita a cooperação espontânea de uma sociedade, sendo que quanto mais elevado for seu nível de confiança, maior a probabilidade de haver cooperação, pois a própria cooperação gera a confiança²⁹⁴.

O capital social é um ativo coletivo de grupos inseridos numa estrutura social. Trata-se de valores e crenças que os cidadãos compartilham, expressando socialização e consenso normativo. Esta postura favorece o espírito cívico e a vida cooperativa, gerando espaços e estruturas de trabalho em equipe, instigando a inovação e a aprendizagem coletiva, fatores importantes para o dinamismo econômico recente²⁹⁵. Assim, vários podem ser os benefícios econômicos do capital social: a) maior facilidade de compartilhamentos de informações e conhecimentos, devido a relações de confiança, “espírito” cooperativo, referências sócio-culturais e objetivos comuns; b) conformação de ambientes propícios ao

292 Putnam (2002).

293 Bocayuva (2000).

294 Putnam (2002).

295 Albagli e Maciel (2003).

empreendedorismo; c) melhor coordenação e coerência de ações, processos de tomada de decisão coletiva e maior estabilidade organizacional, contribuindo para a redução de custos.

O capital social, além de potencializar a cooperação entre os agentes locais, em termos de desenvolvimento econômico local, refere-se também às estruturas organizacionais da sociedade. O seu fomento constitui num dos principais eixos de um novo paradigma de desenvolvimento humano, o que intervém e modifica a estrutura econômico-social local, tendo por ponto de partida os recursos endógenos de cada localidade²⁹⁶.

As empresas que se organizam sob a forma de aglomerações ficam conectadas por uma série de ligações e redes sociais, institucionais, culturais e técnicas, cuja conduta leva à criação de capital social. Desta forma, o capital social acaba representando normas e valores que “criam” o tecido da sociedade local, unindo indivíduos e instituições. É com esta formatação que o capital social se torna crucial para o desenvolvimento econômico local²⁹⁷.

MOBILIZAÇÃO PRODUTIVA DO TERRITÓRIO E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

Arranjo produtivo é um conceito genérico que abriga diferentes formatos. Sua principal característica é sua configuração marcada pela intensa interação entre diferentes agentes ligados a uma mesma atividade econômica num mesmo território. Seu grande diferencial está nas “interações” existentes entre estes agentes, as quais necessitam de confiança e envolvem contextos culturais subjacentes, que vão além das relações contratuais e formais do mercado puro²⁹⁸.

Esses traços, comuns a diferentes abordagens sobre arranjos produtivos locais, permitem identificar duas questões relevantes: a) o afastamento diante da idéia tradicional dos pólos regionais; b) a diferenciação face aos enfoques estritamente centrados em cadeias produtivas setoriais.

296 Zapata et al (2001).

297 Melo e Hansen (2005).

298 Cassiolato e Lastres (2002).

Quanto à primeira abordagem, cabe ressaltar que a ênfase em arranjos produtivos supõe a rejeição da visão tradicional do desenvolvimento regional baseada em pólos de crescimento, geralmente associados a um núcleo de indústrias dinâmicas que teriam efeitos encadeadores. A diferença básica entre um arranjo produtivo e um pólo de crescimento é que o arranjo produtivo tende a se articular socialmente, culturalmente e economicamente com a vida das pessoas de determinada localidade.

Na segunda abordagem, é importante considerar as críticas à superestimação da idéia de cadeia produtiva, é discutível a tese de que um conceito linear, unidirecional e sequencial como o da cadeia produtiva possa dar conta da complexidade das atuais relações entre empresas e setores²⁹⁹. Sob o enfoque econômico-setorial, parece pertinente ultrapassar as proposições de políticas públicas que se fundamentem na eleição de atividades ou setores econômicos nos quais o desenvolvimento possa ser impulsionado. As dimensões territoriais, cidadãs e políticas demonstram que as políticas públicas inovadoras podem contemplar as regiões de modo mais abrangente, desde que envolvam os segmentos da população nas estratégias de desenvolvimento econômico local³⁰⁰.

Neste sentido, se focado no território, é essencial que se considere a interligação entre agentes. Isso não ocorre apenas pela identificação com um determinado setor, mas também pela proximidade espacial e pelas redes de instituições de apoio, enfim, pelos sistemas locais de inovação que assim podem ser proporcionados. É nessa perspectiva que se atribuí a ênfase à constituição de entornos territoriais inovadores para impulsionar o desenvolvimento do potencial econômico local. Cabe ressaltar que processos dessa natureza requerem articulações estratégicas de atores públicos e privados no sentido de criação de institucionalidades territoriais para a promoção empresarial e produtiva, como elementos do sistema de governança tidos como impulsionadores de desenvolvimento econômico local³⁰¹.

Assim, torna-se uma questão chave a oferta de serviços de apoio ao desenvolvimento produtivo, ou seja, a territorialização das políticas públicas como condição potencializadora de recursos endógenos. Isso ocorre até porque o êxito depende do nível em que cada estratégia está definida às especificidades de cada localidade, enquanto perfil produtivo.

299 Almeida (2002).

300 Cocco et al (1999).

301 Albuquerque (2001).

Em se tratando de recursos endógenos, os casos mais promissores de mobilização produtiva que desencadeiam o desenvolvimento econômico local são aqueles compostos por sistemas de pequenas empresas³⁰². Essas empresas multiplicam-se em um território específico e se especializam em um mesmo produto.

É da formação de um conjunto de pequenas empresas, especializadas em um setor produtivo específico, que pode surgir a mobilização produtiva de um determinado território, a qual poderia tornar-se na base do processo de desenvolvimento econômico daquela localidade. Isto é possível porque este tipo de aglomerado propicia: a) uma forte especialização produtiva em nível local, ligando diferentes segmentos correlacionados ao aglomerado, estimulando o crescimento da economia local; b) uma acentuada divisão social do trabalho entre as empresas locais, dando vazão a uma densa rede de interdependências produtivas, cujo processo dinâmico e interativo contribui na redução de custos de transação entre as empresas do aglomerado; c) a existência de multiplicidade (pluralidade dos protagonistas) entre as empresas, pois não há empresa líder que domine o sistema local, fato este que estimula a interação entre os empresários, bem como discussões acerca das limitações e potencialidades do aglomerado; d) ocorre certo “impulso” no sentido da especialização produtiva, estimulando o acúmulo de conhecimentos específicos (gerando a formação de um sistema de informação em escala local, garantindo rápida circulação de informações) e facilitando a introdução de novas tecnologias, aumentando desta forma, a autonomia econômica das empresas e do sistema local; e) a formação de um profissionalismo difuso entre os trabalhadores locais, resultado da sedimentação histórica dos conhecimentos pertinentes aos ciclos de produção e suas técnicas; f) a difusão dos contatos pessoais diretos entre os operadores locais, principalmente fornecedores, favorecendo a transmissão “em cascata”, no sistema de empresas, de melhorias técnicas e organizacionais, aumentando a eficácia global do sistema local; g) uma ampla articulação social, acompanhada de processos contínuos de mobilidade social em prol do desenvolvimento econômico local³⁰³.

A formação de um sistema produtivo local é resultado da mobilização produtiva advinda da própria sociedade local. É esta sociedade que forma a base

302 A importância das pequenas empresas nos processos de desenvolvimento econômico local foi resgatada em meados da década de 1980 através dos estudos de reestruturação produtiva de Piore e Sabel (1984). Para estes autores a vantagem das PMEs está em sua capacidade de respostas rápidas às contínuas mudanças de mercado, pois geralmente apresentam estruturas de produção mais flexíveis as quais se adaptam de forma mais efetivas às mudanças de mercado (CAMPOS, 2004).

303 Garofoli (1994).

de seu processo, pois conta com um tecido social e produtivo precisos (direcionados) o que lhes assegura a flexibilidade sócio produtiva do sistema, o acúmulo de conhecimentos, a profissionalização difusa à escala local e à circulação de informações. Estes fatores proporcionam ao sistema as vantagens de economias de escala com a da flexibilização produtiva, considerados como os principais fatores de sucesso deste tipo de aglomeração³⁰⁴.

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: O LOCAL E O REGIONAL

Para que se possa identificar a estratégia mais adequada ao desenvolvimento econômico de uma localidade, é preciso primeiro que se tenha clareza do significado da palavra estratégia. Estratégia é um padrão ou plano que integra as principais metas, políticas e sequências de ações de uma organização em um todo coerente. Para este autor, uma estratégia bem formulada ajuda a ordenar e alocar os recursos de uma organização para uma postura singular e viável, com base em suas competências e deficiências internas relativas, bem como mudanças no ambiente antecipadas. A execução de uma estratégia é tão importante quanto as suas políticas de ação, uma vez que são estas políticas que definem as regras ou as diretrizes que apontam os limites dentro dos quais a ação deve ocorrer, orientando a postura e a direção das metas e determinando sua viabilidade³⁰⁵. Uma estratégia pode ser entendida como uma maneira de agir, através de um planejamento, dentro de um período de tempo delimitado, tendo sua ação direcionada a um local.

Contudo, para que se formule uma estratégia eficaz, é preciso que se considere a justaposição dos pontos fortes e fracos de uma localidade e das oportunidades e ameaças apresentadas pelo ambiente no qual ela está inserida. Também é preciso considerar que a base de todo o processo estratégico é a razão, o controle racional e a análise sistemática de concorrentes e mercados cujas combinações devem produzir estratégias claras, explícitas e completas³⁰⁶.

304 Piore e Sabel (1984); Garofoli (1994); Becattini (1994).

305 Quinn (2001).

306 Montgomery (1998); Mintzberg e Quinn (2001).

Uma estratégia nada mais é do que um plano de ação, que na literatura administrativa contemporânea recebe o nome de planejamento estratégico. A utilização do termo planejamento estratégico na área da economia regional, mais precisamente na de desenvolvimento econômico local, é recente, não ultrapassando mais do que duas décadas.

O processo de adoção do planejamento estratégico organizacional para o desenvolvimento econômico regional, e mais recentemente local, passou a ser evidenciado a partir da percepção de que as organizações estavam inseridas em um território específico. Desta forma, o território em que estão inseridas estas organizações também participa de modo direto do seu dinamismo organizacional. Quer dizer, o êxito do planejamento estratégico das organizações está diretamente atrelado às políticas fiscais, econômicas e sociais dos territórios em que estas organizações estão inseridas³⁰⁷.

Nesta percepção, o autor defende que os princípios que regem o planejamento estratégico local na atualidade resultam, em grande parte, do avanço dos planejamentos estratégicos organizacionais, trazendo para as discussões políticas locais conceitos já consagrados na teoria organizacional contemporânea:

Inúmeras são as razões que levam os governantes de um determinado território a se organizar e a planejar seu futuro através de um planejamento estratégico condizente com a sua atual situação local, buscando junto aos seus atores sociais soluções para os problemas de ordem econômica e social destas localidades. Até porque, no atual contexto de transformações econômicas, tecnológicas e político-institucionais ocorridas no final do século XX, passou-se a evidenciar o território como espaço local no qual convergem sinergias positivas em busca da promoção de seu desenvolvimento econômico³⁰⁸.

No entanto, com a crise mundial de 1930, e o esgotamento do modelo fordista de produção, evidenciaram que o desenvolvimento econômico precisava ser planejado para acontecer, sendo de competência do Estado a intervenção necessária à sua execução. A partir do Estado, as estratégias e o planejamento do desenvolvimento econômico passam a ser vistos como instrumentos capazes de atenuar as disparidades regionais. Entende-se por planejamento uma ferramenta de trabalho utilizada para tomar decisões e organizar ações de forma lógica e racional, de forma a garantir resultados e a concretização dos objetivos traça-

307 Yory (2000).

308 Maillat (2002).

dos, com custos e tempo reduzidos. Seria uma forma de a sociedade planejar o seu futuro, rejeitando a resignação e partindo para iniciativas que definam seu destino. Se o planejamento é tido como um processo de tomada de decisões de determinada sociedade em relação ao seu futuro, ele envolve escolhas, alternativas, as quais devem se basear em objetivos coletivos que se orientem para ações concretas e consensuais.

Por ser um processo ordenado e sistemático de decisões, o planejamento estratégico adota uma conotação técnica e racional de formulação e suporte das escolhas de uma sociedade. Por outro lado, por fazer parte de um processo político, o planejamento se constitui em um espaço privilegiado de negociações, confrontando e articulando interesses e alternativas. Dessa forma, possibilita oportunidades de reconstrução e de reordenação dos jogos de poder, criando condições de construção da hegemonia, na medida em que articula técnica e politicamente os agentes em suas escolhas e opções sociais. Somente assim é que o planejamento pode se transformar em estratégias voltadas para a promoção do desenvolvimento econômico.

É neste contexto que se reconhece a importância das diversidades territoriais na formulação das estratégias de desenvolvimento econômico, as quais, apesar de estarem vinculadas a um contexto histórico específico, podem ser potencializadas e valorizadas através da organização destes territórios em torno de objetivos comuns pactuados entre seus agentes locais, contribuindo para o avanço da economia local e, ao longo do tempo, no desenvolvimento econômico propriamente dito.

Em oposição às estratégias de desenvolvimento econômico pelo “alto” há as estratégias de desenvolvimento econômico pela base, ou seja, aquelas que tiveram origem a partir dos resultados obtidos pelas estratégias de desenvolvimento econômico local. Elas evidenciam a necessidade de análise do ambiente local de forma sistêmica, tendo no desenvolvimento endógeno o diferencial que leva uma localidade a alcançar seu desenvolvimento econômico. É a partir do desenvolvimento regional que se evidenciam os atores locais como propulsores do desenvolvimento das potencialidades socioeconômicas de uma localidade³⁰⁹.

Quando certas regiões são desenvolvidas antes de outras, ocorrerá uma perda de recursos disponíveis nas regiões que não se desenvolveram. Os desequilíbrios resultantes desta perda permitirão a essas regiões reagir vigorosamente

309 Amaral Filho (2001); Martinelli e Joyal (2004).

à estratégia de desenvolvimento econômico, cujas reações desencadearão seu potencial de desenvolvimento. Para que uma estratégia de desenvolvimento econômico desencadeie os resultados esperados, seus planejadores precisam definir eficientes políticas de desenvolvimento econômico, as quais, segundo o autor, terão maior probabilidade de êxito, se direcionadas às especificidades de cada região que compõem um estado e um país³¹⁰.

A principal função de uma estratégia de desenvolvimento econômico é levar uma região a se tornar uma economia avançada. Para isso, há dois tipos de estratégias de desenvolvimento econômico pelo “alto”: a de expansão e a de consolidação. Ambas podem ser divididas em dispersão ou concentração. A estratégia de desenvolvimento de expansão como a ampliação do espaço de decisão de um centro regional. Já a estratégia de desenvolvimento de consolidação é vista como a intensificação da atividade sócio-econômica dentro do espaço de decisão de um centro regional. É a partir da escolha de uma destas estratégias que o autor acredita obter uma política de atividade sócio-econômica que propicie o desenvolvimento econômico regional³¹¹. Cabe ressaltar que as estratégias precisam ser vistas como uma sequência de um planejamento de ordem superior, como, por exemplo, o aumento do nível de vida da população. Por este motivo não se deve ignorar a ideologia que sustenta este planejamento, sob pena de não se atingir os resultados esperados. As ideologias embutidas no planejamento das estratégias de desenvolvimento econômico, segundo o autor, podem ser de dominação extrativa ou de dominação distributiva³¹².

Sob as condições de dominação extrativa, se justifica a opção por uma estratégia de consolidação quando se encontram argumentos de natureza política e/ou econômica. Para tanto, o subsistema central deve ter razões e/ou políticas que permitam que a periferia intensifique suas atividades em prol do centro de uma região.

Em condições semelhantes, a opção por estratégias de expansão deve prevalecer quando se pretende investir nas áreas periféricas em detrimento do desenvolvimento do centro da região. Agora, ao considerar a mesma estratégia de desenvolvimento sob as condições de dominação distributiva, percebe-se o quão diferentes podem ser os resultados alcançados. Nesta situação, os investimentos

310 Hirschman (1961 e 1996).

311 Hilhorst (1975).

312 Hilhorst (1975).

não são feitos de acordo com o interesse do centro, mas sim de acordo com os interesses da periferia.

As estratégias de desenvolvimento de consolidação, por sua vez, visam à promoção de certo equilíbrio entre o desenvolvimento do centro e da periferia, de forma simultânea. Cabe ressaltar que a estratégia de expansão, no decorrer do tempo, passa a ser uma sequência natural da estratégia de consolidação, uma vez que esta última cria condições para que a primeira surja nas áreas periféricas ao mesmo tempo em que produz recursos com os quais a estratégia de expansão será financiada. As estratégias de desenvolvimento de expansão e de consolidação também podem ser qualificadas pela introdução de duas posições extremas dos padrões da atividade sócio-econômica: a) as de expansão com dispersão ou concentração; e b) as de consolidação com dispersão ou concentração. Contudo, o autor ressalta que para a execução de ambas as estratégias é preciso que se leve em consideração as limitações impostas pela escassez de recursos disponíveis. Desta forma, são quatro opções de estratégias, as quais variam de acordo com os investimentos que não precisam, necessariamente, estar atrelada aos de natureza econômica³¹³.

A primeira opção seria a *estratégia de expansão com dispersão*, entendida pelo autor como aquela em que os investimentos da maior parte dos recursos disponíveis se dão em determinados centros, próximos aos limites da própria região. Dentre suas formas possíveis de aplicação, o autor sugere: a) a de construção de um corredor de desenvolvimento; e b) o de desenvolvimento de centros terciários, próximos aos limites e ao centro secundário da região.

A segunda opção é a *estratégia de expansão com concentração*, a partir da qual se entende que os investimentos da maior parte dos recursos regionais devam estar localizados em um ou dois lugares secundários, próximos aos limites da região ou no centro (novo) da região.

A terceira opção é a *estratégia de consolidação com dispersão*, obtida através da aplicação de investimentos em: a) centros terciários próximos ao centro regional; b) em lugares ao longo das vias de transportes internos; e c) em lugares secundários, próximos aos limites da região.

E, por último, a *estratégia de consolidação com concentração* é obtida pela aplicação de investimentos da maior parte dos recursos da região nas três

313 Hilhorst (1975).

formas que seguem: a) investimentos no centro da região; b) investimentos no novo centro regional; ou c) investimentos nos centros secundários próximos ao centro da região, ou na combinação de “a” e “c” (investimentos no centro da região conciliados aos investimentos nos centros secundários próximos ao centro da região) ou de “b” com “c” (investimentos no novo centro regional conciliado aos investimentos nos centros secundários próximos ao centro da região). Tanto a estratégia de desenvolvimento econômico de expansão quanto a de consolidação são entendidas como eficientes mecanismos de desenvolvimento econômico regional pelo alto³¹⁴.

A partir da década de 2000, Paul Krugman³¹⁵ busca, através da “Nova Geografia Econômica”, o resgate dos distritos industriais³¹⁶, da proximidade espacial e dos fatores relacionais, dar uma nova versão às estratégias de desenvolvimento econômico pelo alto. O autor considera três fatores que explicam a concentração industrial, ocorrida na maioria dos países desenvolvidos das últimas décadas: a concentração do mercado de trabalho, os insumos intermediários e as externalidades tecnológicas. Tendo por base vários estudos do Vale do Silício, nos EUA, defende-se a idéia de que é preciso considerar os fatores históricos que antecipam uma localização industrial, pois é a partir desta que a concentração do mercado de trabalho e a oferta de insumos especializados acabam por se desenvolver como uma espécie de consequência do processo de desenvolvimento econômico regional executado. Outros estudos³¹⁷ também resgatam os distritos industriais como forma de estratégia de desenvolvimento econômico regional pelo alto. No entanto, acrescenta em sua análise o papel dos agentes locais na organização dos fatores e na coordenação do processo cumulativo.

Do breve resgate teórico apresentado, percebe-se que desde a estratégia de desenvolvimento econômico preconizada por Albert Hirschman (1961; 1996), também data após nome de Paul Krugman (1995), as estratégias de desenvolvimento econômico pelo “alto” tiveram por sustentação institucional o próprio Estado, tido como responsável direto pelos rumos que a economia de uma região tomava.

314 Hilhorst (1975).

315 Krugman (1995).

316 Distrito industrial é uma entidade sócio territorial caracterizada pela presença ativa de uma comunidade de pessoas e de uma população de empresas num determinado espaço geográfico e histórico, no qual tende a criar-se uma osmose perfeita entre a comunidade local e as empresas (BECATTINI, 1994).

317 Becattini (1994).

A partir do ano de 1990, o modelo estratégico de desenvolvimento pelo “alto” dá sinais de esgotamento prático. Várias regiões, tradicionalmente industriais, começam a declinar em função das radicais mudanças ocorridas nas formas e dos modos de produção industrial, até então vistas como modelos produtivos eficientes. A este fato soma-se a globalização econômica e a abertura das economias nacionais. Neste cenário, começam a emergir alternativas estratégicas de desenvolvimento econômico, trazendo consigo a iniciativa de uma reestruturação institucional. O Estado, tido até então como o idealizador e executor primaz das estratégias de desenvolvimento econômico, passa a ser visto como um parceiro do processo estratégico de desenvolvimento econômico, dividindo a responsabilidade pelos rumos da economia com a sociedade civil organizada local³¹⁸.

Do cenário exposto, surge uma nova forma de se visualizar o Estado e a sociedade civil organizada diante das reestruturações que as regiões devem passar em prol de sua sobrevivência econômica no atual mercado global. As ações coletivas passam a ser elementos potenciais da recente configuração da economia regional, onde o Estado passa a se sustentar nos resultados dos processos e de dinâmicas econômico-sociais, determinadas pelo comportamento dos atores locais e de suas organizações, emergindo desta concepção as estratégias de desenvolvimento econômico pela base³¹⁹.

As discussões acerca dessas abordagens visavam a busca por respostas ao expressivo dinamismo econômico que estava ocorrendo na década de 1990 nas regiões não urbanas dos países desenvolvidos. Esse dinamismo contestava a idéia de que o desenvolvimento econômico era consequência dos processos industriais que se concentravam nas regiões urbanas. Foi da vontade de se entender quais seriam as fontes geradoras deste dinamismo econômico, em localidades distantes dos grandes centros produtivos urbanos, que se desencadeou uma série de discussões acerca da importância do local frente ao processo de desenvolvimento econômico de uma região³²⁰. Inserida neste contexto histórico, a dimensão territorial ganhou vazão enquanto elo que liga a globalização econômica à localização das atividades produtivas, possibilitando a introdução de novas alternativas de desenvolvimento econômico³²¹.

318 Amaral Filho (2001).

319 Lewis (1971); Schultz (1987); Schmitz (1997).

320 Veiga (2002).

321 Silveira (2005).

Sendo assim, é a partir da definição de desenvolvimento econômico, apresentada no início deste capítulo, que se tem o desdobramento do desenvolvimento econômico local, o qual passa a ser visto como uma consequência da operacionalização de uma estratégia de desenvolvimento econômico bem sucedida, que parte de um local específico e sem intervenção externa. Esse desenvolvimento econômico é estruturado não apenas no progresso material (que gera apenas o acúmulo de riquezas), mas naquele que é resultado da iniciativa compartilhada dos atores sociais, da inovação e do empreendedorismo comunitários de determinada localidade³²².

O desenvolvimento econômico local está relacionado, então, ao uso efetivo, pela sociedade local, das potencialidades de seu próprio território, cuja promoção se viabiliza através de estratégias que evidenciam e canalizam essas potencialidades em prol do desenvolvimento econômico. Para tanto, se faz necessário estudar e avaliar o quanto se pode aproveitar dos recursos disponíveis e das potencialidades endógenas de cada localidade, destacando os fatores locais que têm influência direta sobre a dinâmica do desenvolvimento econômico local³²³. É neste contexto que a estratégia de desenvolvimento econômico pela base surge como opção que potencializa a capacidade organizativa dos agentes locais, uma vez que articula e mobiliza os recursos internos de determinada localidade, estimulando inovações que se revertem em sistemas produtivos locais, diversificando e fortalecendo as instituições que instigam o avanço da economia local.

A estratégia de desenvolvimento econômico pela base deve planejar ações que objetivam a implantação e a gestão de projetos que potencializam a economia local, visando a geração de trabalho e de renda. Uma das alternativas mais eficientes acerca desta ação é a criação e o fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas, consideradas eficazes instrumentos de estímulo ao desenvolvimento econômico local³²⁴.

O que se percebe é uma forte relação entre os fatores endógenos de um determinado território com o avanço da economia local, uma vez que a principal preocupação da teoria endogenista tem sido verificar o quanto as instituições e os fatores de produção, como capital social, capital humano e capital imaterial (conhecimento, pesquisa e desenvolvimento e informação) podem ser gerencia-

322 Martins (2002).

323 Moraes (2005).

324 Amaral Filho (2001).

dos a partir das reais condições locais, ou seja, de “baixo para cima” e não mais de “cima para baixo” como foi até a década de 1990 praticado pelos governos e estrategistas econômicos. O desenvolvimento endógeno é considerado a base da estratégia de desenvolvimento econômico pela base ou de “baixo para cima”, pois se baseia na execução de políticas que fortalecem e qualificam as estruturas internas de um território, dinamizando a sociedade e o desenvolvimento econômico local.

Mas, para que uma estratégia de desenvolvimento econômico pela base atinja os resultados esperados (o desenvolvimento da economia local), é preciso que se aproveitem, de forma eficaz, os recursos e as potencialidades internas do território. Para tanto, é preciso que se canalizem os fatores locais que influenciam na dinâmica do desenvolvimento econômico com a capacidade organizativa, técnica e gerencial das administrações locais, bem como a capacidade de articulação e de mobilização dos recursos locais, pois são estes fatores que formam a base social e econômica local, sustentando todo o processo de execução deste tipo de estratégia de desenvolvimento econômico³²⁵.

Portanto, a lógica da estratégia de desenvolvimento econômico local está centrada na capacidade de combinar recursos próprios com práticas inovadoras, direcionando a poupança local em ações empreendedoras que se revertem na geração de trabalho e de renda. Para tanto, seu êxito está em compreender os processos da vida social existentes na localidade e sua integração com o ambiente de seu entorno, o que é a própria essência do desenvolvimento econômico local. As ações adotadas pela sociedade de uma determinada localidade que se torna possível ou não a execução das estratégias de desenvolvimento econômico. Para tanto, o planejamento local passa a ser decisivo para o êxito de uma estratégia de desenvolvimento econômico pela base.

ECONOMIA REGIONAL, INSTITUIÇÕES E GOVERNANÇA

Weimar Freire da Rocha Junior

A economia institucional é uma escola do pensamento econômico fundada em 1900, por Thorstein Veblen. Seu corpo teórico foi formulado num ambiente de questionamento das doutrinas econômicas neoclássicas e na condução ortodoxa da política econômica. Nesse sentido, as idéias institucionalistas farão coro a favor das reformas sociais, do questionamento da pobreza, do caráter cíclico da economia, do papel do governo e das instituições no processo de desenvolvimento econômico, tanto da nação quanto das regiões, dentre outros.

Os elementos de análise do pensamento institucional representarão os interesses das pequenas empresas, dos operários e funcionários públicos. Assim, o pensamento institucionalista incorpora um prisma interdisciplinar e a defesa da mudança social, o que marcará o papel político das suas idéias. Avanços recentes no corpo teórico da economia institucionalista tradicional criou um ramo chamado de Nova Economia Institucional (NEI). A NEI, que até então não tinha essa denominação, começa a se desenvolver nos anos 1930, quando Ronald Coase lança o seu clássico artigo *The Nature of the Firm*, em que faz a seguinte indagação: “If production is regulated by price movements, production could be carried on without any organization at all, well might we ask, why is there any organization?”³²⁶. A partir dessa pergunta, prepara-se uma mudança no pensamento predominante da época, mas que fica latente por um longo período.

326 Coase (1993, p. 19).

A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL

O referencial analítico da NEI está fundamentado no estudo de políticas públicas que foi desenvolvido a partir de um grupo de estudiosos de áreas distintas, como economistas, advogados e administradores preocupados em elucidar algumas questões que a teoria econômica não conseguia explicar em virtude dos desdobramentos decorrentes, na época, das fusões de empresas industriais, que geraram a concentração do mercado. Como o crescimento do monopólio era inevitável, iniciava-se, naquele período, a discussão e institucionalização de leis anti-truste que visavam regulamentar as falhas de mercado. Esse ambiente propiciou o interesse de alguns pesquisadores em conhecer como as firmas se comportam diante dos novos fenômenos econômicos. Isso favoreceu o surgimento e desenvolvimento de um novo ramo da ciência econômica denominado Organização Industrial (OI), que vem se desenvolvendo até os dias de hoje na sua forma tradicional ou com “novas roupagens”, entre elas a “Teoria dos Jogos”.

O estudo sobre a Organização Industrial tem interesse em conhecer como as atividades produtivas podem amenizar os desejos e necessidades almejados pela sociedade, pela compreensão dos mecanismos que afetam os produtores, para que atendam à demanda, e como esses processos falham e se ajustam para se aproximar do padrão ideal. A busca por mecanismos que atenuem as falhas de mercado e harmonizem oferta e demanda, aproximando o sistema de mercado da concorrência perfeita, tem sido a preocupação constante da Organização Industrial³²⁷.

A Organização Industrial (OI) não destaca o ambiente institucional em que o mercado está inserido e não se preocupa com a estrutura de governança responsável pelo limiar entre firma e mercado, com a organização da firma e com a reação institucional diante dos vários custos de transação. O objetivo da OI é determinar quais forças são responsáveis pela organização da indústria, como essas forças atuam e os efeitos que sofrem ao longo do tempo. Os elementos responsáveis pelas transformações das organizações industriais, cuja determinação não é importante para a OI, são tratados enfaticamente pela NEI, pela sua pretensão de explicar as diferentes formas organizacionais que existem no mercado e seus arranjos contratuais, destacando o ambiente institucional e sua interação com as organizações³²⁸. De maneira bastante simplificada, esse é o centro das atenções demandadas pela NEI.

327 Scherer (1970).

328 Joskow (1995); Coase (1988).

Nas transações identificam-se três princípios embutidos: o conflito, a mutualidade e a ordem, pois na transação eles estão presentes na estrutura de governança que a ordena, no conflito que ocorre entre as partes para a distribuição do lucro e na oportunidade de ganhos mútuos entre as partes³²⁹.

Nesse ambiente em que os constructos são criados, mas estão desordenadamente expostos, Ronald Coase reúne-os e fornece a mais importante contribuição para a NEI. A firma, para Coase, deixa de ser tratada como uma função de produção em que os insumos transformam-se em produtos e passa a ser tratada como uma organização de coordenação dos agentes econômicos. Dessa forma, a estrutura de governança adotada pelos agentes econômicos, pendendo entre mercado e hierarquia (firma), será o mecanismo de coordenação que for mais eficiente, ou melhor, que reduza os custos de transação³³⁰.

No início dos anos 1970, após a releitura do trabalho de Ronald Coase, começam a se desenvolver novos estudos, surgindo daí a denominação da NEI³³¹. A questão a que poucos economistas se propuseram a responder conta hoje com uma gama de pesquisadores que buscam avidamente solucioná-la³³².

A principal razão para a ocorrência do hiato temporal é que os custos de transação não eram fáceis de ser identificados e compreendidos pela maioria das pessoas. Só mais tarde, no pós-guerra, em função dos problemas advindos da identificação das falhas de mercado, aparecem mais explicitamente e com maior clareza os custos de transação³³³.

Assim, ao se analisar a transação e a economia, os custos de transação não podem mais ser desprezados. Elementos que antes eram considerados exógenos à análise econômica passam a ser considerados como direito de propriedade, assimetria de informação, estrutura organizacional, mecanismo de governança das transações e ambiente institucional. A firma passa a ser considerada como um

329 Williamson (2000).

330 Zylbersztajn (1995).

331 A obra *Markets and Hierarchies*, publicada em 1975, cujo autor é Oliver Williamson, encontra os ingredientes que faltavam para formar a amálgama teórica da NEI. Na obra, é apresentado o modelo em que firmas e mercado são formas alternativas de organizar a produção capitalista. Posteriormente, em 1985, é publicado *The Institution of Capitalism*, que demonstra o desempenho das diversas instituições capitalistas, e, em 1996, o livro *The Mechanism of Governance* é editado e arremata o conjunto de idéias lançadas por Coase, completando a trilogia de obras elaboradas por Williamson (Pessali, 1997).

332 Bolton e Scharfstein (1998).

333 Williamson (1981).

complexo de contratos comandando as transações internas e externas. Mercado e firma não se relacionam pelo sistema de preços, mas pelo contrato, o qual, muitas vezes, tem a similaridade dos contratos firmados entre empresa e trabalhadores.

PRESSUPOSTOS FUNDAMENTAIS DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL

A Nova Economia Institucional desenvolve seus conceitos em quatro pressupostos. Dois pressupostos são de cunho transacional e dois de cunho comportamental. O primeiro pressuposto é que existem custos na utilização do sistema de preços, quer este seja feito pelo mercado, quer seja feito pela firma. Isto é, o funcionamento do sistema econômico depende dos contratos existentes no mercado, mas também pode ser coordenado centralmente pelas firmas.

O segundo pressuposto sugere que as transações ocorrem em um ambiente institucional estruturado, de maneira que as instituições são importantes e têm a capacidade de influir nos custos de transação, e o ambiente institucional afeta o processo de transferência dos direitos de propriedade³³⁴.

O oportunismo e a racionalidade são os próximos conceitos abordados e são os pressupostos comportamentais destacados. O oportunismo é um comportamento acético que tem seus custos para os agentes que estão transacionando. Esse ato transcende o comportamento humano em que as pessoas têm atitudes visando beneficiar a si próprias. Nem todos os indivíduos têm atitudes oportunistas, mas basta um ter essa atitude para ser necessária a utilização de contratos, demandando tempo e custos para seu monitoramento³³⁵.

Existem duas formas de oportunismo que podem ser separadas temporalmente: o oportunismo *ex-ante* e o *ex-post*. Essas situações ocorrem pela existência de outro pressuposto: a assimetria de informações entre os agentes econômicos. Ao se obter uma informação, sempre existe um custo e dela decorrem duas situações: o risco moral (*moral hazard*) é um comportamento pós-contratual em que uma das partes envolvidas na transação possui uma informação privada e pode tirar proveito em prejuízo da outra parte. Exemplificando, na previsão da safra agrí-

334 Coase (1998).

335 Zylbersztajn (1995).

cola, um determinado agente pode possuir informações privilegiadas e vender sua produção a um valor que o beneficia em função da assimetria de informações³³⁶.

A seleção adversa é outro fenômeno comportamental que se relaciona com situações pré-contratuais em uma transação. Ela é observada em mercados em que existe um bem com uma gama de opções de qualidade que não são facilmente detectadas pelos consumidores³³⁷. Isso faz com que o preço desse bem seja nivelado pelo valor mais baixo, desestimulando os produtores a oferecerem bens de qualidade superior, por estes não serem percebidos no mercado.

O quarto pressuposto é a racionalidade limitada, um dos pontos de maior divergência entre a ortodoxia econômica e a NEI. Embora o ser humano condicione o seu comportamento à razão, ele o faz de maneira limitada. A racionalidade limitada é um comportamento com o qual os indivíduos não conseguem desenvolver de forma plena a sua capacidade cognitiva, deixando a desejar em algumas situações por essa limitação³³⁸.

O conceito de racionalidade limitada leva à reflexão de que o mito da racionalidade plena não existe no mundo real, e o ser humano não é capaz de raciocinar e processar as informações com a precisão e a destreza que a teoria econômica pressupõe. As pessoas, muitas vezes, não conseguem solucionar e finalizar os problemas pela sua complexidade e pelas incertezas que ocorrem no mundo real³³⁹.

Pela existência da racionalidade limitada, dos custos de transação e do oportunismo, não existe um contrato que seja completo e capaz de salvaguardar as pessoas em todos os aspectos possíveis. Sempre existirá uma falha ou lacuna pela própria complexidade dos contratos e limitação do ser humano. Essas falhas serão aproveitadas para ações oportunistas de pessoas que queiram tirar proveito da situação.

Essas características comportamentais passam a responder por que *ex-ante* os contratos podem não cobrir perfeitamente todas as lacunas regidas em uma transação, por que o poder de previsão e o cálculo das pessoas não atende de forma plena e a sua conduta não pode ser considerada confiável³⁴⁰.

336 Arrows (1963).

337 Akerlof (1970); Hendel e Lizzeri (1999); Rocha Jr (2004).

338 Williamson (1996).

339 Simon (1979).

340 Williamson (1981).

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E RELAÇÕES CONTRATUAIS

As estruturas de governança são necessárias para melhor organizar as transações comerciais, economizando custos de transação. Elas são consideradas como parte do problema de minimização de custos, uma vez que, para determinadas transações, mudanças em sua estrutura podem permitir um aumento ou diminuição em seus custos. Exemplificando, se um frigorífico que exporta carne de frango fizesse um contrato *spot* com os produtores de frango, ocorreria uma série de problemas de produção e gerenciamento que praticamente inviabilizaria a exportação. É por isso que os contratos são feitos via integração, uma vez que os custos de gerenciamento, adaptação e monitoramento são mais baixos, e a empresa tem uma melhor coordenação, podendo ofertar um produto com determinadas características que são muito específicas.

O mercado *spot* é mais adequado para produtos que não possuem alta especificidade dos ativos e quando as próprias regras do mercado são suficientes para coordenar a produção do bem.

Nesse sentido, é necessário ter o conhecimento das características das transações. Adequando-se os contratos de acordo com a estrutura de governança, haverá fortes indícios de que ocorrerá diminuição dos custos de transação. A mostra as relações entre os atributos da transação, o tipo de estrutura e as formas contratuais.

FIGURA 27 – RELAÇÃO ENTRE FREQUÊNCIA E ESPECIFICIDADE DOS ATIVOS E AS FORMAS EFICIENTES DE GOVERNANÇA

Frequência	Nível de especificidade dos ativos		
	Não específico	Misto	Idiossincrático
Ocasional	Mercado contrato clássico	Governança trilateral Contrato neoclássico	Governança trilateral Contrato neoclássico
Discreta	Mercado contrato clássico	Governança trilateral Contrato neoclássico	Governança unificada ou bilateral Contrato neoclássico
Recorrente	Mercado contrato clássico	Governança trilateral Contrato relacional	Governança unificada Contrato relacional

Fonte: Adaptado de Williamson (1979).

A combinação de um ativo pouco específico e as frequências ocasional, discreta ou recorrente se traduz numa governança via mercado, e pode ser aplicado o contrato clássico, pelo fato de o mercado proteger as partes de ações oportunistas, dando autonomia para as decisões não hierárquicas.

Já a combinação entre uma especificidade intermediária e uma particular faz com que seja incentivada a estrutura de governança trilateral com dois tipos de contrato, o neoclássico e o relacional. Estes contratos irão depender da frequência com que são feitas as transações.

Se a frequência for ocasional e discreta, existe a possibilidade de as partes continuarem transacionando devido aos investimentos particulares de cada uma e existe grande probabilidade de que as ações oportunistas e os investimentos não poderão ser recuperados em uso alternativo ou com outras transações, criando o risco de dependência bilateral. Nessa circunstância, o contrato neoclássico é o mais apropriado, por permitir a existência de um árbitro para resolver as eventuais disputas e avaliar o desempenho sem necessitar recorrer à corte judicial. Os contratos com essas características têm um tempo determinado, o que não justifica a integração das transações, e são de longo prazo, necessitando garantias e salvaguardas.

Se as especificidades dos ativos forem mistas ou idiossincráticas e a frequência for recorrente, pode ocorrer dois tipos de estrutura de governança: a bilateral e a integração vertical. A primeira mantém a autonomia entre as partes por ser a especificidade do ativo intermediária, não sendo muito elevada, para que necessite de integração vertical. Nesse tipo de situação, a transação ocorre por meio de contrato de longo prazo do tipo relacional. À medida que a especificidade dos ativos aumenta, a integração vertical torna-se mais adequada, pois essa estrutura de governança permite que adaptações com poder de *fiat* não recorram a consultas e acordos entre firmas. Isso não pode ocorrer caso o contrato seja estabelecido entre duas empresas.

DIMENSÕES BÁSICAS DA TRANSAÇÃO

A identificação das dimensões críticas das transações complementa a seção anterior e trata dos atributos da transação. Os atributos são responsáveis

por suas dimensões, definindo as características básicas, que são: a frequência, a incerteza e as especificidades dos ativos³⁴¹.

A frequência caracteriza a regularidade e ocorrência com que os agentes econômicos se relacionam. Está relacionada ao número de vezes que os agentes realizam as transações. Exemplificando, quando o processo de beneficiamento da erva-mate demorava em torno de dez horas, a frequência com que a matéria-prima chegava aos engenhos era bem menor do que quando o processo de beneficiamento passa a transformar a erva-mate em dez minutos. A frequência, nesse último caso, na entrega de matéria-prima deve ser muito maior, e, conseqüentemente, maior será o risco de poder faltar a erva-mate. Assim, é de se esperar que os contratos existentes entre os produtores e a indústria em cada um dos processos devam ter diferentes formas contratuais em função da variável frequência.

A incerteza relaciona-se com a imprevisibilidade das atitudes posteriores dos agentes econômicos, que ocorrem após a transação, de forma que não dá para calcular o que acontecerá no futuro. Dependendo do que se está trabalhando, esse componente é muito importante na transação. Por exemplo, ao fechar a venda da matéria-prima em grande quantidade, sem ter garantias de que a indústria irá efetivar o pagamento, há um grau de incerteza muito maior do que na venda de um pequeno lote para uma empresa desconhecida.

Finalmente, as especificidades dos ativos são caracterizadas como o elemento que não pode ser reutilizado ou realocado em outra atividade sem que ocorram perdas de valor em sua nova modalidade de uso. Quanto maior sua especificidade, maior serão os riscos e problemas³⁴². Denomina-se “especificidade” em função da restrição no uso, dos grandes investimentos e da falta de padronização que ocorrem com determinados ativos. O grau da especificidade do ativo está relacionado ao seu custo alternativo. As especificidades dos ativos podem ser subdivididas em seis tipos distintos³⁴³:

- especificidade locacional;
- especificidade temporal;
- especificidade de ativos físicos;
- especificidade de ativos humanos;

341 Williamson (1985).

342 Williamson (1975).

343 Williamson (1996).

- ativos dedicados; e
- especificidade de marcas.

A especificidade locacional está relacionada a um ativo que é dependente do ponto geográfico onde ele é obtido ou para onde necessita ser levado ou realizado. Dessa forma, fatores como os meios de transporte e logística devem ser levados em consideração para que ocorra uma transação. Os cafés finos do cerrado são um exemplo.

A especificidade temporal de um ativo tem como principal característica o tempo que o diferencia dos demais ativos, limitando seu uso. No caso dos produtos hortifrutigranjeiros, as especificidades temporal e geográfica são importantes, pois elas possuem um período de tempo para consumo muito restrito, devendo chegar às mãos dos consumidores em algumas horas. O local de produção dos produtos não deve ser distante dos centros de consumo devido ao seu baixo valor por unidade e custos dos transportes, o que inviabiliza sua venda se forem produzidos em locais distantes.

A especificidade física do ativo está relacionada ao uso limitado que o ele tem, de forma que ele não possui a versatilidade de uso. É o caso da colhedeira de folhas de erva-mate, que tem uso restrito apenas para a colheita dessa matéria-prima.

A especificidade dos ativos humanos diz respeito ao trabalho humano que é muito especializado e, por isso, bastante particular, exigindo muito trabalho, treino e destreza. Um exemplo poderia ser o dos pilotos de aviões militares, que são bastante preparados para suas funções.

Ativos dedicados ocorrem devido à existência de investimento de um ativo e devido a interesses particulares do comprador³⁴⁴.

CORRENTES DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL

A Nova Economia Institucional (NEI) tem a preocupação de estudar as relações entre instituições e eficiência, e há, para isso, duas vertentes que abor-

344 Braga e Saes (1995).

dam esses assuntos: o ambiente institucional e as instituições de governança. A primeira corrente analisa o papel das instituições investigando os efeitos das mudanças no ambiente institucional sobre o resultado econômico ou sobre as teorias que criam as instituições, dedicando-se mais especificamente ao estudo das “regras do jogo”. A segunda estuda as transações com um enfoque nas estruturas de governança que coordenam os agentes econômicos. As regras gerais da sociedade, nesse enfoque, são consideradas como dadas. Esta última corrente busca identificar como as diferentes estruturas de governança lidam com os custos de transação, implicando níveis distintos de eficiência³⁴⁵.

As duas correntes têm um mesmo objeto de análise, que é a economia dos custos de transação e são complementares, apesar de tratarem de níveis analíticos distintos. Ambas recorrem a conceitos comuns e metodologia compatível, de maneira que a sua evolução está ocorrendo de modo sincronizado. Além disso, existe uma série de conceitos comuns entre as duas vertentes, destacando-se os custos de transação, instituições, organizações e contratos³⁴⁶.

O Ambiente Institucional tem um enfoque macroanalítico (*top-down approach*), o qual trabalha com variáveis relacionadas: política, legislação e as instituições as quais formam e estruturam os aparatos regimentais de uma sociedade. A instituição de governança tem um enfoque microanalítico (*bottom-up approach*), que tem um interesse maior em trabalhar com as organizações da firma e mercado, e os contratos³⁴⁷.

Quando a firma é considerada um complexo de contratos e ocorrem inúmeras transações, estas acarretam custos para o seu funcionamento, tanto interna como externamente.

Uma empresa, ao elaborar um produto, tem um custo de produção para processar e combinar os insumos usando uma tecnologia, até finalizá-lo e comercializá-lo. Esse custo pode ser discriminado em custo de transformação e custo de transação. O primeiro é muito estudado pela economia ortodoxa; já o segundo tem sua análise mais recente e é menos difundido que o primeiro.

Os custos de transação podem ser definidos em quatro níveis: o primeiro nível relaciona-se com os custos de construção e negociação dos contratos; o

345 Williamson (1996).

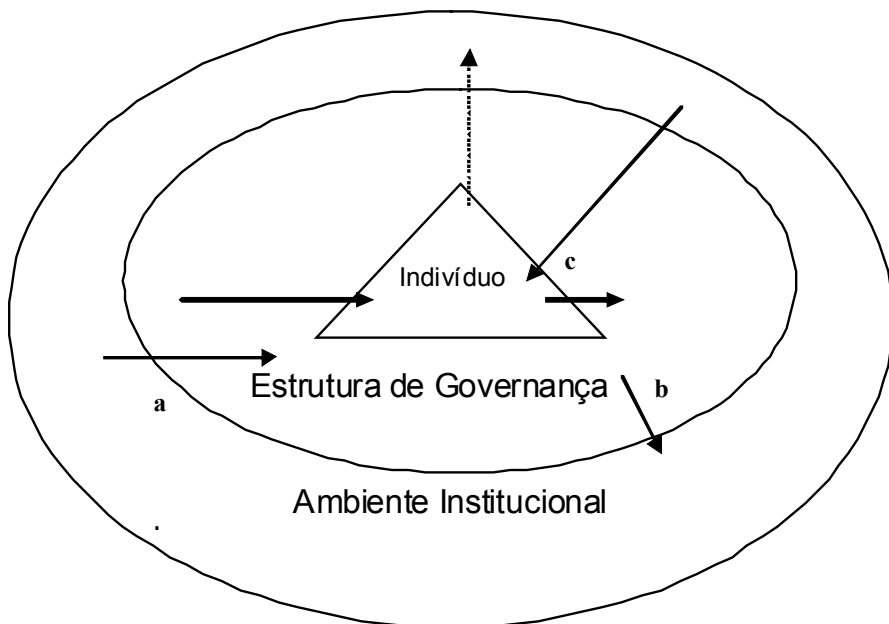
346 Farina et al (1997); Rocha Jr (2004).

347 Farina et al (1997).

segundo envolve os custos por medir e monitorar os direitos de propriedade existentes no contrato. Esse nível incorpora os custos de observação dos contratos ao longo do tempo para seu desempenho e atende às expectativas das partes que fizeram a transação. O terceiro nível engloba os custos de manter e fazer executar os contratos internos e externos da firma. O quarto e último nível relaciona-se com os custos de adaptação sofridos pelos agentes com as mudanças ambientais³⁴⁸. Quanto mais rápida for a adaptação, menos custos de transação existirão, incorrendo em lucros maiores.

As instituições³⁴⁹ são mais bem detalhadas nas próximas páginas. A 27 é bastante ilustrativa para mostrar como cada nível interfere em outro de maneira simultânea e dialética.

FIGURA 27 – NÍVEIS ANALÍTICOS



Fonte: Adaptado de Williamson (1996).

348 Farina (1999).

349 As instituições definem os níveis analíticos abordados, uma vez que algumas se articulam em nível “macro”, por exemplo as leis constitucionais de uma nação, e outras operam em um nível “micro”, como os regimentos internos de uma empresa.

O ambiente institucional é responsável pela articulação de leis e regras que irão condicionar a ocorrência e seleção das formas organizacionais que compõem a estrutura de governança. As alterações que ocorrem no âmbito institucional dão o tom das mudanças na estrutura de governança. A reação é sentida de maneira menos intensa, mas a estrutura de governança, simultaneamente, tenta por meio de seus instrumentos e estratégias, moldar-se às regras impostas pelo ambiente institucional ou modificá-las – representada pela seta b.

Os indivíduos (famílias, firmas) também influenciam as estruturas de governança e o ambiente institucional, com uma força maior no primeiro ambiente (governança) – seta c-, do que no segundo (ambiente institucional). Destacam-se as dimensões vetoriais, que são diferentes e demonstram o poder de influência de cada elemento pelas setas a, b e c.

Cabe frisar que o interesse da NEI está em elucidar as questões relacionadas aos três vetores, exceto o pontilhado, pois não é o foco de interesse dela.

Nos últimos anos houve avanços consideráveis no desenvolvimento teórico da NEI, inclusive um dos pesquisadores de maior evidência, Oliver Williamson, foi laureado com o Prêmio Nobel de Economia de 2009, mesmo assim existe uma série de flancos a serem cobertos para sua consolidação teórica.

No campo do desenvolvimento regional, a análise institucional auxilia os estudos dos fenômenos socioeconômicos, das transformações na base econômica regional, no processo de desenvolvimento endógeno e na forma como a riqueza é distribuída para melhorar a qualidade de vida das pessoas inseridas no tecido social de sua comunidade, sendo um bom instrumento analítico nessa área.

BIBLIOGRAFIA GERAL

ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento territorial.** Economia Aplicada, v. 4, n° 02, abril/junho 2000.

AGHION, P.; HOWITT, P. **Endogenous growth theory.** Cambridge: MIT Press, 1998.

AKERLOF, G. A. **The market for “lemons”:** quality uncertainty and the market mechanism. Quarterly Journal of Economics. Cambridge, v. 84, n° 03, p. 488-500, 1970.

ALBAGLI, S.; MACIEL, M.L. **Capital social e desenvolvimento local.** In: LASTRES, H. M.; CASSIOLETO, J. E.; MACIEL, M.L. (Org.). Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p.423-440, 2003.

ALBUQUERQUE, F. **Desenvolvimento econômico local:** caminhos e desafios para a construção de uma agenda políticas. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

ALMEIDA, P. H. **Pequena empresa e desenvolvimento econômico local:** os limites da abordagem competitiva. In: T. FISCHER (Org.). Gestão do desenvolvimento e poderes locais. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

ALVES, L. R.; FERRERA DE LIMA, J.; RIPPEL, R.; PIACENTI, C. A. **O continuum, a localização do emprego e a configuração espacial do Oeste do Paraná.** Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada, Juiz de Fora (MG), vol. 1, n° 02, p. 24-46, 2006.

AMARAL FILHO, J. **A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local.** Planejamento e Políticas Públicas. Brasília, n° 23, p. 261-286, 2001.

AMARAL FILHO, J. **Desenvolvimento regional endógeno**: (re)construção de um conceito, reformulação das estratégias. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 26, n° 03, 2002.

ARROW, K. J. **Uncertainty and welfare economics of medical care**. American Economic Review, Nashville, v. 53, n° 05, p. 941-973, 1963.

BAILLY, A. S. **Espace géographique et espace vécu**. In: PAELINCK, J.; SALLEZI, A. (org.). Espace et localisation. Paris: Éditions Economica, p. 290-303, 1983.

BAILLY, A. S.; GUESNIER, B.; PAELINCK, J.; SALLEZ, A. **Comprendre et maîtriser l'espace**. 20 éd. Montpellier : GIP Reclus, 1988.

BARQUERO, M. **Capital social y cultura política en Brasil**: posibilidades y límites. América Latina Hoy. Salamanca: Editora Universidad de Salamanca, 2001.

BARQUERO, M. **Globalização e democracia inercial**: o que o capital social pode fazer na construção de uma sociedade participativa? In: M. BARQUERO; D. CREMONESE (org.). Capital Social: teoria e prática. Ijuí (RS): Unijui, p.28-47, 2006.

BAUDELLE, G. **Géographie du peuplement**. 20 ed. Paris : Armand Colin, 2003.

BECATTINI, G. **O distrito marschalliano**: uma noção socioeconômica. In: G.BENKO; A. LIPIETZ (Org.). As regiões ganhadoras: distritos e redes os novos paradigmas da geografia econômica. Oeiras: Celta, p. 19-31, 1994.

BENKO, G. **A ciência regional**. Oeiras (Portugal): Celta, 1999.

BERRY, B. **Urban economics**: theory, development and planning. New York: Free Press, 1970.

BOCAYUVA, P. C. C.; CASTRO, G. W. **Relatório de avaliação externa**: Projeto Banco do Nordeste – PNUD. Recife, 2000.

BOISIER, S. **Conversaciones sociales y desarrollo regional**. Editorial de La Universidad de Talca, 2000.

BOISIER, S. **El difícil arte de hacer region**: Las regiones como actores territoriales del nuevo orden internacional. Cusco: CBC, 1992.

BOISIER, S. **Política econômica, organização social e desenvolvimento regional**. In: P. R. HADDAD. (org.). Economia regional: teorias e métodos de análise. Fortaleza, CE: BNB/ETENE, 1989.

BOISIER, S. **Técnicas de analisis regional com informacion limitada**. Cuadernos del Ilpes, Santiago de Chile, n° 27, 1980.

BOISIER, S. **Teorias e metáforas sobre el desarrollo territorial**. Santiago do Chile: CEPAL, 1999.

BOISIER, S. **Territorio, estado y sociedad**. Santiago do Chile: CEPAL, 1990.

BOLTON, P.; SCHARFSTEIN, D. S. **Corporate finance, the theory of the firm and organization**. Journal of Economics Perspectives. Minnessota, v. 12, n° 04, p. 95-114, 1998.

BOUDEVILLE, J. R. **Aménagement du territoire et polarisation**. Paris: Éditions M.-Th Génin, 1972.

BRAGA, M. B.; SAES, M. S. M. **A nova tendência do agribusiness brasileiro**. Economia e Empresas. São Paulo, v. 2, n° 03, 1995.

BRASIL. Ministério do Planejamento, 2009. **Estudo de atualização do portfólio dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento, de 2000-2007 para 2004-2011**. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/arquivosdown/spi/Eixos2003>>. Acesso em: 20 abr. 2009.

BRAUDEL, F. **La dynamique du capitalisme**. Paris: Arthaud, 1985.

BRITO, F. **Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório?** In.: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 12, Caxambu, Anais... Caxambu, v. 1, 2000.

BRITO, F. **Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos da População, vol. 25. 2008.

BROWN, L. **Diffusion research in geography: a thematic account**. Discussion paper, n° 53, Department of Geography, Ohio State University, 1983.

BROWN, L.; LENTNEK, B. **Innovation diffusion in a developing economy: a meso scale view**. Economic Development and Cultural Change, vol. 21, no 02, p. 274-292, 1973.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento econômico local sustentável**. Rio de Janeiro: Gasetorund, 2002.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. **O enfoque em sistemas produtivos e inovativos locais**. In: T. FISCHER (Org.). Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação. Bahia: Casa da Qualidade, 2002.

CATIN, M. **Externalités**. In : A. BAILLY; J-P AURAY; P. DERICKE; J.M. HURIOT (org.) Encyclopédie d'économie spatiale – concepts - comportements - organisations. Paris : Économica, p. 99-103, 1994.

CAVALCANTE, L. R. **Produção teórica em economia regional**: uma proposta de sistematização. Revista brasileira de estudos regionais e urbanos, vol. 2, p. 9-32. 2008.

CHABARIBERY, D. **Inovação e desigualdade no desenvolvimento da agricultura paulista**. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1999.

CHRISTALLER, W. **Central places in southern Germany**. New Jersey: Prentice-Hall, 1966.

CLAVAL, P. **Comment s'organise l'espace régional?** Revue Sciences Humaines. Hors série, n° 08, p. 6-8, 1995.

COASE, R. H. **The nature of the firm**. In: WILLIAMSON, O.; WINTER, S. G.(org.). The nature of the firm origins, evolution and development. New York: Oxford University Press, 1993.

COASE, R. H. **The new institutional economics**. American Economics Review. Nashville, v. 88, n° 02, p. 72-74, 1998.

COASE, R. H. **The firm, the market and the law**. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

COCCO, G.; URANI, A.; GALVÃO, A. P. (Orgs.). **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

COLEMAN, J. **Foundations of social theory**. Cambridge, Massachusetts: Belknap Press/Harvard University Press, 1990.

CONCEIÇÃO, O. A. C. **A relação entre processo de crescimento econômico, mudança e instituições na abordagem institucionalista**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 23, p. 603-620, 2002.

CORAGGIO, J. L. **Polarizacion, desarrollo y integracion**. In: A. KUKLINSKI (org.). Desarrollo polarizado y politicas regionales. México: FCR, p. 49-60, 1985.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COSTA, J. S.; DELGADO, A. P.; GODINHO, I. M. **A teoria da base econômica**. In: J.S. COSTA. (org.). Compêndio de economia regional. Lisboa: APDR, p. 793-801, 2002.

CRUZ, S. C. V. **Teoria e história**: notas críticas sobre o tema da mudança institucional em Douglass North. Revista de Economia Política. São Paulo, vol. 23, n° 02 (90), p. 107-133, 2003.

CUNHA, J. M. **A redistribuição espacial da população:** tendências e trajetória. Revista São Paulo em Perspectiva. Revista da Fundação SEADE/SP. v. 17., n. 03-04, 2003.

DAUCÉ, P. ; LÉON, Y. **Analyse d'un mécanisme de polarisation économique dans une région rurale:** l'exemple de la région de Lamballe en Bretagne. Revue d'Économie Régionale et Urbaine (RERU), Paris, no 05, p. 925-950, 2003.

DAUPHINÉ, A. **Une théorie des disparités géographiques.** Revue d'Économie Régionale et Urbaine (RERU), Paris, v. 5, p. 899-914, 1999.

DEDECCA, C. S.; CUNHA, J. M. P. **Migração, trabalho e renda nos anos 90:** o caso da Região Metropolitana de São Paulo. In.: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, Anais... Ouro Preto, Minas Gerais, nov. 2002.

DE HAAS, H. **Migration and development:** a theoretical perspective. International Migration Institute. University of Oxford, Oxford. 2008.

DINIZ, C. C.; LEMOS M. B. **Dinâmica regional e suas perspectivas de 1990:** prioridades e perspectivas de políticas públicas. Brasília: IPEA/IPLAN, v. 3, 1990.

EVANS, P. **Concatenações generalizadas desenvolvimento industrial:** um reexame da petroquímica básica no Brasil. In: E. FOXLEY (org.). Desenvolvimento, política e aspirações sociais: pensamento de Albert Hirschman. São Paulo: Vértice, p. 14-32, 1988.

FARIA, V. **Cinquenta anos de urbanização no Brasil:** tendências e perspectivas. Novos Estudos CEBRAP, v. 29, São Paulo, p. 98-119, 1991.

FARINA, E. M. Q. **Competitividade e coordenação de sistemas agroindustriais: um ensaio conceitual.** Gestão & Produção. São Carlos, v.6, n° 03, p.147-161, 1999

FARINA, E. M. M. Q.; AZEVEDO, P. F.; SAES, M. S. M. **Competitividade:** mercado, estado e organizações. São Paulo: Singular, 1997.

FERRERA DE LIMA, J. **La diffusion spatiale du développement économique regional:** l'analyse de la diffusion au sud du Brésil dans le XX^e siècle. Thèse de Doctorat. DSH – Université du Québec à Chicoutimi, 2004. (Disponível em : www.unioeste.br/mdra)

FERRERA DE LIMA, J.; KOEHLER, W. S. **Funções da agricultura no processo de desenvolvimento do Brasil:** algumas considerações preliminares sobre o período de 1930 a 1945. Revista Arche'typon. Rio de Janeiro, v. 06, n° 18, p. 49-66, 1998.

FERRERA DE LIMA, J.; PIACENTI, C. A.; ALVES, L. R. **Ciclos de produção intensiva e extensiva na agricultura brasileira e seus impactos na ocupação da mão-de-obra agrícola (1960-2000)**. Canadian Journal Of Latin American Caribbean Studies, Montreal, v. 30, n° 60, p. 93-116, 2005.

FRIEDMAN, J. **A general theory of polarized development**. In: N. HANSEN (org.), Growth centres in regional development. New York: The Free Press, p. 29-41, 1972.

FIANI, R. . **Crescimento econômico e liberdades: a economia política de Douglass North**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 11, n° 1, p. 45-62, 2002.

FONSECA, M. A. **Planejamento e desenvolvimento econômico**. São Paulo. Editora Thomson. 2006.

FUKUYAMA, F. **What is social capital**. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/seminar/1999/reforms/fukuyama.htm#I>>. Acesso: 3 de set. 2009.

FÜRST, D.; KLEMER, P.; ZIMMERMANN, K. **Política econômica regional**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

FURTADO, C. **Análise do modelo brasileiro**. 8° ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, Ed. 3° . 2000.

FURTADO, C. **O processo histórico de desenvolvimento**. In: L.C. PEREIRA; J. REGO (org.). A grande esperança em Celso Furtado: Ensaio em homenagem aos seus 80 anos. São Paulo: Editora 34, p. 253-280, 2001.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 19° ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1987.

GAROFOLI, G. **Os sistemas de pequenas empresas: um caso paradigmático de desenvolvimento endógeno**. In: G. BENKO; A. LIPIETZ (Org.). As regiões ganhadoras: distritos e redes os novos paradigmas da geografia econômica. Oeiras: Celta, p. 33-47, 1994.

GREMAUD, A. P.; BRAGA, M. B. **Introdução à teoria dos jogos**. In: D. B. PINHO; M. A. S. VASCONCELOS (org.). Manual de introdução à economia. Vol. 01. São Paulo: Saraiva, p. 204-215, 2006.

HADDAD, P. R. **A educação superior e o desenvolvimento educação regional: globalmente competitiva e localmente engajada**. Sete Lagoas, MG: 2008. Dis-

ponível em: <http://www.unifemm.edu.br/v2/_files/palestra_paulo_haddad.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2009.

HADDAD, P. R. **Cultura local e associativismo**. In: Seminário do BNDES sobre arranjos produtivos locais. Anais... Belo Horizonte: BNDES, 2004a.

HADDAD, P. R. **Força e fraqueza dos municípios de Minas Gerais**. Cadernos BDMG. Belo Horizonte, n° 08, 2004b.

HADDAD, P. R. **Seminário do BNDES sobre arranjos produtivos locais**: texto de referência da palestra sobre cultura local e associativismo. Belo Horizonte:BNDES, 2004b.

HADDAD, P. **Capitais intangíveis e desenvolvimento regional**. Revista de Economia, v. 35, n. 3 (ano 33), p. 119-146. 2009.

HAGERSTRAND, T. **Innovation diffusion as a spatial process**. Chicago: University of Chicago Press, 1967.

HAGGETT, P. **L'analyse spatiale en géographie humaine**. Paris: Armand Colin, 1973.

HARROD, R. **Towards a dynamic economics**. 90 ed. New York: Macmillan, 1966.

HARVEY, D. **Justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

HENDEL, I.; LIZZERI, A. **Adverse selection in durable goods markets**. American Economics Review. Nashville, v.89, n° 05, p. 1097-1115, 1999.

HIGGINS, S. S. **Fundamentos teóricos do capital social**. Chapecó (SC): Argos, 2005.

HILHORST, J. G. M. **Planejamento regional**: enfoque sobre sistemas. 2° ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

HIRSCHMAN, A. **A economia como ciência moral política**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

HIRSCHMAN, A. **Estrategia del desarrollo económico**. México: FCE, 1961.

HIRSCHMAN, A. **Desenvolvimento por efeitos cadeia**: uma abordagem generalizada. In: B. SORJ; F. H. CARDOSO (org.). Economia e movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, p. 31-79, 1985.

HIRSCHMAN, A. O. **The strategy of economic development**. New Haven: Yale University Press, p. 50-57, 1958.

HIRSCHMAN, A. O. **Transmissão inter-regional e internacional do crescimento econômico.** In: J. SCHWARTZMAN. (org.). *Economia regional e urbana: textos escolhidos.* Belo Horizonte: UFMG, 1977.

HIRSCHMAN, A. **A propensity to self-subversion.** Cambridge: Harvard University Press, 1996.

HIRSCHMAN, A. **Stratégie du développement économique.** Paris : Les Éditions Ouvrières, 1964.

IBGE. **Divisão do Brasil em microrregiões homogêneas:** 1968. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

ISARD, W. **History of regional science and the Regional Science Association International.** Berlim: Springer, 2003.

ISARD, W. **Location and space economy:** a general theory relation to industrial location, market areas, land use, trade and urban structure. Cambridge: MIT Press, 1956.

ISARD, W. **Méthodes d'analyse régionale.** Vol. 01: Équilibre économique. Paris: Dunod, 1972.

JAYET, H. **Analyse spatiale quantitative:** une introduction. Paris: Économica, 1993.

JOSKOW, P. L. **The new institutional economics:** alternative approaches. *Journal of Institutional and Theoretical Economics.* München, v. 151, n° 01, p. 248-259, 1995.

JOYAL, A. **Le néolibéralisme à travers la pensée économique :** apologie et critique. Québec : Presses Universitaires de l'Université Laval, 2000.

KALECKI, M. **Teoria da dinâmica econômica:** ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista. 2° ed. (Coleção Os Economistas), São Paulo: Nova Cultural, 1985.

KALECKI, M. **Crescimento e ciclo das economias capitalistas.** São Paulo: Hucitec, 1983.

KEYNES, J. M. **The general theory of employment, interest and money.** 13° ed. *The Collected Writings of John M. Keynes*, vol. VII. London: Macmillan, 1973.

FERRERA DE LIMA, J.; KOEHLER, W. **Funções da agricultura no processo de desenvolvimento do Brasil:** algumas considerações preliminares sobre o período de 1930 a 1945. *Revista Arche'typon.* Rio de Janeiro, ano 06, n° 18, p. 49-66, 1998.

KLEINSCHMITT, S. C.; FERRERA DE LIMA, J. **Polarização e dispersão industrial nas microrregiões do sul do Brasil.** *Revista Geografar (UFPR)*, v. 06, p. 55-75, 2011.

KON, A. **Novas territorialidades:** transformações nas hierarquias econômicas regionais. *Pesquisa & Debate*. São Paulo, v. 10, n° 01(15), p. 42-76, 1999.

KRUGMAN, P. **Development, geography and economic theory.** Cambridge: The MIT Press, 1995.

KRUGMAN, P. **Geography and trade.** Leuven-London: Leuven University Press/MIT Press, 1991.

KRUGMAN, P.; FUJITA, M.; VENABLES, A. J. **Economia espacial.** São Paulo: Futura, 2002.

KURZ, R. **O colapso da modernização:** da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 2° ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KUZNETS, S. **Crescimento econômico moderno:** ritmo, estrutura e difusão. (Coleção Os Economistas). São Paulo: Editora Abril, 1983..

LACOUR, C.; GACHET, F. **Métropolisation, centre et centralité.** *Revue d'Économie Régionale et Urbaine (RERU)*, Paris, no 01, p.49-72, 2002.

LE MOS, M. B. **Diretrizes para formulação de políticas de desenvolvimento regional e de ordenação do território brasileiro:** análise da experiência brasileira recente. Belo Horizonte (MG): UFMG, 2004.

LEWIS, A. **La théorie de la croissance économique.** Paris : Payot, 1971.

LEWIS, A. **Problemas sociais do Desenvolvimento.** In: PEREIRA, L. (Org.). *Subdesenvolvimento e Desenvolvimento.* Rio de Janeiro. ZAHAR Editores. Ed. 3. 1976.

LIMA, A. E. M. **A teoria do desenvolvimento regional e o papel do estado.** *Análise Econômica.* v. 45, p. 65-90. 2006.

LÖSCH, A. **The economics of location.** New Haven: Yale University Press, 1954.

MAILLAT, D. **Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção.** *Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande.* v. 3, n° 04, p. 9-16, 2002.

MARKUNSEN, A. **Regionalismo:** um enfoque marxista. In: C. F. C. ROLIM (org.) *Espaço e região: retorno aos conceitos originais.* (Série textos para discussão). Fortaleza: CAEN/UFC, 1982.

MARTINELLI, D.; JOYAL, A. **Desenvolvimento econômico local e o papel das pequenas e médias empresas.** São Paulo: Manole, 2004.

MARTINS, S. R. O. **Desenvolvimento econômico local**: questões conceituais e metodológicas. Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande. v. 3, nº 05, p. 51-59, 2002.

MARTINS, J. S. **O Voo das andorinhas**: migrações temporárias no Brasil. In: J. S. MARTINS. Não há terras para plantar neste verão. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1986.

MARSHALL, A. **Princípios de economia**. (Coleção Os Economistas). São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARTINE, G.; DINIZ, C. C. **Concentração econômica e demográfica no Brasil**: recente inversão do padrão histórico. Revista de Economia Política, São Paulo, vol. 11. nº 03 (43), p. 121-135, 1991.

MILLONE, P. C. **População, migração e desenvolvimento econômico**: evidências do caso brasileiro. São Paulo, IPE/USP. 1986.

MELO; R. L.; HANSEN, D. L. **Uma análise de arranjo produtivo de micro e pequenas empresas de confecções de Tobias Barreto- SE**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 36, nº 03. p. 359-377, 2005.

MÉNDEZ, R. **Innovación y redes de cooperación para el desarrollo local**. Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande, v.2, nº 03, p. 37-44, 2001.

MONASTÉRIO, L; CAVALCANTE, L. **Fundamentos do pensamento econômico regional**. In: CRUZ, B.; FURTADO, B.; MONASTÉRIO, L.; JÚNIOR, W. (Org.). Economia Regional e Urbana: Teorias e métodos com ênfase no Brasil. Brasília: IPEA, p. 43-77, 2011.

MINTZBERG, H.; QUINN, J. B. **O processo da estratégia**. 3º ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MONTGOMERY, C. A. (Org.). **Estratégia**: a busca da vantagem competitiva. 5º ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

MORAES, J. L. **Reestruturação produtiva, sistemas produtivos locais (SPLs) e desenvolvimento territorial**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto. Anais... Ribeirão Preto: FEARB/USP: PENSA/USP, 2005.

MYRDAL, G. **Economic theory and underdeveloped regional**. Harper and Now, 1957

MYRDAL, G. **Teoria econômica y regimes subdesarroladas**. México: Fondo de cultura económica, 1968.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 3° ed. Rio de Janeiro: Saga, 1972.

MYRDAL, G. **Procès de la croissance à contre courant**. Paris: Presses Universitaires de France (PUF), 1978.

NAZZARI, R. K. et al. **Desenvolvimento sustentável e capital social**: confiança, cooperação e participação política no Paraná. In: III Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Anais..., Cascavel (PR): 18 a 22 de outubro de 2004.

NORTH, D. **A agricultura no crescimento econômico**. In: J. SCWARTZMANN (org.) *Economia regional e urbana: textos escolhidos*. Belo Horizonte : UFMG, 1977a.

NORTH, D. **A agricultura no crescimento econômico regional**. In: J. SCHWARTZMANN (org.) *Economia regional e urbana: textos escolhidos*. Belo Horizonte : UFMG, 1977b.

NORTH, D. **Alguns problemas teóricos a respeito do crescimento econômico regional**. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, n° 03, p. 25-38, 1961.

NORTH, D. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. 3° ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2006.

NORTH, D. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NORTH, D. **Location theory and regional economic growth**. *Journal of Political Economy*, London, vol. 63, june 1955.

NORTH, D. **Teoria da localização e crescimento regional**. In: J. SCWARTZMANN (Org.) *Economia regional e urbana: textos escolhidos*. Belo Horizonte : UFMG, 1977c.

NORTH, D. **The economic growth of the United States 1790-1860**. New York: Prentice Hall, 1961a.

NORTH, D.; THOMAS, R. **L'essor du monde occidental**. Paris: Flammarion, 1980.

OLIVEIRA, G. B. de; LIMA, J. E. de S. **Elementos endógenos do desenvolvimento regional**: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. *Revista da FAE*, Curitiba, v. 6, n° 02, p. 29-37, 2003.

OLIVEIRA, O.; GARCIA, B.; STERN, C. **Notas sobre a teoria da migração interna**: aspectos sociológicos. In: H. M. MOURA (Coord.). *Migrações internas: textos selecionados*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980.

OLIVEIRA, G. B. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento.** Revista da FAE, Curitiba, v. 5, n° 02, p. 41-48, 2002.

PACHECO, C. A. **Fragmentação da nação.** Campinas: Instituto de Economia/ UNICAMP, 1998.

PAIVA, C. A. N. **Desenvolvimento regional, especialização e suas medidas.** Indicadores Econômicos. Porto Alegre, v. 34, n° 01, 2006.

PAIVA, C. A. N. **O que é uma região de planejamento com vistas ao planejamento endógeno e sustentável.** In: PRIMEIRAS JORNADAS DE ECONOMIA REGIONAL COMPARADA. Anais... Porto Alegre: FEE/PUC-RS, CD-ROM, 2005.

PAIVA, C. A. N. **Demanda efetiva, exportações e desenvolvimento regional.** (ou: Smith, Kalecki e North e os fundamentos de uma teoria do desenvolvimento de regiões periféricas em transição para o capitalismo). In: IX ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA. Anais... Sociedade Brasileira de Economia Política, Uberlândia (MG), 2004.

PARR, J. B. **On the regional dimensions of the Rostow's theory of growth.** Review of Urban e Regional Development Studies. Vol. 13, n° 1. 2001.

PAULUS, F.; PUMAIN, D. **Répartition de la croissance dans le système des villes françaises.** Revue d'Économie Régionale et Urbaine (RERU), Paris, no 01, p. 35-48, 2002.

PAVIANI, A. **Urbanização: impactos ambientais da população.** Humanidades. Brasília, v. 9, n° 03, p. 278-283, 1994.

PEDRO FILHO, F. S. **Endogenia, etnodesenvolvimento e desenvolvimento regionalizado.** Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/endogenia_Etnodesenvolvimento_e_desenvolvimento_regionalizado>. Acesso em: 13 mai. 2009.

PELINSKI, A. **Padrão de desenvolvimento econômico dos municípios do Paraná:** Disparidade, dispersão, e fatores exógenos. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio – Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. Toledo. 2007.

PENOUIL, M. **Growth poles in underdeveloped regions and countries.** In: A. KUKLINSKI; R. PETRELLA (org.). Growth poles and regional policies. Netherlands, Mouton & Co., p. 119-144, 1972.

PENOUIL, M. **Socio-économique du sous-développement.** Paris : Dalloz, 1979.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Lisboa: Herder, 1967.

PERROUX, F. **Dialogue des monopoles et des nations**: équilibre ou dynamique des unités actives? Grenoble : Presses Universitaires de Grenoble. 1982.

PERROUX, F. **Le capitalisme**. Paris: Presse Universitaire de France, 1962.

PERROUX, F. **Notes sur la conception des pôles de la croissance**. *Économie Appliquée*, Paris, no 01-02, p. 309-320, 1955.

PERROUX, F. **O conceito de pólos de crescimento**. In: J. SCWARTZMANN (Org.) *Economia regional e urbana: textos escolhidos*. Belo Horizonte : UFMG, 1977.

PESSALI, H. F. **Teoria dos custos de transação**: uma avaliação crítica. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ECONOMIA, 1997, Campinas. *Anais...* Campinas: ANPEC, p. 682-701, 1997.

PIACENTI, C. A. **O potencial de desenvolvimento endógeno dos municípios paranaenses**. Tese (Doutorado em Economia Aplicada). Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2009.

PICCAND, R. **Création d'effets externes positifs dans les régions dispersées**. Fribourg (Suisse) : Éditions Universitaires Fribourg Suisse, 1984.

PIFFER, M. **A dinâmica do oeste paranaense e sua inserção na economia nacional**. (Dissertação de mestrado) Curitiba: UFPR, 1997.

PIFFER, M. **A teoria da base econômica e o desenvolvimento regional do Estado do Paraná no final do século XX**. Tese de Doutorado (Doutorado em Desenvolvimento Regional) Universidade de Santa Cruz do Sul. UNISC. 2009.

PIFFER, M. **A base econômica e sua difusão no Oeste do Paraná**. *Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER)*. Foz do Iguaçu (PR), 1999. CD-ROM.

PIORE, M. J.; SABEL, C. F. **The second industrial divide**: possibilities for prosperity. New York: Basic Books, 1984.

POLÈSE, M. **Economia urbana e regional**: lógica espacial das transformações econômicas. Coimbra, Portugal: APDR, 1998.

POLÈSE, M. **Économie urbaine et régionale** : Logique spatiale des mutations économiques. Paris : Économica, 1994.

PONSARD, C. **Introduction**. In: C. PONSARD (org.). *Analyse économique spatiale*. Paris : Presses Universitaires de France, p. 7-21, 1988.

- PONSARD, C. **Histoire des théories économiques spatiales**. Paris: Armand Colin, 1958.
- PUMAIN, D.; SAINT-JULIEN, T. **L'analyse spatiale**: localisations dans l'espace. Paris: Armand Colin, 1997.
- PUMAIN, D.; SAINT-JULIEN, T. **Les interactions spatiales**. Paris: Armand Colin, 2001.
- PUTNAM, R. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 2^o ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- QUINN, J. B. **Estratégias para mudanças**. In: MINTZBERG, H.; QUINN, J. B.; O processo da estratégia. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, p. 20-26, 2001.
- RAVENSTEIN, E. G. **As leis da migração**. In: MOURA, H. A. de, Migração interna: textos selecionados. v. 1, Fortaleza: BNB/ETENE, p. 19-88, 1980.
- RENNER, C. H.; PATARRA, N. L. **Migrações**. In: SZMRECSÁNYI, T.; SANTOS, J. L. F.; LEVY, M. S. F. (Orgs.). Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1991.
- REZENDE, M. L.; FERNANDES, L. P. S; SILVA, A. M. R. **Utilização da análise fatorial para determinar o potencial de crescimento econômico em uma região Sudeste do Brasil**. Revista Economia e Desenvolvimento, Santa Maria (RS), n° 19, p. 92-108, 2007.
- RICHARDSON, H. W. **Economia regional**: teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- ROCHA JUNIOR, W. F. **A nova economia institucional revisitada**. Revista de Economia e Administração. São Paulo, v.3, n° 04, p. 301-319, 2004.
- ROLIM, C. F. C. **Espaço e região**: retorno aos conceitos originais. (Série textos para discussão). Fortaleza: CAEN/UFC, 1982.
- ROSA, S. L. C. **Diretrizes e princípios em desenvolvimento territorial**. In: V. TURNES (org.). Projeto meu lugar: transformar regiões administrativas e territórios de desenvolvimento. Florianópolis(SC): Cidade Futura, 2004.
- ROSTOW, W. W. **Politics and the stages of growth**. Cambridge: the University Press. 1971.
- ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico**: um manifesto não comunista. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 6^a edição, 1978.

ROSTOW, W. W. **A decolagem para o crescimento autosustentado**. In: Agarwala, A. N.; Singh, S. P. (Orgs.) *A Economia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto. Centro Internacional Celso Furtado, 2010.

ROSTOW, W. W. **O modelo de Rostow**. Disponível em: <<http://fdmc12geo.blogspot.com.br/2008/06/rostow-model.html>>. Acesso em: 30 de Maio/2012.

SAINT-JULIEN, T. **La diffusion spatiale des innovations**. Montpellier : GIP Reclus, 1985.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. 3° ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, M. **Dimension temporelle et systèmes spatiaux**. *Revue Tiers-Monde*, no 50, p. 247-268, 1972.

SANTOS, M. **Economia espacial**. 2° ed. São Paulo: Edusp, 2003.

SANTOS, M. **La nature de l'espace**. Paris : L'Harmattan, 1997.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1982.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, D. **O modelo de causalidade circular e cumulativa e o modelo centro-periferia**. In: J. S. COSTA (org.). *Compêndio de economia regional*. Coimbra: APDR, p. 189-200, 2002.

SARMENTO, A. D. **Etapas do desenvolvimento econômico no Brasil: um exercício rostowiano**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História Econômica) Universidade de São Paulo. USP. 2008.

SCHNEIDER, S. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 06, n° 11, p. 88-125, 2004.

SCHULTZ, T. W. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SCHULTZ, T. W. **O capital humano: investimentos em educação e pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973

SCHULTZ, T. W. **Investindo no povo: O segredo econômico da qualidade da população**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

SCHWARTZMANN, J. (org.) **Economia regional e urbana: textos escolhidos**. Belo Horizonte : CEDEPLAR, 1977.

- SCOTT, A. **A economia metropolitana**. In: G. BENKO; A. LIPIETZ (Orgs.). *As regiões ganhadoras – Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras: Celta Editora, p.63-73, 1994.
- SHERER, F. M. **Industrial market structure and economic performance**. Chicago: RandMcNally & Company, 1970.
- SCHMITZ, H. **Eficiência coletiva: caminho de crescimento para a indústria de pequeno porte**. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 18, n° 2, p. 164-200, 1997.
- SILVA, J. R.; RIPPEL, R.; FERRERA DE LIMA, J. **A teoria dos pólos de crescimento de François Perroux**. Cadernos de Economia. Chapecó, ano 4, n° 07, p. 75-95, 2000.
- SILVEIRA, C. M. **Desenvolvimento econômico local: marcos conceituais e históricos**. Disponível em: <<http://www.rededlis.org.br.htm>> Acesso em: 30 maio 2005.
- SIMON, R. A. **Rational decision making in business organization**. American Economic Review. Nashville, v.69, n° 04, p. 493-513, 1979.
- SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: USP, 1968.
- SINGER, P. **Dinâmica populacional e desenvolvimento: o papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico**. 2º ed. São Paulo: Hucitec, 1976.
- SINGER, P. **Dinâmica populacional e desenvolvimento: o papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico**. 3º ed. São Paulo: HUCITEC. 1980.
- SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 2º ed. São Paulo, SP: Contexto, 2002.
- SINGER, P.; SZMRECSÁNYI, T. **Perspectiva atual do problema**. In: J. L. F. SANTOS; M. S. F. LEVY; T. SZMRECSÁNYI (Orgs.). *Dinâmica da população: teorias, métodos, e técnicas de análise*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.
- SMITH, A. **Investigação sobre a causa e a natureza da riqueza das nações**. (Coleção Os Economistas). São Paulo: Nova Cultural, 1983.
- SOUZA FILHO, J. R. **Desenvolvimento regional endógeno, capital social e cooperação**. 2002. Disponível em: <www.nutep.adm.ufrgs.br>. Acesso em: 21 set. 2009.
- SOUZA, M. J. L. de. **Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual**. São Paulo: Ática, 1996.
- SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- SOUZA, N. J. **Exportações e crescimento econômico do RS — 1951-2001**. Ensaio FEE. Porto Alegre, v. 23, n° especial, 2002.

- SOUZA, N. J. **Economia regional: conceito e fundamentos teóricos.** Perspectiva Econômica. São Leopoldo (RS), v. 11, n° 32, p. 67-162, 1981.
- SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização.** 2° ed. São Paulo: Contexto, 1989.
- STHORPER, W. B.; TAYLOR, D. R. **Development from above or below? The dialectics of regional planning in development countries.** New York: John Willey and Sons, 1981.
- SZMRECSÄNYI, T. **População e desenvolvimento econômico.** In: SZMRECSÄNYI, T.; SANTOS, J. L. F.; LEVY, M. S. F. (Orgs.). Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1991.
- THISSE, J.F. ; HANJOUL, P.; ZOLLER, H.G. **Quelques contributions à l'analyse de la localisation.** In: J. PAELINCK; A. SALLEZ (org.). Espace et localisation. Paris: Économica, p.136-137, 1983.
- TOLOSA, H. **Pólos de crescimento: teoria e política econômica.** In: P. R. HADDAD (org.). Planejamento regional; método e aplicação ao caso brasileiro. Rio de Janeiro: IPEA, p. 191-234, 1972.
- VANDERMOTTEN, C.; MARISSAL, P. **La production des espaces économiques.** Bruxelles : Éditions de l'Université de Bruxelles, 1998.
- VEIGA, J. E. da. **A face territorial do desenvolvimento.** Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande. v. 3, n° 05, p. 5-19. 2002.
- VELTZ, P. **Mondialisation, villes et territoires.** Paris: Presses Universitaires de France (PUF), 1996.
- VLASMANN, P. M. **Um questionamento do contínuo.** Reflexões sobre o princípio da causalidade. Revista Arche'typon. Rio de Janeiro, ano 4, n° 12, p. 67-80, 1996.
- VOLLET, D.; DION, Y. **Les apports potentiels des modèles de la base économique pour guider la décision politique.** Revue d'Économie Régionale et Urbaine (RERU), Paris, no 02, p.179-196, 2001.
- VON THÜNEN, J. H. **The isolated state.** New York: Pergamon Press, 1966.
- WEBER, A. **Theory of the location of industries.** Chicago: University of Chicago Press, 1929.
- WILLIAMSON, O. E. **The new institutional economics: taking stock, looking ahead.** Journal of Economic Literature. Stanford, v.38, n° 03, p. 595-613, 2000.
- WILLIAMSON, O. **The mechanism of governance.** New York: Oxford University Press, 1996.

WILLIAMSON, O. **The economic institutions of capitalism.** New York: Free Press, 1985.

WILLIAMSON, O. **The modern corporation: origins, evolution and attributes.** Journal of Economic Literature, Stanford, v.19, n° 04, p.1537-1568, 1981.

WILLIAMSON, O. **Transaction-cost economics: the governance of contractual relations.** Journal of Law and Economics, Chicago, v.22, n° 02, p.233-261, 1979.

WILLIAMSON, O. **Market and hierarchies.** New York: Free Pass, 1975.

WOORWARD, K. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.** In: T. T. SILVA (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

YORY, C. M. **La planificación estratégica y la participación de los actores sociales locales.** Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande. v. 1, n° 01, p. 31-40, 2000.

ZAMORA, F. **Subdesenvolvimento e política global de desenvolvimento.** In: PEREIRA, L. (Org.). Subdesenvolvimento e Desenvolvimento. ZAHAR Editores. Rio de Janeiro. Ed. 3. 1976.

ZAPATA, T. **Desenvolvimento econômico local: estratégias e fundamentos metodológicos.** In: C. M. SILVEIRA; L. COSTA REIS (Orgs.). Desenvolvimento econômico local: dinâmicas e estratégias. Rio de Janeiro: Comunidade Solidária – Governo Federal, 2001.

ZELINSKI, W. **A bibliographic guide to population geography.** Connecticut: Greenwood Press. 1976.

ZYLBERSZTAJN, D. **A estrutura de governança e coordenação do agribusiness: uma aplicação da nova economia das instituições.** Tese (Livre-docência) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

OS AUTORES

CARLOS ALBERTO PIACENTI: natural de Taquaritinga (SP). Doutor em Economia Aplicada e Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas do Sul de Minas Gerais (FACESM). Atualmente, é professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/Campus de Toledo e pesquisador do Grupo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (GEPEC).

Email: piacenti8@yahoo.com.br

EDNILSE MARIA WILLERS: natural de Curitiba (PR). Doutora e Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/Campus de Toledo. Bacharel em Secretariado Executivo Bilingue pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/Campus de Toledo. Atualmente, é professora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/Campus de Toledo e pesquisadora do Grupo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (GEPEC).

Email: ednilse.willers@unioeste.br

JANDIR FERRERA DE LIMA: natural de Palmeira das Missões (RS). Ph.D em Desenvolvimento Regional pela Universidade do Québec (Canadá). Mestre em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Bacharel

em Ciências Econômicas pela Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). Atualmente, é professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/Campus de Toledo e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), do Grupo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (GEPEC) e pesquisador associado do Groupe de Recherche et Intervention Régionale (GRIR) da Université du Québec (UQAC)/Canadá.

Email: jandir.lima@unioeste.br

LUCIR REINALDO ALVES: natural de Assis Chateaubriand (PR). Doutor em Geografia pela Universidade de Lisboa. Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/Campus de Toledo. Atualmente, é professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/Campus de Toledo e pesquisador do Grupo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (GEPEC)/UNIOESTE, do Grupo de Pesquisa Dinâmicas Socioeconômicas Regionais Comparadas (DISEREC)/UNISC e do Grupo Dinâmicas Socioeconômicas Nacionais e Regionais Comparadas Comparadas (DISENREC) da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE/RS).

Email: lucir.alves@unioeste.br

MOACIR PIFFER: natural de Joaçaba (SC). Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Atualmente, é professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/Campus de Toledo e pesquisador do Grupo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (GEPEC).

Email: mopiffer@yahoo.com.br

PAULO HENRIQUE DE CEZARO EBERHARDT: Natural de Toledo (PR). Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste

do Paraná (Unioeste)/Toledo. Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste/Toledo).

Email: pauloeberhardt@yahoo.com.br

RICARDO RIPPEL: natural de Caxias do Sul (RS). Doutor em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/Campus de Toledo. Atualmente, é professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/Campus de Toledo e pesquisador do Grupo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (GEPEC).

Email: ricardo.rippel@unioeste.br

-WEIMAR FREIRE DA ROCHA JUNIOR: natural de Piracicaba (SP). Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Economia Agrária (Economia Aplicada) pela Universidade de São Paulo. Engenheiro Agrônomo formado pela Universidade Federal de Lavras. Atualmente, é professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/Campus de Toledo e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), do Grupo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (GEPEC) e Transporte e Logística (TRANSLOG).

Email: wrochajr2000@gmail.com

Título	Economia e Desenvolvimento Regional
Organizadores	Carlos Alberto Piacenti, Jandir Ferrera de Lima, Paulo Henrique de Cezaro Eberhardt
Revisão gramatical	Luciana Miquelino
Editoração Eletrônica	Thatyane Vieira Furtado
Design de Capa	Thatyane Vieira Furtado
Formato	16 cm x 23 cm
Extensão	.pdf
Tipografia	Fanwood
Número de páginas	200

